



PILARES DA historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 6 - número 7 - maio / 2007

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ROBERTO SILVEIRA

Nesta edição

OS CAMINHOS DO OURO NA BAIXADA FLUMINENSE ■

O CAMINHO NOVO ■

MERCADO NEGRO - ESCRAVIDÃO E LIBERDADE ■

A NOITE EM QUE SEVERINA BRILHOU ■
NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

A MORTE DO ESTUDANTE ■

A SENHORA BÊBADA ■

OUSADIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM DUQUE DE CAXIAS ■

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE ■

VISÕES UNIVERSITÁRIAS ■

DUAS ABORDAGENS, UM OBJETO -
A BAIXADA FLUMINENSE NO SÉCULO XIX

ATERRO METROPOLITANO DO JARDIM GRAMACHO -
ASPECTOS DA HISTÓRIA SOCIAL

PORTO DA CHACRINHA



E mais:

na Seção Memória Viva, entrevista com o
senhor José Barbosa da Silva, Mestre de Capoeira



Edição conjunta:
Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto /
Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

AH

REVISTA PILARES DA HISTÓRIA

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ
SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL
DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Divair Alves de Oliveira Junior

DIRETOR GERAL DA CMDC:
Sérgio Locatel Barreto

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Antônio Augusto Braz

DIRETOR EXECUTIVO DA ASAMIH:
Nielson Rosa Bezerra

ASSESSORIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
DA CMDC:
Anne Moreira

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Carlos Sá Bezerra
Odemir Capistrano Silva
Rogério Torres
Ruyter Poubel
Sandra Godinho Maggessi Pereira
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

COLABORADORES:
Alda Regina Siqueira Assumpção / Enildo José
Bonifácio / José Rogério Lopes de Oliveira /
Manoel Mathias Thiburcio Filho / Roselena Braz
Veillard / Suely Alves Silva / Luiz Felipe dos
Santos Junior / Conrado da Nova Rodrigues /
Leonardo Simião da Silva

CAPA:
Newton Menezes

LOGOMARCA:
Guilherme Peres

DESIGNER GRÁFICO:
Aginaldo Werneck

FOTO / CAPA:
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR
ROBERTO SILVEIRA - 1965
Acervo iconográfico do Instituto Histórico

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - Jardim 25 de Agosto
CEP: 25071-140 - Duque de Caxias - RJ
Telefone: 2671-6298 ramal 247
e-mail: institutohistorico@cmdc.rj.gov.br
site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

Editorial

Pensar a Baixada Fluminense é uma tarefa de todos que com ela se comprometem. Para os que se incomodam com as condições de vida de quase 4 milhões de habitantes, expostos a pobreza, a favelização, aos grupos de extermínio e a ausência de equipamentos urbanos adequados, não é tarefa fácil.

Pensar a Baixada Fluminense é tarefa complexa, pois contrastando com a pobreza, há municípios com uma diversidade ambiental e cultural das mais atraentes. Possibilidades de turismo histórico e ambiental existem e articulam o pé da serra, através dos *Caminhos*, até o Médio Paraíba e às Minas Gerais, por onde eram escoados o ouro e o café através da Baixada em direção ao porto carioca e à Europa. Áreas de preservação ambiental como a Reserva do Tinguá (Duque de Caxias e Nova Iguaçu), o Parque da Taquara (Duque de Caxias), a Reserva El Nagual (Santo Aleixo-Magé), o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Guapimirim) e a subida da Serra de Petrópolis, são pedaços de um passado distante quando os europeus ainda aqui não tinham chegado.

A presença da resistência da cultura popular expressa nas agremiações de folias de reis, dos blocos e escolas de samba, dos grupos de capoeira, nas bandas afro-brasileiras, nos grupos de dança e no teatro, na feira nordestina, são lembranças de uma mistura dos povos aqui aproximados. As festas de rua que nos encantam com o bumba-meu boi, o forró, as festas juninas e as religiosas, são espaços de sociabilidade, de afirmação de elos de pertencimento.

A rede de memória e de História local construída por militantes e pesquisadores, denuncia o abandono do nosso patrimônio arqueológico e histórico. Essa rede publica trabalhos, investe em produções, apresenta exposições, guarda, protege e preserva acervos. Afirma, assim, a Baixada como lugar de Memória e de História.

Essa História é de homens e mulheres que se assentaram aqui, nos sambaquis, nos quilombos, nos engenhos, nas áreas de pousio, nos portos, nas senzalas, nas fábricas, nas favelas... Muitas vezes, são histórias pouco consideradas pelos livros didáticos.

A Revista Pilares da História, portanto, cumpre mais uma vez sua tarefa de disponibilizar o acesso a produções que nos convidam a pensar os caminhos do passado, a escravidão, o porto, os arraiais, trazendo-nos ao século XXI, para repensar o meio ambiente, a educação e o dia-a-dia dos relatos de memórias de tempos muito próximos.

O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” / Câmara Municipal de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico agradecem o apoio:

Dos Autores

CEMPEDOCH-BF

Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense

FEUDUC

Fundação Educacional de Duque de Caxias

IPAHB

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ

Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense

CRPH

Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias

CEPEMHEd

Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense

De todos que participaram direta ou indiretamente da produção deste trabalho e daqueles que se empenham no difícil processo da permanente construção e reconstrução da nossa história.

O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de artigos para possível publicação.

As idéias e opiniões emitidas nos artigos são da responsabilidade de seus autores.



HISTORIADORES REAFIRMAM A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA E DA CULTURA DA BAIXADA FLUMINENSE.

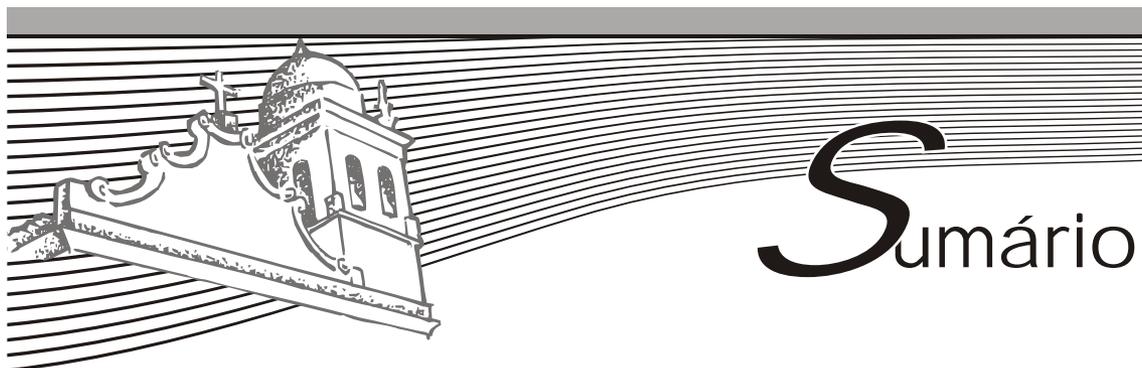
Mais uma vez, com a publicação da Revista Pilares da História nº 7, a Câmara Municipal de Duque de Caxias, junto ao Instituto Histórico e à sua Associação dos Amigos, procura valorizar a dedicação de pesquisadores que se voltam para a História da Baixada Fluminense. Na produção de seus trabalhos, esses homens e mulheres reafirmam a necessidade da busca por nossas raízes, relembrando memórias e sustentando a indispensável tarefa de preservar o conhecimento para as futuras gerações.

A construção da História de uma determinada sociedade está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida, pois a preservação da memória é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra. É através de referências passadas que o ser humano toma consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca. Esse pensar sobre a sociedade e a cultura, realizado por aqueles que pesquisam a nossa História, considerando os problemas e as potencialidades da Baixada Fluminense, é uma possibilidade de reação aos problemas encontrados numa região tão grandiosa.

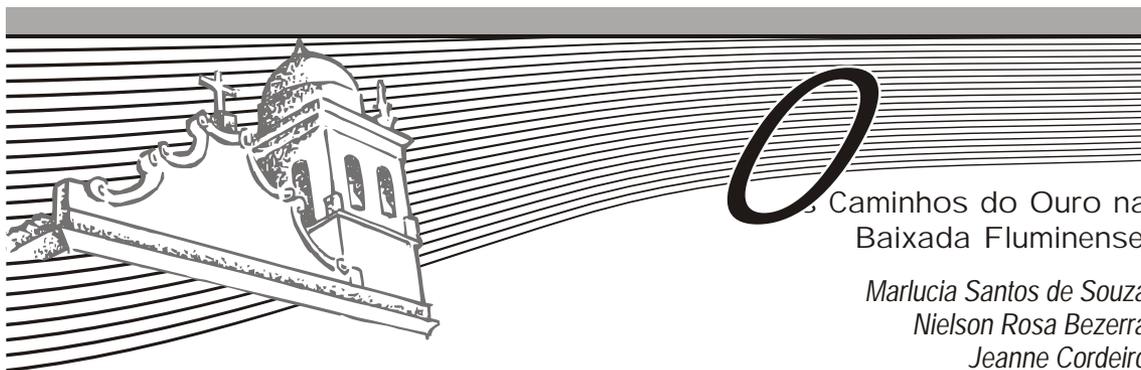
Neste Dia da Baixada Fluminense, temos orgulho de pertencer a uma região tão diversa em histórias e cultura. Histórias que mostram momentos de prosperidade, mas também de tristezas e problemas sociais. Uma região tão rica culturalmente, mas com profundas marcas de um passado que busca ser superado e transformado em uma realidade menos conflitante. Comemoramos este dia com a certeza de que o povo busca, no seu labor diário, o direito a melhores condições de vida. Busca também sua auto-estima e a afirmação de sua identidade cultural.

Parabenizamos, mais uma vez, àqueles que se voltam ao trabalho incessante e indispensável de recuperar a memória e divulgar a História. Desejamos também que o povo da Baixada, no resgate de sua identidade, consiga a garantia do exercício pleno da cidadania.

Divair Alves de Oliveira Junior



Os Caminhos do Ouro na Baixada Fluminense.....	7
<i>Marlúcia Santos de Souza / Nielson Rosa Bezerra / Jeanne Cordeiro</i>	
O Caminho Novo.....	22
Considerações sobre artigo de idêntico título, do Dr Frederico Fernandes Pereira, publicado no Caderno Baixada, em 28/11/2004. <i>Milton Cabral (pesquisador)</i>	
Mercado Negro - Escravidão e Liberdade.....	26
<i>Guilherme Peres</i>	
A Noite em que Severina Brilhou no Instituto de Educação.....	32
(De como Caxias assistiu a uma peça premiada na França, por iniciativa do Caec) <i>Eldemar de Souza</i>	
A Morte do Estudante.....	38
<i>Rogério Torres</i>	
A Senhora Bêbada.....	40
<i>Ediélmo Mendonça</i>	
Ousadia de uma Escola Pública em Duque de Caxias.....	41
Experiências alternativas do Colégio Estadual Guadalajara e suas práticas inclusivas <i>Isa Santos de Souza Lima</i>	
Unidades de Conservação da Baixada Fluminense.....	50
<i>Tania da Cunha Vieira Curvello / Rose Mary Latini</i>	
Visões Universitárias	
Duas abordagens, um objeto – a Baixada Fluminense no século XIX.....	52
<i>Cassandra Ribeiro / Ilana Cerqueira Motimór</i>	
Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho – Aspectos da História Social.....	55
<i>Elias da Silva Maia</i>	
Porto da Chacrinha	59
<i>Leonardo Simião da Silva / Ângela Salvadora Nogueira / Antonia Cristina Gonçalves Peniche de Almeida</i>	
Seção Transcrição.....	62
<i>Tania Maria da Silva Amaro de Almeida / Luiz Felipe dos Santos Junior / Roberto Gaspari Ribeiro</i>	
Seção Memória Viva	76
Entrevista com o Senhor José Barbosa da Silva, Mestre de Capoeira <i>Alexandre dos Santos Marques / Tania Maria da Silva Amaro de Almeida</i>	
Seção Iconografia.....	83
Associação dos Amigos do Instituto Histórico.....	93



Os Caminhos do Ouro na Baixada Fluminense¹

Marlucia Santos de Souza
Nielson Rosa Bezerra
Jeanne Cordeiro

O território que denominamos de Baixada Fluminense já foi palco da presença dos povos das conchas. Vestígios materiais da presença desses homens antigos podem ser encontrados no Sambaqui de São Bento e no de Iguaçú.² Os povos das conchas viveram no Rio de Janeiro e nas cercanias da Guanabara entre 8 a 3 mil anos Antes do Presente. Viviam da pesca, da caça, da coleta, principalmente de mariscos e crustáceos, deixando resíduos alimentares para demarcar o território ocupado, formando assim, montes cobertos por conchas que guardam marcas da cultura material, inclusive fósseis, que nos ajudam a compreender melhor a vida do homem antigo em nosso lugar.

O Sambaqui de São Bento era de encosta tendo mais de 7m de altura, o que permitia a seus construtores uma vista panorâmica da Baía da Guanabara. Atualmente o sambaqui é habitado por moradores da localidade, restando ainda uma pequena área preservada. Foi possível identificar o uso de parte desse sambaqui na construção do Mosteiro de São Bento durante o século XVI e XVII. O do Iguaçú foi descoberto em fins de 2005 e está localizado nas margens do Rio Iguaçú, próximo à Cidade dos Meninos, Duque de Caxias. Ainda é preciso investigar este sítio arqueológico do qual temos poucas informações.

Por volta de 3 mil anos Antes do Presente, os tupis foram ocupando o litoral brasileiro e fluminense. Não foi possível ainda saber se os sambaqueiros foram dizimados ou incorporados ao modo de vida Tupinambá. Durante a ocupação portuguesa nas cercanias da Guanabara foram feitos registros da presença de uma aldeia Tupinambá, denominada de Jacutinga, localizada entre os rios Meriti e Iguaçú (atual centro de Caxias até o Pilar). Seus habitantes enfeitavam-se com as penas das Jacutingas, aves abundantes na região. Os Jacutinga eram hábeis navegadores, caçadores, pescadores, agricultores e ceramistas, viviam em uma aldeia que poderia chegar a ter até 300 pessoas distribuídas em até sete tabas em disposição circular. Segundo os relatos de Hans Standen, os Tupinambá enfrentaram situações de conflitos e de guerra com nações vizinhas. Diz ele:

*“Os inimigos são uma ameaça por todos os lados. Ao norte, seu território faz fronteira com os hostis Guaiatacá (ou Goitacá); os inimigos do sul são os Tupiniquim, e na direção do interior, os Carajá. Os Guaiana (ou Guaianazes) da serra vivem nas proximidades dos Tupinambá, que são perseguidos terrivelmente por uma tribo fixada entre eles e os Maracaia”.*³

¹ A pesquisa apresentada foi produzida a partir do Projeto Estrada Real em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura do Município de Duque de Caxias, o Laboratório de Arqueologia Brasileira e o Departamento de História da FEUDUC. O projeto foi coordenado pelos autores do texto (professores da FEUDUC) e alunos bolsistas da graduação de História da FEUDUC, no período de dezembro de 2005 a março de 2007. O projeto consistiu no levantamento de fontes primárias e bibliográficas, mapeamento dos relatos dos viajantes que atravessaram a Baixada Fluminense e de cartografia que permitisse um reconhecimento em campo dos traçados do Caminho de Garcia Paes ou do Pilar, levantamento arqueológico nos traçados do caminho novo e da Estrada do Comércio e a execução de traçados para promover o turismo histórico na localidade.

² Os dois Sambaquis foram identificados pelo Laboratório de Arqueologia Brasileira.

³ O alemão Hans Standen atuou no combate as populações nativas, foi artilheiro na Fortaleza de Bertioga a serviço do governo geral luso e em 1554, foi capturado pelos Tupinambá. Durante os nove meses em que foi mantido prisioneiro conviveu com os Tupinambá e quando regressou a Europa publicou relatos de suas impressões acerca do universo dessa nação. Ver: STANDEN, Hans. A Verdadeira História dos Selvagens, Nus e Ferozes Devoradores de Homens (1548-1555). RJ: Dantes, 1998: 135-136.

As tensões e as possibilidades de guerras tribais podem explicar a necessidade de estabelecer estratégias de defesa que pode ser expressa no ordenamento da ocupação.

*“As aldeias costumavam ser protegidas do seguinte modo: em torno das cabanas ergue-se uma cerca feita de troncos cortados de palmeiras, com mais ou menos uma braça e meia de altura e tão grossa que nenhuma flecha possa penetrá-la. Há nela pequenos buracos pelos quais atiram suas flechas. Em volta dessa cerca erguem ainda outra, feita com varas longas e grossas, presas não muito próximas uma das outras, restando no meio uma separação que não permite a passagem de um homem”.*⁴

Apesar dos relatos de Hans estarem carregados de informações acerca dos “ferozes tupinambás” e do permanente estado de guerra, o autor não deixou testemunho de guerra tribal que possa ter presenciado durante os nove meses em que fora mantido prisioneiro, é possível que as guerras tribais não fossem tão frequentes como os relatos do alemão nos fazem supor.

Hans nos apresenta as fronteiras de disputa de território entre as tribos rivais, as alianças ficam por conta da chamada Confederação dos Tamoios. Em meados do século XVI, as relações de escambo estabelecidas entre os tupinambá mais antigos do lugar com os franceses que se instalaram no Rio de Janeiro favoreceram a instalação da França Antártica.

Na década de 60, do século XVI, as disputas entre franceses e portugueses pela posse do Rio de Janeiro intensificaram-se culminando com a chamada Guerra dos Tamoios. Reduto anti-lusitano, o porto carioca e seus arredores tornaram-se cenário de uma guerra sangrenta e que segundo Darcy Ribeiro, deixou um saldo de aproximadamente 13 mil mortos de um lado e de outro.⁵ A derrota francesa e a dos Tamoios foi coroada com a fundação da cidade do Rio de Janeiro, com as premiações para os fiéis à coroa portuguesa e escravidão para os derrotados que não conseguiram fugir para as serras.

A partir da ocupação portuguesa no Recôncavo Guanabará em 1565, engenhos açucareiros, casarões, capelas e oratórios foram sendo erigidos no território nomeado de Aguassu ou Goagoassu e, posteriormente de Igoassu ou Iguaçú. A lógica predominante era ocupar para assegurar a defesa e a posse da Guanabara, reduto anterior de resistência a colonização portuguesa. Não bastava, portanto, expulsar os franceses e destruir a França Antártica, era necessário dizimar e escravizar os rebeldes Tupinambá e assegurar a dominação colonial com a ocupação.

Através da penetração pela Baía da Guanabara chegava-se aos rios que nela desaguavam ocupando as suas margens. Além da utilização da mão-de-obra nativa derrotada, levas de escravos africanos foram trazidas pelos colonos lusitanos para iniciar a empreitada de desmatar a mata atlântica e instituir as unidades produtivas açucareiras nas sesmarias recebidas. As mais antigas delas foram instaladas nas cercanias da Guanabara em 1565. Nas margens do Rio Aguassu (atual São Bento) foi instalada a Fazenda de Aguassu pelo Ouvidor-mor, Cristóvão Monteiro e uma outra foi instalada por Cristóvão de Barros em Magé ou Magepe.

Para manter a posse da sesmaria doada o colono deveria assegurar a ocupação e a produtividade da propriedade. Logo, construíram de pau a pique os prédios dos casarões e capelas, os moinhos, empreenderam as lavouras de açúcar e de alimentos para o abastecimento local. Nas propriedades ou próximas a elas haviam rios menores que desaguavam nos principais rios como o Meriti, o Sarapuí, o Iguaçú, o Pilar, o Inhomirim, o Estrela e o Magepe. Neles circulavam as canoas, as faluas e embarcações maiores transportando pessoas e coisas até o porto carioca. Podemos fazer um esforço para tentarmos imaginar o cenário da época. Os relatos de memórias do missionário protestante Daniel P. Kidder são preciosos nesse sentido. Embora sejam registros de sua viagem a Macacu, durante o século XIX, precisamente em 1837, nos permite uma aproximação com o que poderia ter sido no período colonial.

⁴ IDEM

⁵ Ver SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. RJ: Dissertação de Mestrado pela UFF, 2002.

*“Quando chegamos ao ponto onde devíamos tomar a embarcação (Praia dos Mineiros), fomos, como de costume, assaltados por cerca de cinquenta barqueiros, em tremenda concorrência, oferecendo botes, faluas ou canoas... Esses homens pertencem à numerosa classe de escravos adestrados no mister de catraieiros e empregados no transporte de passageiros no interior da baía. Dão-lhes botes e canoas pelos quais ficam pessoalmente responsáveis, assumindo perante os seus senhores a obrigação de pagar certa parcela diária, depois de deduzida a quantia necessária a sua subsistência... não trabalham apenas para ganhar a vida, mas, para escapar ao castigo que lhes está reservado caso não consigam entregar a seus senhores a parcela estipulada... alugamos um bote munido de velas e remos conduzidos por dois negros que se diziam perfeitos conhecedores de todos os portos da baía”.*⁶

Embora tenhamos que ter claro que a movimentação do porto carioca, assim como, dos portos da baía cresceram de forma mais significativa após a abertura dos caminhos novos para as Minas Gerais, os relatos do século XIX, apresentam no cenário, cenas do cotidiano da Baía da Guanabara e principalmente, a lógica de circulação e ordenamento espacial no período escravista. O relato acima ainda aponta a importância do trabalho do escravo de ganho na condução das vias de circulação de pessoas e coisas.⁷ Situação similar poderemos encontrar nos arredores guanabarinóis. Kidder revela em seus registros de viagem os principais portos da Baía da Guanabara que ainda no século XIX, eram apontados como os mais importantes:

*“Os portos principais da baía são Magé, Piedade, Estrela e Iguassú. Nesses pontos, as tropas procedentes do interior descarregam grandes quantidades de mercadorias que seguem para o Rio de Janeiro em pequenas embarcações... Se alguma coisa pode aumentar a magnificência do empolgante cenário são as numerosíssimas embarcações de todos os tipos que cruzam incessantemente a baía, pontilhando com suas velas brancas, o verde claro do mar.”*⁸

Ao imaginarmos o cenário da baía no século XVI, deveríamos apenas supor que o número de embarcações circulando poderia ser menor. Aos poucos vários sesmeiros chegavam para ocupar o território e instalar seus engenhos açucareiros. Na Fazenda de Iguaçú chegaram os frades beneditinos que ocuparam e expandiram as suas fronteiras após a morte de Cristóvão Monteiros. Religiosos Jesuítas e franciscanos também chegaram nas terras de Magepe e no atual Porto das Caixas onde podemos ainda encontrar vestígios do mosteiro de Boa Ventura.

Inicialmente as construções eram feitas de pau-a-pique e constantemente eram ameaçadas de desabamento. Podemos identificar este quadro nos relatos de visitaçào do Monsenhor Pizarro quando este apresenta várias datações para as capelas: desabavam e outra era erguida com a mesma devoção no mesmo lugar ou próxima ao local anterior.⁹ Posteriormente surgiram as primeiras olarias, uma delas instalada na fazenda dos beneditinos. No documento de Transmissão de abadia do Frei Francisco das Chagas para o frei Rosendo do Rosário em 1685, constava três fornos que eram movimentados diariamente por 24 escravos.¹⁰ A produção de tijolos possibilitou que construções mais duradouras fossem elevadas nos arraiais e no porto carioca.

⁶ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Sul)*. RJ: Biblioteca Histórica Brasileira, 1972: 145-146.

⁷ Identificamos em nossas pesquisas a presença de escravos agricultores, carreiros, barqueiros, barbeiros, ferreiros e de escravos atuantes no fabrico de tijolos, de aguardente, de açúcar, da garapa, da farinha e na criação de animais.

⁸ KIDDER, 1972: 158-159.

⁹ Livro das Visitas Pastorais do Senhor Monsenhor Pizarro no ano de 1794, emitidos e recebidos pelos Corregedores das Câmaras e Provedores das Capelas, folhas 86-96. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Ver também SOUZA, 2002.

¹⁰ NIGRA, D. Clemente M. da Silva. A Antiga Fazenda de São Bento de Iguaçú In Revista do SPHAN, Número 7, 1943: 257-258.

A produção no recôncavo expandia-se não apenas para a exportação, mas, sobretudo, para o abastecimento local e do centro urbano do Rio de Janeiro. Além da produção açucareira, da aguardente e da garapa, o plantio de feijão, de milho, de arroz e da mandioca ganhou acento no lugar. Podemos também apontar a presença de engenho de farinha, de aviário, de pocilgas, da criação de gado e de mulas para fornecer carne, leite e favorecer o transporte até aos portos dos principais rios.

No início do século XVII, foram organizadas as primeiras paróquias que articulavam o universo religioso e cultural das matrizes e capelas menores. As matrizes paroquiais foram erguidas nas margens dos principais rios, próximos aos portos. A ordenação paroquial foi utilizada para organizar a estrutura administrativa colonial com a formação das freguesias. No atual território de Duque de Caxias foram instituídas as Freguesias do Pillar do Aguassu, a de São João Batista do Trairaponga, depois nomeada de Meriti, a de Santo Antônio de Jacutinga e parte da Freguesia de Inhomirim e da Piedade de Aguassu. Ficavam a cargo de cada matriz os registros oficiais de batismo, de matrimônio e de óbitos dos moradores da freguesia. Os leigos participavam diretamente da vida religiosa e cultural da freguesia através das irmandades religiosas, sendo estas responsáveis pelas organizações dos festejos, procissões, sepultamentos e cuidados com a alma do morto.

O crescimento dos arraiais, da produção, da população, seja ela livre ou escrava, contribuíram para intensificar as relações comerciais intercoloniais, principalmente com Angola, uma das mais importantes colônias portuguesas fornecedoras de escravos africanos para o Rio de Janeiro e seus arredores, trocando-se inclusive aguardente por escravos. Já no século XVIII, a maioria dos escravos registrados nos livros de assento de batismo da Freguesia do Pillar era angolana como nos afirma Souza.¹¹

A conjuntura local começa a ser alterada a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais em fins do século XVII. Os bandeirantes paulistas iniciaram a abertura de um caminho para escoar o ouro por trajetos mais curtos. Aproveitando as picadas construídas pelos nativos Guaianazes, os bandeirantes abriram o primeiro caminho do ouro interligando São Paulo, Rio de Janeiro por Parati ao planalto mineiro.¹² Apesar do trajeto penoso que durava até três meses para ser percorrido enfrentando-se chuvas, frio ou calor escaldante, lamaçais e os perigos oferecidos pelas subidas serranas e pela floresta, o Caminho dos Guaianazes transformou Parati no principal escoadouro do ouro.

Exposta a ataques de corsários, a cidade de Parati crescia recebendo investimentos em defesa como a instalação de canhões voltados para o mar. Um conjunto de atividades econômicas foi se estruturando: instalação de fazendas para abrigar tropeiros e armazenar a produção em circulação; construções de espaços de trocas comerciais e de estalagens para o pouso; empreendimentos que consistiam no aluguel de mulas e de escravaria para operacionalizar o transporte das mercadorias e; cobranças de tributações pela passagem nos lugares, pelo aluguel de embarcações, etc.

Frente ao crescimento da extração aurífera e da necessidade de controle fiscal sobre o ouro, o próprio governador Artur de Sá e Menezes deixou para Garcia Paes¹³ a incumbência da abertura de um novo caminho que encurtasse o tempo de viagem. A emergência da abertura de um novo caminho vinha de encontro também a necessidade de favorecer a circulação de mercadorias para o abastecimento dos espaços urbanos que surgiam no entorno das áreas mineradoras. Um outro aspecto a considerar era o aumento do fluxo de pessoas para as Minas Gerais, as condições de pobreza dos chamados desclassificados do ouro e da escravaria tornando a região um terreno propício a rebeldia.¹⁴ Tal quadro impunha a coroa pensar sobre os mecanismos de controle e coerção para manter a ordem colonial.

¹¹ SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. RJ: Dissertação de Mestrado pela UFF, 2002.

¹² O Caminho dos Guaianazes atravessava a Serra do Mar e os campos de Cunha, pondo Piratininga ao alcance de Parati, na Costa fluminense, de onde por mar se atingia o Rio de Janeiro. Atravessava-se a Serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú. Ver SILVA, Moacir M. F. Geografia dos Transportes no Brasil. RJ: Revista Brasileira de Geografia, Ano II, Número 2, abril de 1940. Apud Souza: 2002. Para se ver maiores detalhes acerca do Caminho dos Guaianazes ver ANDREONI, João Antônio. Cultura e Opulência do Brasil. SP: Cia Editora Nacional, texto da edição de 1711: 258- 261.

¹³ Garcia Paes era filho do bandeirante paulista Fernão Dias Paes.

¹⁴ Ver SOUZA, Laura de Melo e. Os Desclassificados do Ouro. RJ: Edições Graal, 1986.

O primeiro caminho novo aberto por Garcia Paes foi iniciado em 1699 e concluído em 1704, recebendo várias denominações: Caminho de Garcia Paes, Caminho do Guaguassu ou Goagoassu e Aguassu, Caminho do Pillar de Aguassu e Caminho do Couto. Garcia Paes utilizou seus próprios recursos e escravaria, recebendo em troca sesmarias para si e sua família nas proximidades dos caminhos, a mercê do cargo de Guarda-mor das minas por três anos a partir de 1702, e a concessão para empreender aluguel de embarcações.¹⁵

No itinerário geográfico com a descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, vilas, rios, montes e serras que há na cidade do Rio de Janeiro até as Minas Gerais, elaborado por Francisco Tavares de Brito em 1732, podemos identificar o percurso do Caminho de Garcia Paes:

*“Parte-se da cidade do Rio de Janeiro em lancha e se entra pelo Rio Iguaçu, e em uma maré se chega ao sítio do Pilar; e daqui em canoa pelo rio acima se vai ao Couto; aqui se monta a cavalo e se segue a Taquaraçu, ao pé da Boa Vista; sobe-se a serra com bastante trabalho. Do mesmo mais eminente da estrada se vê o mar e a planície da terra em recíproco comércio; goza aqui a vista de um famoso espetáculo... Ao pé desta serra, da parte norte, estão situadas as roças do Silvestre; Bispo; Governador; Alferes; Rocinha; Pau Grande; Cavaruaçu; Dona Maria Taquaraçu; Dona Maria Paraibuna – passa-se um rio deste nome...”*¹⁶

A abertura do caminho pelo Pilar transformou o atual território da Baixada Fluminense em elo de ligação do porto carioca com planalto mineiro, o que por sua vez, valorizou a propriedade rural nos arredores, desencadeou um processo da ocupação serrana, diversificou as atividades econômicas ampliando o trânsito de pessoas e escravaria.

Enéas Martins Filho, em seu artigo “Os Três Caminhos para as Minas Gerais” apontou a possibilidade do Caminho do Pilar ter sido aberto do planalto para o litoral, isto é, do norte para o sul. Segundo o autor, “um viadante que partisse do litoral jamais escolheria para vencer a serraria o ponto onde ela se apresenta mais escarpada, mais agreste e mais hostil...”. Ele ainda apresentou documentos oficiais que apontam a saída de Garcia Paes do planalto para o litoral.¹⁷

Embora não seja tão significativa tal informação, ao percorrermos o trajeto do caminho do Pilar e iniciarmos a subida da serra em direção a pedra do Couto foi possível imaginar as dificuldades pelos quais passaram os viajantes do século XVIII e XIX, para chegar ao outro lado na roça do capitão Marcos e em Paty de Alferes. Segundo um morador de Xerém que já fez a travessia, se gasta cerca de 8 horas de caminhada do sopé da serra até fazenda do Marcos e a atual Estrada do Imperador, em Miguel Pereira. Apesar de não ter sido possível fazermos ainda a travessia, percorremos cerca de 3 horas de caminhada do sopé da serra até chegarmos às ruínas de uma fazenda colonial do século XVIII. É possível que seja a da fazenda Cachoeira apresentada no mapa da Estrada do Comércio.

Na obra de Antonil, editado pela primeira vez em 1711, o autor descreve o caminho do Pilar por terra firme:

“Partindo da cidade do Rio de Janeiro por terra firme com gente carregada a primeira jornada se vai à Irajá; a segunda ao engenho do alcaide-mor, Tomé Correia¹⁸; a terceira ao Porto do Nóbrega no Rio Iguaçu, onde há passagem de canoas e saveiros; a quarta ao sítio que chamam de Couto”.¹⁹

¹⁵ MAGALHÃES, Basílio de. Garcia Rodrigues Paes. In Revista do IHGB, Volume I, Número 138, T. 84, 1918.

¹⁶ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de e CAMPOS, Maria Verônica (orgs). Códice Costa Matoso. Vol. I e II. BH: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999: 11.

¹⁷ MARTINS FILHO, Enéas. Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1, 1965: 171-211.

¹⁸ Tomé Correia era filho do sargento-mor Martim Correia Vasquez, proprietário de terras em Cachoeira e Maxambomba, localizadas atualmente entre Irajá e o Pilar. Ver MARTINS FILHO, 1965: 183.

¹⁹ ANDREONI, João Antônio. Cultura e Opulência do Brasil. SP: Cia Editora Nacional, texto da edição de 1711: 288.

O viajante botânico Saint-Hilaire indica que este caminho por terra firme era preferido por aqueles que temiam atravessar a Baía da Guanabara. Diz ele:

“Aqueles que temem o mar, e não são poucos, desviam-se da estrada principal para o lado do Rio Paraíba e caem no caminho por terra; caravanas que vem das partes ocidentais da Província de Minas Gerais chegam também ao caminho por terra por outras estradas.”²⁰

Podemos supor que o temor do mar e os custos elevados com aluguel de embarcações, escravaria e mulas oneravam a viagem. Por terra firme transportavam suas mercadorias de um lugar para o outro com tropa própria com menor custo, embora o fizessem com maior desperdício de tempo. Para os que quisessem encurtar a viagem e não sofressem do temor do mar ainda lhes restavam outras duas opções. Na primeira, partia-se do Rio Janeiro e pela Baía da Guanabara entrava-se pelo Rio Aguassu até chegar ao Pilar como nos narra Antonil:

“E quem vai por mar e embarcação ligeira, em um dia se põe no Porto da Freguesia do Pilar e um outro, em canoa subindo pelo Rio de Moroabi acima ou indo por terra, chega pelo meio dia ao referido sítio do Couto.”²¹

A segunda apresentada por Saint-Hilaire. O viajante em sua primeira viagem fez a travessia da Baía da Guanabara e entrou pelo Rio Meriti.

“Na parte em que subimos o Rio Meriti tem correnteza quase imperceptível. São águas tão salobras e atravessam uma zona baixa, pantanosa, e inteiramente coberta por duas espécies de árvores aquáticas. Terrenos da mesma natureza são bastante comuns nos arredores da cidade; não se cogita, por enquanto, de aproveitá-las; como, porém, a população do Rio de Janeiro aumenta com surpreendente rapidez, tempo virá em breve, em que se tentará tirar partido das terras hoje inúteis... Chegamos ao local em que se costuma embarcar produtos enviados ao Rio de Janeiro pelo Meriti, desembarcamos e cavalgamos em burros que o senhor Almeida tinha mandado vir da sua propriedade...”²²

O viajante e comerciante inglês, Jonh Luccock, também passou próximo ao Meriti deixando seu relato: “... A pouca distância fica o largo estuário do Meriti, donde a praia vai se elevando até o lindo Rio Serapuí, cujas margens são bem cultivadas”.²³

Até 1720 o único percurso partindo do Pilar para Minas era o do Couto. Ao chegar no porto era preciso alugar canoas menores para seguir do Rio Pilar ao Xerém (atualmente uma parte desse rio é nomeado de Calombé) até o sopé da serra.

Percorrermos as trilhas apresentadas nos relatos e reconhecemos as dificuldades apresentadas nos registros de memórias e nos documentos oficiais. Em um requerimento enviado a coroa portuguesa no início do século XVIII, os moradores de Inhomirim apresentaram os problemas existentes no Caminho do Pilar para legitimar a solicitação da abertura de um outro caminho que atravessasse o território deles. São elas:

1. *“Do Rio de Goagoassu não há, desde a sua barra até o Porto do Pilar, que é desembarque universo e de todos os mineiros, uma só estalagem ou abrigo aonde se livrem de alguma accidental tempestade, padecendo este inconveniente mais de 4 léguas do Rio”;*
2. *“... do Porto do Pilar até o pé da serra, também se oferece outro rio, muito pequeno, que apenas pode navegar uma canoa com oito cargas e estas pagas a oito ou dez patacas, e que neste rio se tem*

²⁰ SAINT-HILARE. Augusto de. Viagens pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1779-1853). BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975: 19.

²¹ ANDREONI: 1975: 288.

²² SAINT-HILARE. Augusto de. Viagens pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1779-1853). BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975: 19.

²³ LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975: 224.

- perdido muitas por se virarem as canoas muitas vezes pela força com que o dito rio corre, e que não podem fazer por terra pelos muitos brejos e atoleiros que tem o dito caminho...";*
3. *"Ao subir a serra, pela dificuldade dela, não se pode carregar as bestas para passar por todo o percurso e pagam a quem os manda passar às costas dos negros por 3.200...";*
 4. *"Por não terem os viadantes pastos capazes para pastarem as suas bestas e sobre isso experimentam muito roubo delas..." e;*
 5. *"Por verem que o lucro que tiram dele, nele tornam a deixar, gastando mais de 8 dias até o Paraibuna"²⁴.*

Evidentemente que os moradores de Inhomirim também apresentaram no requerimento todas as comodidades que o Caminho do Inhomirim oferecia: estalagem, pasto, portos, passagens mais alargadas, redução do tempo de viagem, etc. Embora seja prudente uma certa desconfiança para os argumentos utilizados, principalmente no tocante a abrigos para os tropeiros, não poderíamos desconsiderar as suposições frente ao trabalho de reconhecimento do percurso que fizemos.

No que se refere à ausência de estalagem no Pilar e em seus arredores podemos encontrar no relato da segunda viagem de Saint-Hilaire as dificuldades pelo qual passava o viajante.

"Parei num engenho que faz parte da paróquia de Santo Antônio de Jacutinga (Pantanal, São Bento e Lote XV atualmente) e ali me instalei com a permissão do dono, sob uma espécie de telheiro onde se guardavam as plantas e carros e onde nos afundamos até o tornozelo, na poeira e no esterco. À noite, o dono da casa fez-me oferecer café e convidou-me para dormir na casa. Agradei, pois acabava de ceiar, e minha cama já estava armada na varanda."²⁵

Entretanto, não se poderia acreditar que um caminho aberto recentemente pudesse apresentar uma infra-estrutura adequada para os caminhantes. Nesse sentido, os abrigos possíveis eram as fazendas. Muitos proprietários eram beneficiados pelo pousio oferecido e pelas trocas comerciais realizadas. Logo, nas margens dos caminhos a ocupação serrana se efetivava. Embora o Caminho de Inhomirim tenha se tornado o mais importante pós a sua abertura, o do Pilar ainda era uma opção por terra firme e para a região serrana ocidental.

Segundo o Relatório do Marquês do Lavradio entre os anos de 1779-89, a Freguesia do Pilar era a única da Baixada a apresentar um quantitativo de população livre superior a escrava. Ao nosso ver este dado está relacionado a presença de homens livres envolvidos com as atividades manufatureiras, com as trocas comerciais, com armazenamento da produção, com as atividades lucrativas relacionadas a serviços de viagem e a presença de agricultores que arrendaram terras doadas as irmandades da matriz do Pilar e de moradores que preferiram investir em outras regiões mais atrativas, inicialmente em Minas Gerais e, posteriormente no Vale Paraíba.²⁶

Podemos afirmar que pós a abertura do Caminho do Garcia Paes, a Freguesia do Pilar tornou-se palco de disputas onde diferentes interesses estiveram em jogo. No requerimento emitido à coroa portuguesa em 1725, o vigário da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, o padre João Álvares de Barros, reivindicava a conservação da preferência que tinha nas navegações das suas canoas no Porto do Pilar por estar situado em sua fazenda.

O requerente utilizou como argumento para a sua solicitação os gastos que este realizara na abertura do rio e que segundo ele, "até ali não era navegável, por uma légua para se juntarem as águas, além de abrir outro caminho para a mesma navegação por espaço de cinco léguas, sendo ali brenhas e habitações só de fera". Uma segunda justificativa estava relacionada a fidelidade do pároco para com o governador e para com a coroa. O padre afirma ainda que o governador havia lhe tirado a preferência para dar a João

²⁴ MARTINS FILHO, 1965.

²⁵ SAINT-HILAIRE. Augusto de. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo. RJ: Bibliotheca Pedagógica Brasileira, 1932: 25.

²⁶ Ver SOUZA, Marluca Santos de. Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. RJ: Dissertação de Mestrado pela UFF, 2002.

Cheridan em troca deste se obrigou a conduzir os petrechos de guerra, soldados e coisas pertencentes ao Serviço Real. Entretanto, o mesmo argumentava que sempre colocou suas canoas a serviço do governador sem dispêndio.²⁷

Os dois requerimentos, a dos moradores de Inhomirim e a do padre João Álvares de Barros, nos permitem uma aproximação com o cotidiano do Pilar no início do século XVIII: as dificuldades com os alagamentos, o grande volume de água nos rios durante as chuvas impedindo um fluxo tranquilo das embarcações, a presença de áreas de reserva de mata atlântica, principalmente no sopé da serra e nas serras oferecendo assim, o contato diário com animais considerados perigosos, a ausência de estalagem para o pouso do tropeiro e do viajante, as disputas pelas mercês distribuídas pela coroa a partir da reciprocidade e fidelidade, tão típicos nas sociedades de Antigo Regime. Entre elas a doação de sesmarias, a preferência das passagens e embarcações, o privilégio de cobrança de tributação de vias de circulação e pelo fornecimento da escravaria.

Para tornar mais compreensível o cotidiano relatado e as disputas operadas no lugar podemos recorrer ao episódio ocorrido em 1711, com a invasão e o saque francês realizado sob o comando do senhor Duguay Trouin. Em 1710, uma invasão francesa antecedeu a empreendida por Trouin e foi derrotada culminando com a prisão e morte do seu comandante. Invasão, saque, bombardeios de canhões e a violência francesa fizeram com que os moradores da cidade partissem em fuga com o que podiam carregar para a Tijuca e para o Caminho do Garcia Paes, o único existente até aquele momento nas margens da Baía da Guanabara em direção às minas. Além dos moradores, seguiu em direção a Minas o pedido de reforços. Para os mineiros por sua vez, proteger a cidade do Rio de Janeiro representava assegurar a defesa de seu mais importante escoadouro do ouro.

Nas memórias do senhor Duguay Trouin ele relata a resistência de tropas luso-brasileiras no local, comandada pelo senhor Amaral e que segundo o francês, era um soldado de grande reputação na localidade e que contou com a colaboração dos senhores Brugnon e Cheridan, “os primeiros a fixar baionetas na ponta do fuzil” na resistência. A tropa local só não obteve êxito na sua investida devido aos reforços enviados por Duguay. Creio que podemos imaginar o esforço de resistência nas cercanias da Guanabara. Procurando ganhar tempo até a chegada dos reforços mineiros, o governador tenta negociar. Sobre isso nos diz o senhor Trouin:

*“Começaram eles por me dizer que, tendo sido abandonados pela população, que se embreava nas matas e nos morros para transportar suas riquezas, era impossível conseguir mais do que seiscentos mil cruzados, e mesmo assim eles me solicitaram um prazo assaz para trazer o ouro pertencente ao rei de Portugal, que eles diziam ter sido levado para o interior, a uma grande distância”.*²⁸

Segundo os relatos, Portugal havia enviado mensagens do ataque francês o que justificaria o argumento do governador de que o ouro da coroa não se encontrava na cidade. Frente também às notícias recebidas por negros desertores de que Antônio Albuquerque estava se aproximando “com um poderoso exército das regiões mineiras com mais de 3 mil homens de tropas regulares, metade cavalaria e metade infantaria, e mais de 6 mil escravos bem armados”, o comandante francês ponderou e decidiu aceitar a proposta do governador. Para forçá-lo a entregar tudo o que fora exigido os franceses enviaram ameaças de destruição da cidade com bombardeios e incêndios. Carregaram toda a produção encontrada de açúcar, de aguardente e de alimentos, além da quantia recebida e retornaram a França²⁹.

O episódio exposto nos permite apontar a importância do Caminho do Pilar nas primeiras décadas do século XVIII, e, sobretudo, a possível justificativa da mercê retirada do padre João Álvares de Barros para Cheridan pelos serviços prestados a coroa durante a invasão dos corsários franceses. Já o governador da cidade, Francisco de Castro Morais, foi punido severamente, inclusive com a perda do seu cargo pelo

²⁷ MARTINS FILHO, Enéas. Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1, 1965: 198.

²⁸ Memórias do Senhor Duguay Trouin/René Duguay-Trouin. Apresentação de Francisco Carlos Teixeira e Alexander Martins Vianna; Tradução de Oswaldo Biato. RJ: Arquivo Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília; SP: Imprensa Oficial do estado, 2003: 161-162.

²⁹ Idem

abandono da cidade e pelos encaminhamentos feitos, embora as estratégias utilizadas no ataque anterior terem sido os mesmos, obtendo inversamente ao de 1711, um resultado satisfatório.

Francisco Carlos Teixeira e Alexander Martins nos chamam a atenção para uma das características do Antigo Regime que é “a existência de uma larga rede de compromissos, reconhecimentos mútuos, direitos e deveres, que localizam o indivíduo na sociedade, limitam ou ampliam suas possibilidades pessoais...”³⁰ No caso específico aqui tratado podemos reconhecer os limites impostos ao padre e ao governador, assim como, a distribuição de privilégios pessoais a Cheridan. Os limites e as concessões, os interesses econômicos pessoais dos colonos moveram disputas internas expressas nos documentos.

No requerimento emitido pelo Tenente Coronel Bernardo Soares de Proença, no início do século XVIII, solicitando a autorização para abertura de um outro caminho para as Minas Gerais por Inhomirim, podemos identificar os argumentos utilizados por ele para convencer as autoridades da viabilidade da nova rota:

1. A vantagem do escoamento dos quintos por caminhos mais suaves e mais curtos;
2. A comodidade oferecida por ser o lugar habitado por vários moradores;
3. A existência no lugar de vários portos na barra do Inhomirim e serra acima;
4. A facilidade do desembarque de pessoas e de cavalaria sem as pensões que há no Rio Guaguassu, sem a necessidade de se fazer baldeação com canoas menores e;
5. As custas da abertura do novo caminho ficar por conta do empreendedor.³¹

Bernardo Soares e os demais moradores de Inhomirim pretendiam com esse caminho valorizar suas propriedades, alargar as fronteiras de suas atividades econômicas e aproximar ainda o local à Minas Gerais. Por sua vez, encontravam resistência entre os moradores das áreas beneficiadas pelo Caminho do Garcia Paes como Meriti, Pilar, Iguaçú e serra do Couto.

Francisco Gomes Pereira, morador do Rio de Janeiro e vizinho de fazendeiros do Aguassu, enviou uma petição ao Conselho Ultramarino para solicitar o impedimento da abertura do Caminho do Inhomirim. Utilizou como justificativa a dificuldade do controle fiscal do ouro e do contrabando.³² Fica claro que as disputas em jogo não são insignificantes e no caso específico, apesar dos reclamos dos moradores de Aguassu e do Pilar, o caminho de Inhomirim foi aberto, recebendo posteriormente autorização oficial. Enquanto pelo Caminho do Pilar o tropeiro e o viajante gastavam em média 15 dias de viagem, pelo do Inhomirim gastavam cinco dias. Vejamos o relato do Caminho do Inhomirim ou do Caminho do Proença:

*“Tomava-se na Praia dos Mineiros, no Rio de Janeiro, passagem em uma falua às 11 horas da manhã e aproava-se ao Porto Estrela, passando pelo Boqueirão, na ponta da Ilha do Governador, através de grandes molhes de pedras e grandes quantidades de aloés, e outras plantas aquáticas que ali imergem suas raízes na água salgada. Do Porto Estrela, desembarcava-se em qualquer dos ancoradouros de Francisco Alves Machado Martinho e de Joviniano Varela, às cinco horas da tarde, quando o tempo favorecia, aí pernoitando-se em qualquer das casas desses que davam franca hospitalidade, ou em uma estalagem do lugar. No outro dia, seguia-se a cavalo ou de carro, fornecido pelo capitão Albino José de Sequeira Fragoso, pela estrada de Minas até Fragoso, importante passagem obrigatória de todo o comércio dessa província, que até hoje se acha abandonada. De Fragoso subia-se a serra velha de Estrela para se chegar a Petrópolis com uma viagem de duas a cinco horas. Cada viagem custava 4\$000, sendo 3\$000 pelo aluguel do cavalo até o porto e 1\$000 pelo transporte na falua até a Praia dos Mineiros. Se tomasse o carro do S. Albino até Estrela pagava-se então, mais a quantia de 2\$000”.*³³

³⁰ Memórias do Senhor Duguay Trouin/René Duguay-Trouin. Apresentação de Francisco Carlos Teixeira e Alexander Martins Vianna; Tradução de Oswaldo Biato. RJ: Arquivo Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília; SP: Imprensa Oficial do estado, 2003: 18.

³¹ MARTINS FILHO, Enéas. Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1, 1965.

³² MARTINS FILHO, 1965: 211.

³³ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. O Porto Estrela. In: Revista da IHGB, nº 293, 1971.

Como podemos observar a abertura do Caminho do Proença aqueceu as atividades econômicas de Inhomirim, transformou Estrela em um importante porto da colônia, favoreceu a ocupação serrana, atraindo para a Raiz da Serra ou sopé da serra, cientistas como Langsdorff. Ao se instalar nas margens do caminho do ouro, na Fazenda da Mandioca, Langsdorff recebeu pesquisadores, artistas, viajantes de diferentes nacionalidades. Sua propriedade tornou-se laboratório e passagem obrigatória desses caminhantes. No século XIX, o lugar foi o escolhido para a abrigar a Fábrica de Pólvora que funcionava em Botafogo, no atual espaço do Jardim Botânico. O cientista sofreu o impacto da desapropriação de sua fazenda, deixando sua propriedade.³⁴

Rugendas, Tomas Ender e William John Burchel deixaram iconografias da travessia pela Baía da Guanabara e pelo Caminho do Proença que nos aproxima do cenário construído no período. Além dos registros iconográficos temos um conjunto representativo de relatos descritivos produzidos pelos viajantes e que são fontes valiosas para o nosso trabalho de historiador.

Apesar do Caminho de Inhomirim se constituir na principal via de integração do Rio de Janeiro e a região mineradora, o Caminho do Pilar manteve-se como opção para o escoamento da produção serrana ocidental e para os que temiam o mar, preferindo assim, a viagem por terra firme.

Por volta de 1728, o Mestre de Campo da Ordenança Estevão Pinto de Andrade, senhor da roça de Pau Grande, abriu uma nova picada para escoar a produção serrana por Iguacu e Pilar. Novas querelas surgiram por lá. Enquanto João Rodrigo dos Santos enviava em 1739, uma petição ao governo português reivindicando a representação do contrato das passagens das canoas do Rio Pilar até o Couto, suplicando a proibição do Caminho do Inhomirim,³⁵ o Capitão-mor Francisco Gomes Ribeiro denunciava e solicitava o impedimento da abertura de uma outra variante pelo Tinguá. Diz o requerente no documento:

*"...havendo um só caminho vem os transportadores por ele seguros com as suas fazendas (riquezas) dos ladrões... por causa de novas veredas e picadas que se tem feito se tem repartido por uma e outras sua facilidade aos ladrões e salteadores roubarem os ditos passageiros, cujo dano se principiou a experimentar depois do dito Estevão Pinto abriu aquelas infaustas picadas, tão prejudiciais ao Serviço de Vossa Majestade e do seu povo, como se relata..."*³⁶

Apesar das súplicas o Caminho do Tinguá se manteve aberto tornando-se apreciada já que a subida era mais alargada e menos sofrível que a caminhada pela pedra do Couto (atual Xerém). Podemos observar que durante os séculos XVIII e XIX, vários deslocamentos foram sendo operados a partir dos diferentes interesses econômicos em jogo. A descoberta do ouro em Minas Gerais provocou um deslocamento do eixo econômico e político do nordeste para o sudeste. Logo, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a nova sede do Governo Geral em 1763. Em fins do mesmo século frente a escassez do ouro nas Minas Gerais, a produção cafeeira vai ganhando terreno no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense e posteriormente no Vale Paraíba.

No século XIX, o café tornou-se o principal produto de exportação influenciando a transferência de capitais anteriormente investidos na mineração para a produção cafeeira. Desse modo, o Vale Paraíba foi transformado no novo centro econômico do país que emergia. Conseqüentemente o Caminho do Tinguá ganha maior importância. Iguacu e o Pilar são transformados em escoadouro e áreas de armazenamento do café do Vale Paraíba. O Caminho de Inhomirim também cumpre esse papel escoando o café do Vale Paraíba mineiro e fluminense. John Luccock, Saint-Hilaire e Charles Ribeyrolles entre outros viajantes, passaram pelo caminho do Tinguá e deixaram seus relatos de memória sobre ele. Vejamos o relato de Luccock:

"O Iguazu é um belo rio, largo e profundo, que corre por um leito extraordinariamente meandroso... Cerca de cinco milhas a montante de sua embocadura é esse rio alcançado pelo Pilar, que vem do nordeste, já tendo passado por junto de umas

³⁴ A Fábrica funciona na atualidade com a denominação de IMBEL.

³⁵ MARTINS FILHO, Enéas. Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1, 1965: 200.

³⁶ MARTINS FILHO, 1965: 201.

*poucas casitas e um grande edificio que forma a aldeia do mesmo nome. Duas milhas mais acima, alcança-se o primeiro ponto em que as barrancas são firmes e ali, à mão esquerda, encontra-se um pequeno convento beneditino, agradavelmente situado à sombra de portentosa montanha, mas com suas terras em tal estado de abandono que se tem a impressão de ser seu principal objetivo a manutenção de uma venda e de uma vasta olaria... Após ter remado por quase seis horas, alcançamos o Porto dos Saveiros, assim denominado por causa das embarcações de dez a quarenta toneladas de carregamento, que até esse ponto sobem o rio Iguazú, para ali receberem os fretes trazidos por canoas... Seguimos então o hábito estabelecido, trocando nossa lancha por canoas, na qual atingimos a ponte de Marambaia a cabo de uma rota aborrecida de outras seis horas...*³⁷

Luccock fez a viagem por mar, Saint-Hilaire fez pelo Meriti e por terra firme (Rio, Inhaúma, Irajá, Santo Antônio de Jacutinga, Pilar, Iguassu, Paty, Pau Grande, Encruzilhada, Paraíba). Ribeyrolles chegou pelo Rio Iguaçú, entrou no Pilar e por terra firme chegou na Vila de Iguaçú (Estrada do Provedor e da Escrava, Piranema, Marambaia e Vila de Iguaçú).

O aquecimento da circulação de mercadorias e de pessoas pelo Tinguá fez com que no pé da serra surgisse um pequeno centro de trocas comerciais, armazenamento e pouso para os tropeiros e viajantes, conhecido como Cava. Em 1822, a Junta do Comércio iguaçuano melhorou esse caminho recebendo ele nova denominação, Estrada do Comércio. Pela estrada as trocas comerciais entre o Vale Paraíba (Paty, Pau Grande, Parariba, Vassouras, Valença, etc) e a Corte intensificaram-se e em 1833, o arraial de Iguaçú foi elevado a categoria de Vila. Vejamos o relato de Ribeyrolles sobre a sua estadia na sede da vila.

*"Iguassu é uma rua comprida e mal calçada que à esquerda segue para o porto e à direita termina numa bifurcação. Aí se comprimem os armazéns, as construções, as casas dos consignatários que exportam para o Rio. É a bolsa, o mercado, o entreposto. É a vida de Iguassu. Consta de duas mil almas a população desse burgo-capital... No porto, o rio é estreito e baixo. Os cavaleiros da jarreteira poderiam passá-lo facilmente. Os barcos carregados são impelidos a vara até o mar... Antes de deixar Iguassu, sua hospedaria onde se agita toda uma geração de mestiços e sua casaria acaçapada, tive ensejo de ver um desses longos comboios de mulas carregadas que denominamos tropa."*³⁸

O crescimento do arraial no pé da serra (Cava) acompanhava o crescimento do Vale Paraíba e da ocupação da serra do Tinguá. Fazendas, engenhos, engenhocas, sítios, ranchos foram erguidos nas margens da Estrada do Comércio demarcando as áreas de influência e de poder dos Lousadas, Barbosas, Bastos, Matos, Lourenços, Nogueiras entre outros.

Apesar de sua importância os viajantes e tropeiros sofriam com os atoleiros, os alagamentos, os precipícios e a inviabilidade de se fazer a viagem com transportes maiores pela Estrada do Comércio. As pressões dos proprietários, viajantes e mercadores fizeram com que o governo provincial do Rio de Janeiro estabelecesse um contrato em 1839, com o coronel do Imperial Corpo dos Engenheiros, Conrado Jacob de Niemeyer.

Segundo o contrato assinado Conrado ficaria obrigado a: 1. pontificar dentro de 4 anos a porção da estrada acima; 2. dar segurança e comodidade de trânsito a toda sorte de transporte atualmente em uso no Brasil e; 3. assegurar que no prazo de um ano a estrada deveria ser mantida sem grandes atoleiros, precipícios ou circunstâncias que impedisse o trânsito público. No artigo primeiro e terceiro ficaram

³⁷ LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975: 225.

³⁸ RIBEYROLLES, Charles. Brasil Pitoresco. Vol. 1. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1980: 218-219.

³⁹ NIEMEYER, Conrado Jacob de. Relatório dos Trabalhos Concluídos na Estrada do Comercio Entre os Rios Iguassú e Parahiba, em Cumprimento do Contracto, Additamento, e Alterações a que se Obrigou com o Governo Provincial do Rio de Janeiro. RJ: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844.

estabelecidos os valores que o governo provincial se responsabilizaria a pagar ao engenheiro: duzentos e trinta e seis contos de reis (236:000\$000) adiantados com prestações mensais de cinco contos de reis (5:000\$000) cada uma.³⁹ Em 1844, Conrado publicou um relatório de prestação de contas do trabalho realizado justificando segundo ele, o muito feito com pequenos recursos. Diz ele:

*“Desejando conservar ilibada a minha reputação, especialmente para a Assembléa Provincial... implorei, e obtive a permissão de fazer imprimir o relatório dos meus trabalhos... para que se possam conhecer os esforços que empreguei para corresponder a confiança em mim depositada... à vista das condições que contrahi, e das quantias a fim a que me propuz de huma maneira que não prejudicasse o meu crédito”.*⁴⁰

O engenheiro segue as páginas seguintes afirmando seus feitos e as quantias gastas. Entre os feitos destacou: grandes descortinamentos e alargamento da estrada; construção de elegantes pontes, de pontilhões e boeiros; aterros com suficiente altura para ficar ao abrigo das cheias dos rios e cachoeiras; ampliação com caminho novo; 850 braças de primorosas calçadas com declive mais suaves e com muralhas desfazendo a fogo (explosivos) os rochedos; construção de esgoto subterrâneo longitudinal por toda a encosta da montanha; investimento nas traçadas com precipícios para adoçar os decliveis; desvio das águas de cachoeiras; instalação de um corgo denominado d'Aldeia e outro denominado de Caboclo para que animais tivessem na serra locais para saciar a sede; construção de um Quartel e ferraria; reedificação de paredões; etc.

É possível identificar no relatório a preocupação do engenheiro em exaltar os seus feitos e explicitar as dificuldades enfrentadas no trabalho que ele mesmo qualificou de “metamorpbose em larga e vistosa estrada”. Entre as dificuldades de execução da obra apontou inicialmente as críticas dos viajantes e tropeiros que cobravam que “a estrada repentinamente como milagre ficasse pronta”. Uma outra dificuldade indicada era a de executar as obras de encosta, as construções das pontes e o alargamento da estrada utilizando-se de fogo para abrir caminho entre as rochas.

*“As 186 braças que se seguem, a meio das quaes existe huma furiosa cachoeira denominada de Lage, onde o terreno foi a fogo, e na rocha viva preparado palmo, e onde 5 escravos meus perderão a vida com a explosão das minas, assim como 9 outros em toda a serra... mas hoje esta cachoeira respeitável passa em um esgoto subterrâneo magestoso, onde hum homem d'altura vulgar sahe e entra sem se curvar, parecendo-me achar-me construída ao abrigo de qualquer contra-tempo”.*⁴¹

A leitura do relatório nos proporcionou algumas reflexões. Inicialmente desconfiamos da extrema preocupação do engenheiro em justificar os feitos e os gastos, o que de certo era uma resposta as críticas recebidas. No sentido de mensurar o valor recebido por ele, verificamos em cartas de liberdade os valores de escravos no período. Em uma carta de alforria de 1837, o escravo Simplício Crioulo, pertencente Thomé Ferreira Barbosa, proprietário na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, teria que efetuar o pagamento de cento e dois mil e trezentos réis pela sua liberdade. Em outra de 1838, Dona Anna Oliveira Madureira, da mesma freguesia, recebeu a quantia de cento e cinquenta e três mil e seiscentos réis pela escrava Angélica, crioula de 38 anos.⁴²

Para facilitar os cálculos estabelecemos o valor duzentos mil réis para o valor escravo. Logo, o engenheiro recebeu nos 4 anos de obra aproximadamente o equivalente a 1180 escravos, valor nada desprezível se levarmos em conta que ele ainda recebeu ajuda de proprietários e possivelmente lhe fora facilitado o acesso do fogo produzido na fábrica de pólvora imperial, em Inhomirim.

⁴⁰ Idem, p. 1 e 2.

⁴¹ Idem, p. 8.

⁴² Livro de Registro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Aberto no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1831, pelo vereador Antônio Gomes Brito. Cartório da Primeira Circunscrição de Nova Iguaçu.

"... muito concorreu além de meus esforços pessoais, o auxílio dos fazendeiros, proprietários, e mais moradores da estrada; nenhum reclamou, depois que venci as serras do Tingoá e S. Anna, indenizações, nem murmurou, apesar dos graves prejuízos que muitos sofrerão, todos me franquearão suas casas, matos boiadas, tropas, e mais auxílios que careci, sem nada exigirem, e achando-me com todos na melhor harmonia".⁴³

Avançando na leitura do relatório fica claro que o governo provincial também considerou que o trabalho realizado não fora suficiente, estabelecendo aditamento no contrato. Obrigando Conrado a chegar com a obra da estrada até a Vila de Iguasu, na ponte da Marambaia, o governo provincial ainda acrescentou o valor de 16:600\$000 dezesseis contos e seiscentos mil réis para a obra. No caso do engenheiro não conseguir entregar a obra no prazo estipulado pagaria uma multa. Caso inverso receberia um bônus no mesmo valor da multa, ou seja, 24:000\$000 (vinte e quatro contos), aumentando assim, as possibilidades de acumulação de Conrado.⁴⁴ Um outro aspecto ainda a considerar é que no término do contrato o autor propõe a permanência de seu trabalho por mais quatro anos na conservação da estrada, o que revela um reconhecimento das vantagens da empreitada aos olhos do contratado.

Uma segunda reflexão que o relato das dificuldades nos provocou está relacionada a força de trabalho empregada na obra. Além da ajuda das tropas dos proprietários, o documento revela que a força de trabalho permanente era a mão-de-obra escrava. Não fica claro o quantitativo de escravos empregados, as formas de controle para evitar as fugas, muito menos se o engenheiro comprou os escravos com a verba recebida ou se já os tinha anteriormente. Entretanto, podemos fazer um esforço para pensar nos escravos que sofreram com o intenso trabalho, com os acidentes e principalmente com a perda de suas vidas.

As obras foram concluídas em 1844, com a pavimentação de parte de sua extensão até o porto do Iguassu. Subindo a serra acima se chegava a Paty de Alferes, Pau Grande, Encruzilhada, Paraíba e Minas Gerais. A circulação foi favorecida entre Cava e região cafeeicultora fluminense. A abertura da Estrada da Polícia em 1817, interligando Vassouras ao porto de Igoassu e a presença de nobiliarquias locais com moradias suntuosas em Vassouras também revelam a proximidade econômica e política dessas localidades.

O Caminho do Proença também foi pavimentado no século XIX, e Estrela foi elevada a categoria de Vila na década de 40. Com a compra da Fazenda do Córrego Sêco por D. Pedro I e posteriormente, com a reforma realizada no governo de Pedro II, a fazenda e seus arredores se transformaram na cidade imperial, na cidade de Pedro, onde os mais abastados da corte passavam o verão para fugir das doenças e do calor escaldante da Corte. Subordinada administrativamente a Vila de Estrela, Petrópolis cresce de importância intensificando o trânsito de pessoas entre as cercanias da Guanabara e a serra.

A Vila de Estrela e a de Igoassú eram regidas por um Código de Postura que regulava a vida de sua sede e de suas freguesias. A Vila de Iguacu era formada pelas Freguesias de Piedade de Iguassu, Marapicu, Jacutinga, Meriti e Santana das Palmeiras. A Vila de Estrela pelas Freguesias de Piedade de Inhomirim, Guia de Pacobaiba, São Nicolau do Suruí, Pilar, além é claro, de Petrópolis. A Freguesia do Pilar já havia pertencido a Vila de Iguassu, entretanto, as disputas locais e a criação da Vila de Estrela implantaram uma reestrutura administrativa deixando Pilar com Estrela. Não podemos esquecer que aqueles que desejassem chegar a Inhomirim por terra firme teriam que passar pelo Pilar.

Durante todo o século XIX, os conflitos não ficavam apenas pelas disputas políticas ou pela manutenção ou alargamento dos interesses econômicos dos moradores locais. As cercanias da Guanabara estavam permeadas de quilombos com até 100 pessoas. Nas margens dos principais rios construíram seus mocambos e estabeleceram uma rede de trocas comerciais. Viviam da pesca, do fabrico de carvão e da cobrança de tributação nas vias de circulação. Na medida em que o perigo se aproximava saíam em retirada em suas canoas para a baía ou dirigiam-se a região serrana. Os quilombos do Recôncavo eram chamados de Hidra, uma analogia ao monstro da mitologia grega: eram muitos e indestrutíveis. Destruía-se um nascia

⁴³ NIEMEYER, 1844: 13.

⁴⁴ Idem: 19

outro. Quando as milícias chegavam não encontravam mais ninguém. A facilidade de fuga pelo mar ou pela serra tornou a experiência quilombola possível. Vistos como ameaça a ordem duraram todo o período imperial, incomodando os senhores locais e ao que por ali passavam.⁴⁵

No mapa da Estrada do Comércio há um povoado chamado Quilombo, entretanto avançamos pouco em direção as investigações das experiências de rebeldia na serra. A mais conhecida até o momento foi a experiência de fuga liderada por Manoel Congo em 1838, onde um grupo entre os fugitivos decidiram seguir em direção ao Pilar, enquanto os demais partiram em direção a Serra da Taquara, sendo capturados ou retornando frente a promessa de anistia. Há também indícios que a abertura da Estrada da Polícia foi também uma estratégia para impedir o ajuntamento de negros e assegurar a segurança nos caminhos.

Além das tensões provocadas pelas disputas e pela presença dos quilombos a conjuntura da cercania da Guanabara sofreu um outro impacto. A chegada das ferrovias durante a segunda metade do século XIX, deslocou eixos de circulação desorganizando a estrutura existente. Primeiramente foi construída a Estrada de Ferro do Barão de Mauá em Guia de Pacobaíba, atual Praia de Mauá, deixando o Porto de Estrela esquecida. Já abertura da Estrada Pedro II, arruinou a ferrovia do barão, assim como, a sede da Vila de Iguaçu que foi transferida para próximo da Estação de Maxambomba (atual centro de Nova Iguaçu). Também Cava perdeu o seu vigor, assim como o Pilar. Os rios deixaram de ser as principais vias de circulação de pessoas e de coisas, sendo abandonados sem conservação.

Os caminhos agora eram do trem e depois dos automóveis. Os caminhos são outros com o avanço do modelo urbano-industrial. Entretanto ainda temos na Baixada Fluminense alguns dos vestígios deixados pelos homens do tempo colonial e imperial que precisam ser preservados. Conhecendo o nosso passado, poderemos nos reconhecer, constituir identidade coletiva que nos permita elos de pertencimento. Preservar o deixado por nossos ancestrais para lermos o nosso lugar, para compreendermos o que fomos, o que somos e o que queremos ser.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamentos no Brasil. RJ: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____. *O Sertão In Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. RJ: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguet, 1969.

AGASSIZ, Louis. Viagem ao Brasil. SP: Editora Nacional, 1936.

ANDREONI, João Antônio. Cultura e Opulência do Brasil. SP: Cia Editora Nacional, texto da edição de 1711.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Vol. 3. RJ: Imprensa Nacional, 1945.

BEZERRA, Nielson Bezerra. Iguaçu e Estrela: a Baixada no Meio do Caminho. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Ano 13, Número 13. RJ, 2004.

_____. *As Confluências da Escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888)*. Vassouras: Dissertação de Mestrado pela Universidade Severino Sombra, 2004.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. SP: Itatiaia e Editora da USP, 1976.

COSTA, Antônio Gilberto (org). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. BH: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

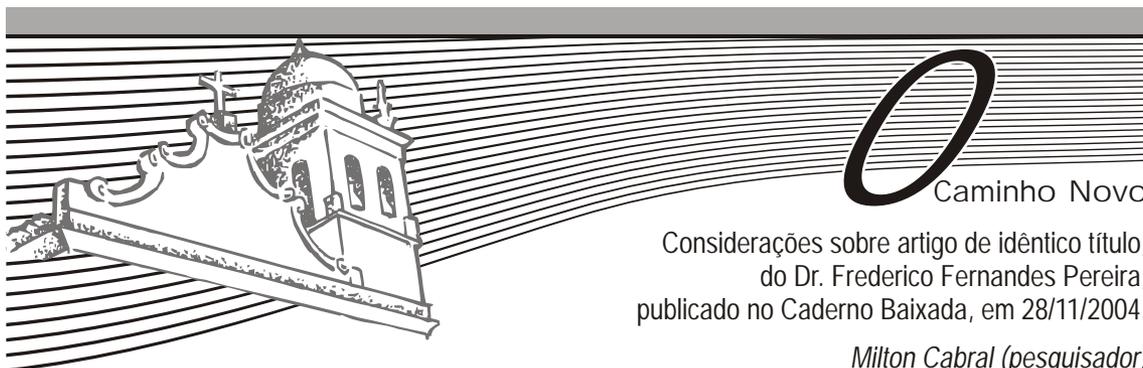
FERREZ, Gilberto. O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo Botânico William John Burchel – 1825/1829. RJ: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de e CAMPOS, Maria Verônica (orgs). *Código Costa Matoso*. Vol. I e II. BH: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

GOMES, Flávio. História de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro-Século XIX. RJ: Arquivo Nacional, 1993.

⁴⁵ Para saber mais: GOMES, Flávio. História de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro- Século XIX. RJ: Arquivo Nacional, 1993 e BEZERRA, Nielson Rosa. *As Confluências da Escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888)*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Severino Sombros, 2004.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. RJ: IHGB, Conselho Nacional de Geografia, 1963.
- Livro de Registro do Escrivão do Juiz da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Aberto no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1831, pelo vereador Antônio Gomes Brito. Cartório da Primeira Circunscrição de Nova Iguaçu.*
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975.
- MAGALHÃES, Basílio de. Garcia Rodrigues Paes In Revista do IHGB, Volume I, Número 138, T. 84, 1918.
- MARTINS FILHO, Enéas. *Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1, 1965: 171-211.*
- MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1978.
- Memórias do Senhor Duguay Trouin/René Duguay-Trouin. Apresentação de Francisco Carlos Teixeira e Alexander Martins Vianna; Tradução de Oswaldo Biato. RJ: Arquivo Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília; SP: Imprensa Oficial do estado, 2003.
- NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Relatório dos Trabalhos Concluídos na Estrada do Comércio entre os rios Iguassú e Parahiba*. 1831.
- PERES, Guilherme. *Os caminhos do Ouro. Ensaio*. RJ: Impresso no Brasil, 1993.
- _____. *Tropeiros e Viajantes na Baixada Fluminense. Ensaio*. RJ: Impresso no Brasil, 1993.
- _____. *Caminho do Pilar, o Pioneiro Caminho do Ouro*. RJ: Texto Digitalizado, 2005.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1976.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *O Porto Estrela*. In: Revista do IHGB, nº 293, 1971.
- _____. *Dois Caminhos da Serra da Estrela*. In: Revista do IHGB do Rio de Janeiro. Vol 1
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco. Vol. 1*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1980.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. SP: Martins e Editora da USP, 1972.
- SAINT-HILARE, Augusto de. *Viagens pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1779-1853)*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975.
- _____. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. RJ: Bibliotheca Pedagógica Brasileira, 1932.
- SANCHES, Marcos Guimarães. *Sertão e Fazenda. Ocupação e Transformação da Serra Fluminense entre 1750 e 1820 in Revista do IHGB, volume 151, nº 366, 1990.*
- SANTOS, Marcio. *Estradas Reais*. BH: Editora da Estrada Real, 2001.
- SILVA, Danuzio Gil Bernadino da. *Os Diários de Langsdorff. Vol I. Rio de Janeiro e Minas Gerais*. RJ: FIOCRUZ, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro*. RJ: Edições Graal, 1986.
- SOUZA, Marluccia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias*. RJ: Dissertação de Mestrado pela UFF, 2002.
- _____. e outros. *A Baixada Fluminense em Sala de Aula*. RJ: Revista Hidra de Igoassú, Caderno Especial da APPH-Clio e CEMPEDOC/BF, 2001.
- VON TSCHUDI, Jacob Johann. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1980.
- KIDDER, Daniel. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil. Vol. 1*. SP: Martins e Editora da USP, 1972.



Caminho Novo

Considerações sobre artigo de idêntico título,
do Dr. Frederico Fernandes Pereira,
publicado no Caderno Baixada, em 28/11/2004.

Milton Cabral (pesquisador)

Estava eu em uma de minhas visitas regulares a esta exemplar instituição que é o IPAHB – Instituto de Pesquisa e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – para trocar idéias e, sobretudo, aprender, com esta figura extraordinária que é o meu amigo Prof Guilherme Peres, quando me defrontei com o artigo em questão.

Como há cerca de 2 anos venho me dedicando com intensidade ao estudo dos roteiros fluminenses do Caminho Novo, não somente no âmbito da Baixada mas também no da “Serra Acima” e já vislumbrei algumas luzes sobre o tema (e não foram OVNI’s), solicitei ao Prof. Guilherme permissão para esboçar uma resposta – a ser preparada com sua devida supervisão – que me foi imediata e prazerosamente concedida, bem ao estilo daquele mestre querido.

Inicialmente, devo dizer que o artigo surpreendeu-me por duas razões: a erudição do autor e sua ousadia na construção de uma tese criativa, inteligente e bem fundamentada, embora extremamente polêmica.

Porém, a busca da verdade histórica pressupõe a crítica, a antítese, em busca de uma síntese muitas vezes utópica, mas assim evolui-se e novas luzes são acrescentadas a temas pontuais, ainda que se considere que a verdade absoluta em história, por inexistente, é a melhor e mais fundamentada tese contemporânea.

Isto posto, vamos aos pontos do artigo do Dr Frederico.

Começa ele por citar artigo anterior (1974) de sua autoria, ao qual não tive acesso, mas que não me pareceu fundamental para os temas que abordou em seguida.

Após interessantes considerações históricas sobre Nova Iguaçu, que o levam a bem ressaltar o determinismo geográfico da cidade e do município, o Dr Frederico sentencia o equivoco de todos os historiadores que o antecederam em descrever o roteiro do Caminho Novo em território fluminense “a partir de Encruzilhada (Pau Grande) até Irajá, no Rio de Janeiro”. As razões ele detalha em seguida

Já neste ponto começam minhas divergências com o Dr. Frederico, porque de fato “Encruzilhada” e “Pau Grande” nada tem a ver uma com o outro, estando na verdade separadas as duas localidades, por não menos de 30km.

Em todos os textos conhecidos sobre o tema, Pau Grande é uma fazenda, antigo Engenho (que aliás existe até hoje e encontra-se em forma esplendorosa), que pertenceu, entre outros, à família Avelar, localizado entre Paty do Alferes e Avelar, a respectivamente 11km e 4km do primeiro e do segundo.

Já Encruzilhada, também unanimidade em qualquer texto que se busque sobre o tema, é a localidade de Santo Antonio da Encruzilhada, a 2 km de Paraíba do Sul, para onde convergiam o Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes e sua variante aberta por Bernardo Soares de Proença. Daí a origem do nome

A partir deste ponto, dedica-se o Dr. Frederico a uma apologia da anta, animal que considera o verdadeiro batedor e explorador das matas brasileiras, antecessoras e desbravadoras das trilhas posteriormente utilizadas pelos indígenas, das quais resultaram grande parte dos caminhos primitivos para o

“hinterland” de nossa terra. Apesar de achar curiosa a abordagem do Dr Frederico eximo-me de comentá-la, já que claramente ele entende muito mais do tema do que eu.

Voltando ao Caminho Novo, começa o Dr Frederico pela análise de seu principal documento, claramente o roteiro de Antonil no seu magistral “Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas”, publicado em Lisboa em 1711.

Ao trazer à baila o alcaide-mor Thomé Correia Vasques, cujo engenho seria atingido na segunda jornada por terra (Antonil), o Dr Frederico já carimba a partida como sendo do “Engenho Machambamba” por ter o mesmo pertencido ao dito “Alcaide-mor Thomé Correa” (como grafado por Antonil). Vale dizer que sua suposição é fundamentada.

Em seguida novamente o Dr Frederico espousa outra tese controvertida, delineando o caminho alternativo de Bernardo Soares de Proença como “partindo do Rio de Janeiro pela Baía de Guanabara, entrava no Rio Iguaçu, subia o Pilar ou por terra chegava no Sítio do Couto”.

Esta descrição corresponde muito mais à do próprio Caminho Novo e não à da Variante do Proença, desconhecendo eu as fontes que levaram o Dr Frederico a este suposto roteiro da dita variante.

Deste ponto em diante, encontro muita dificuldade para seguir o roteiro sugerido pelo Dr Frederico, como vamos ver a seguir.

Começa ele dizendo que “após subir a Serra e já no Vale do Rio Santana” (no lugar denominado “Serra Velha” para distingui-la da novíssima “Estrada do Comércio”), quando interrompe o assunto para falar de depoimentos de moradores antigos de Vera Cruz e Marcos da Costa. Não sei se a interrupção foi intencional ou algum trecho do artigo do Dr Frederico foi involuntariamente suprimido. Corto neste ponto para explicar a enorme confusão que percebo neste roteiro e sua cronologia

Estrada do Comércio, sugerida pela Junta do Comércio em 1811 e entregue ao tráfego em 1817, é uma importante via de comunicação com o “Serra Acima” fluminense e as Minas Gerais sucessivamente, porém delineada e executada mais de um século depois do Caminho Novo de Garcia Paes (1699- 1704), voltada para escoamento de outros produtos (café principalmente) que não o ouro, cujo ciclo já se achava então bastante distante do “pico”. Na verdade já estava no seu “vale”, do qual jamais voltou a erguer-se.

Mesmo a chamada “Serra Velha”, pelos registros que se tem de sua abertura é muito posterior ao Caminho Novo e, ipso facto, à viagem de Antonil, descrita em seu livro de 1711 e que deve, portanto, ter sido realizada na primeira década do século XVIII, nada tem a ver com este período.

Até este ponto, portanto, já percebo duas importantes confusões:

1. descrição do roteiro da Variante do Proença como se fora o do Caminho Novo e,
2. entrada em cena de duas estradas muito posteriores, uma das quais (a do Comércio), cogitada (e não ainda iniciada) um século depois da publicação do livro de Antonil.

Neste ponto torna-se o Dr Frederico ainda mais enfático e afirma “significando dizer que o roteiro de Antonil é o caminho para as minas, proposto e aberto por Bernardo Soares de Proença...”

Ora, uma vez mais, como é possível que Antonil, que viajou na primeira década do século XVIII, ter percorrido e descrito um caminho (Variante do Proença) que veio a ser aberto na terceira década do mesmo século? Parece-me aqui haver uma contradição cronológica definitiva, mas assim mesmo prossigo na análise do artigo do Dr Frederico.

Volta o Dr Frederico a descrever já agora o Caminho Novo de Garcia Paes e, surpreendentemente, a partir da localidade serrana de Marcos da Costa, identifica-o “in totum” com a Variante do Proença, embora houvesse pouco antes afirmando que o encontro dos dois caminhos só ocorresse em Pau Grande (que erroneamente associou a “Encruzilhada”, como já mencionamos).

Nova confusão se verifica à frente, quando o Dr Frederico descreve o Caminho Novo como uma fenomenal volta ao oeste, circundando o Maciço do Tinguá e adentrando o Vale do Rio Santana na planície, subindo a Serra de Botaes e passando por Sacra Família e Ferreiros para finalmente alcançar Paty do Alferes. Embora alicerce seu pensamento no número de dias a mais que o Caminho Novo requeria em relação à Variante do Proença (4) e na “Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro” do Sargento-mor Manoel Vieira Leão de 1767, não há como associar este Caminho ao de Garcia Paes, mas sim ao chamado

Caminho do Tinguá, finalizado cerca de 1728 com o trabalho do mestre de campo Estevão Pinto (vide “Baixada Fluminense – Os Caminhos do Ouro” ensaio do Prof Guilherme Peres em 1993), base quase um século depois da Estrada do Comércio. O trecho Botaes-Sacra Família é parte da Estrada da Polícia, outra estrada muito posterior (século XIX) à época em discussão.

Neste ponto inicia-se uma argumentação interessante do Dr Frederico, talvez a mais intrigante de seu artigo. Trata-se da concessão de sesmarias a Garcia Paes e seus parentes e descendentes.

A geografia de tais sesmarias de fato indica que Garcia recebeu grandes extensões de terras ao longo daquele roteiro descrito pelo Dr Frederico como Caminho Novo, que para mim refere-se aos posteriores Caminho do Tinguá e Estrada da Polícia.

Assim mesmo, pelas fortíssimas evidências cronológicas que decorrem de todos os trabalhos publicados e fontes conhecidas até data, prefiro manter-me fiel ao “roteiro de Antonil” e desprezar a questão da localização das sesmarias de Garcia e seus descendentes, atribuindo à curiosidade a relativa proximidade física existente entre o Caminho Novo e tais localidades.

Outras evidências – estas me parecendo ainda mais definitivas se me ocorreram para alicerçar esta posição.

Caíram-me nas mãos os dois outros (além de Antonil) documentos conhecidos escritos sobre o Caminho no século XVIII, a saber:

1. “Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais entre 27 de janeiro e 7 de fevereiro de 1749”, e
2. “Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos Caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro” composto por Francisco Tavares de Brito, Sevilha, 1732

No primeiro documento, que foi publicado em 2 volumes pela Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais em 1999 sob o título de “Códice Costa Matoso”, percebe-se que o autor segue do Rio para Minas pelo “Caminho de Inhomirim” (que por tudo o que já pesquisei e pela própria descrição do autor trata-se da Variante do Proença), assim se expressando nas páginas 884 e 885 do 1º volume:

“Este caminho de Inhomirim, e por este sítio, se descobriu no ano de 1718 ou 1719, no tempo do governo de Aires de Saldanha no Rio, e é o terceiro por que se foi às Minas Gerais, sendo o primeiro o de Parati pela barra afora e o segundo o do Couto, que é também por cima desta Serra, em pouca distância deste sítio e por parte mais áspera e hoje pouco se frequênta.” (os grifos são meus)

Mais à frente no mesmo volume (páginas 888 e 889), retoma o autor, após algumas linhas sobre o grande bandeirante Fernão Dias: “E seu filho, Garcia Rodrigues, pai deste Pedro Dias, também natural de São Paulo, tendo acompanhado seu pai nos descobrimentos, e pelas notícias da situação que se achavam, entrou a abrir este caminho do Rio de Janeiro pelo Couto até as Minas, e por este e outros mais serviços e os de seu pai lhe fez el-rei Dom Pedro II a mercê de três léguas de terra para cada filho que tivesse na parte do caminho que descobria, que depois tendo vários filhos largou muita parte e ficou só com esta, que é coisa imensa”.

São extremamente contundentes e diretas neste documento as referências a Garcia Paes e seu áspero Caminho pelo Couto, próximo ao do Inhomirim que o sucedeu. Para mim, a aspereza do caminho justifica os 4 dias adicionais, dado o regime das marchas a que se submetiam as tropas e caravanas.

No segundo documento, o de Sevilha, 1732, escrito por Francisco Tavares de Brito, lê-se:

“CAMINHO NOVO...

Paremos deste Cítio, e façamos para elle a jornada pelo Rio de Janeiro

Parte-se da Cidade do Rio de Janeiro em lancha, e se entra pelo Agoasú, e em huma maré se chega ao cítio do Pillar; e daqui em canoa pelo Rio a sima se vay ao Couto. Aqui se monta a cavallo e se segue jornada a Taquarusú ao pé da boa vista. Sobre-se a Serra, com bastante trabalho. Do mais eminente da estrada se vê o mar, os Rios e a planície da Terra. Em recíproco comércio goza aqui a vista de hum famoso espetáculo; e prosseguindo a

jornada fica à mão hum monte innacessível tão redondo e igual que parece ser feito ao torno. He todo de pedra, e por emminencia muito atrás os Atlantes, e Olympos. Ao pé desta serra da parte do Norte estão situadas as Rossas do Silvestre. Bispo, Governador, Alferes, Rossinha, Pao Grande, Cabarú, Cavaruasun, Dona Maria Tacurusa, Dona Maria Paraybunã.

Passa-se aqui o Rio deste nome e aqui está o Registro".

Uma vez mais um documento da época descreve o Caminho Novo como do Pilar ao Couto, boa vista ao pé da Serra, subida da serra com "bastante trabalho", visão do mar, rios e planície com "famoso espetáculo". Ao pé da serra "da parte do Norte" entre outras as "rossas" do Alferes, "Pao Grande", "Cabaru" chegando finalmente ao Registro.

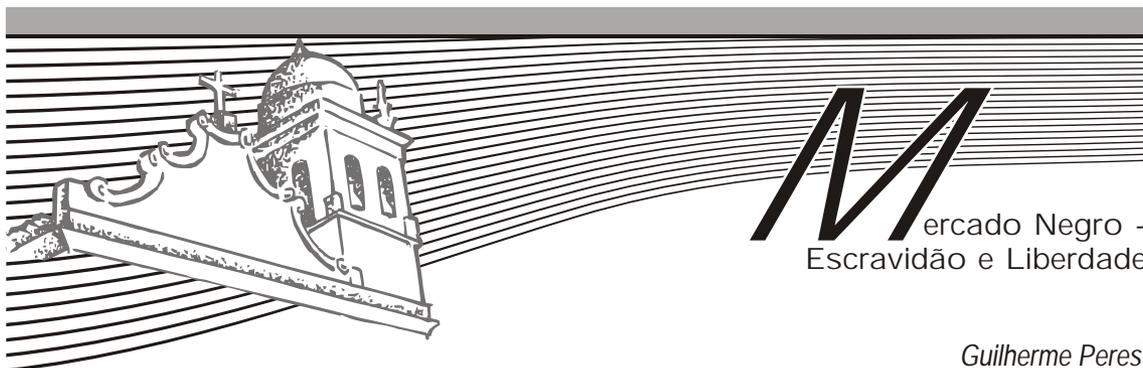
Dada a contundência destes dois documentos e sua total afinidade com o roteiro de Antonil, em cujos 3 textos se busca descrever explicitamente o "Caminho Novo", cabe a pergunta: se era totalmente diferente o roteiro de tal Caminho Novo, porque assim o descreveram as três testemunhas da época que o percorreram? Seria dissimulação, equívoco comum? Como desprezar, adicionalmente, o vastíssimo arsenal de documentos da época, trazidos à luz, entre outros, pelos respeitabilíssimos Basílio de Magalhães e Eneas Martins Filho? Não, não faz nenhum sentido. Por isto prefiro discordar radicalmente da imaginativa tese do Dr Frederico.

Mas não quero concluir sem louvar o autor, pela inteligência, coragem e fundamentação com que expôs sua tese, defendida até o final com as razões que teriam levado Garcia a optar por um roteiro alternativo tão mais longo do que a simples e penosa escalada Serra Acima (na verdade, "desescalada", já que Garcia veio do Norte para o Sul, do Paraíba para o Rio de Janeiro.)

Valeu, Dr Frederico, seu artigo proporciona uma interessante reflexão sobre o tema e sua expressiva fundamentação impressiona, mormente tendo-se em conta a enorme quantidade de teses e versões sobre esta fascinante questão, do verdadeiro roteiro do Caminho Novo, que sigo pesquisando com importantes apoios do IPAHB e de colegas que sofrem do mesmo furor investigativo que me assola.

Autores de nomeada no passado (longínquo e recente) emitiram opiniões absurdas sobre tal roteiro, substituindo evidências históricas e raciocínios lógicos por meros "palpites infelizes".

Não foi o caso do Dr Frederico, a quem voltamos a louvar.



ercado Negro -
Escravidão e Liberdade

Guilherme Peres¹

Fonte preciosa de pesquisas dos que se dedicam à história do regime escravista no Rio de Janeiro durante o século XIX, o anúncio sobre escravos publicados nos poucos jornais que circulavam na primeira metade daquele período, nos dá em suas entrelinhas, inúmeras informações sobre essa atividade: evasões, trajes, mutilações, humilhações, etnias, leilões, cor, tipo físico, regiões, doenças, nação, aluguel, compra, venda, ofícios, castigos, sexo, faixa etária, aspecto físico, etc.

Fundado em 1827, o "Jornal do Comércio" transformou-se no principal periódico dessa cidade durante o Império, registrando interessantes descrições de usos e costumes sociais e econômicos da época: chegada e saída de navios, circulação de bens destinados ao comércio, desembarque de escravos, leilões e anúncios vários dessa mercadoria humana que se negociava naturalmente.

Uma rara coleção desse jornal diário consultado por nós, referente aos anos de 1838 e 1839 pertencentes ao acervo do IPAHB, (Instituto de Pesquisas, Análises Históricas e Ciências Sociais da Baixada Fluminense), revelou-nos preciosos subsídios para a história da escravidão no Rio de Janeiro.

Após serem desembarcados, os escravos eram batizados recebendo nomes "cristãos", confirmando a presença da Igreja ao lado do poder econômico, evocando ao dominado sua obediência e conformismo, desestimulando-os a planejarem revoltas e evasões, adaptando-se à sua nova condição de cativo.

Entretanto, os constantes anúncios de fuga registram sua rebeldia. Baseada em relações sociais escravista, a fuga era uma esperança de liberdade para os evadidos e, com a coragem de sua atitude, um "mau exemplo" para outros escravos. Sabia do grande risco que corria ao ser capturado: sofrer a dor do açoite ou ser colocado a ferros como castigo.

"Fugio no dia 8, uma preta de nome Carolina, nação Moçambique, idade de 30 annos, estatura regular, bem feita de corpo, com pequenos sinais da nação, o beijo de cima furado que mal se percebe, o dedo da mão direita ao pé do polegar cortado pela junta da unha, e abre os pés para fora quando anda; levou vestido de ganga azul já remendado com grandes remendos da mesma ganga. Quem a apprehender e levar a rua do hospício n. 172, receberá alviçaras"

"Jornal do Comércio" 7/11/1839

Excesso de trabalho e humilhações concorriam para planejarem a evasão ou deixando-se levar por outros escravos, servirem a um novo senhor que, como "acoutador" e sem haver investido na compra, lhe daria uma vida mais liberta, livre dos castigos e obrigações a que eram submetidos.

¹ Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense IPAHB. Sócio fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC.

“Fugio, em 10 do corrente, hum preto por nome Marcellino, de nação Moçambique, estatura baixa, magro e sem sinal nenhum na cara; foi escravo do Sr. Eduardo, padeiro da Praia Pequena; levou vestindo camisa branca grossa e calça de riscado azul; andava com um cesto de vender pão, com uma coberta de baeta verde e um couro de cobrir o cesto, e vendia pão em S. Christovão. Roga-se aos senhores pedestres de o apprehenderem e levar a padaria de S. Francisco de Paula n. 4,0 que serão muito bem gratificados”.

Sinais de mutilações físicas devido à tortura, ou acidentes traumáticos provavelmente ocasionados pelo cansaço das obrigações, eram revelados nesses anúncios: falta de dedos da mão ou do pé, orelhas cortadas, vazamento de olhos, amputação de seios, cicatriz no rosto e nas costas, andar capenga, nariz deformado, havia quase sempre uma marca identificadora no escravo fugido.

Gilberto Freire a eles se refere, citando “os numerosos casos de negros “rendidos” e “quebrados”; de pretos com “veias estouradas” ou calombos no corpo; os de escravos de andar cambaio ou banzeiro. Não são raros os doentes de boubas e úlceras, os pés cheios de bichos, os de postemas pelo corpo, os de “feridas que nunca saram” no pé ou na perna”.

“Vários pretos surgem nos anúncios de jornal” continua Freire, “com a cara pintada de bexiga; os que apresentam nas coxas ou nas costas, letras sinais ou carimbo de propriedade, como hoje o gado, ou, então, marca de surra e castigo, o corpo deformado pela crueldade dos senhores brancos uns manquejando, os quartos arriados em consequência de surras tremendas; outros com cicatriz de relho pelas costas ou nas nádegas, ou então cicatriz de “anjinho”, ou de tronco, de corrente no pescoço, de ferro nos pés, de lumbago no tornozelo”.

Continuando nossa garimpagem pelo “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, encontramos alguns anúncios que comprovam a veracidade do mestre Gilberto Freire:

“Fugio, da rua da Quitanda n. 195 hum escravo de nome Fideles, de 18 annos de idade, um pouco mais ou menos, de nação Moçambique, e com os sinais seguintes: o dedo polegar da mão direita cortado, orelhas furadas, olhos grandes, levou vestido calças e camisa de algodão de Minas usadas, andava vendendo quitanda de hortaliça em um tableiro.

Fugio, no dia 7 de setembro do corrente, hum preto de nome Francisco, nação Congo, idade 24 annos, alto, tem as pernas um tanto tortas, e por isso mette os joelhos hum tanto pra dentro, principalmente o joelho direito: quem o pegar e levar a padaria da rua D. Manoel, junto ao theatro, será recompensado.

“Fugio, no dia 5 de setembro presente, hum preto de nação Congo, por nome Ricardo, remador de fallua, estatura regular, rosto cheio e redondo, cõr meia fula, não tem barba, he bem falante e tem sobre hum ombro hum grande signal de ferida, levou vestido calça de riscado azul e camisa de chita: quem d'elle souber e o trouxer a travessa do Guindaste 6, receberá alviças

“Jornal do Commércio” 10/08/1938

“Desapareceu um preto do caminho de S. Cristóvão, no dia 4 do corrente; levou vestido ceroula de algodão de Minas e camisa de baeta preta; he de nação Moange, cortado de signal na testa, e na maçã do rosto, e com huma corrente no pé: quem o levar ao seu senhor no cortume do Siqueira, será bem recompensado”

“Jornal do Commércio” 7/11/1839

“Fugio, no dia 10 do corrente, hum escravo pedreiro de nome Sabino, magro, de estatura regular, com boa figura, que parece ter 25 a 30 annos, estava vestido com camisa e calça de algodãozinho e uma camisa de baeta azul por cima; tem uma pequena cicatriz no pescoço, logo abaixo da orelha direita, e levou consigo a ferramenta do officio. Quem o levar a seu senhor na travessa da Barreira, ou a casa da correção, receberá boas alviças”

“Jornal do Commércio” 14/11/1839

"Fugio, no dia 15 de novembro do corrente anno, da casa da rua da Quitanda n. 115, hum preto de nome Domingos, de nação Moçambique, de estatura regular, olhos grandes, cabeça rapada, mui retinto, magro, pernas zaimbra, idade 30 annos pouco mais ou menos; vestido de calça e camisa americano, e jaqueta de pano azul; com signaes no assento de ter sido recentemente surrado, e julga se de que está acoutado em alguma casa. Quem o trouxer a dita casa acima receberá alviçaras".

"Jornal do Commércio" 29/11/1839

"Desapareceu no dia 26 do corrente, hum preto de nome Antonio, Escravo de D. Antonia Maria da Lapa, official de pedreiro de nação Cabinda, estatura regular, cheio de corpo, dentes claros, pés e mãos grandes, sendo estas alguma cousa inchadas e feridas entre os dedos; foi sangrando no mesmo dia da fuga no braço direito; levou vestido camisa e calça branca e chapéo de palha; desconfia-se que fosse seduzido, por ser visto conversar com hum homem branco no largo do Paço; quem delle souber e der noticia no Arco do Telles n. 15, será bem gratificado".

BAIXADA FLUMINENSE

A ausência de periódicos na região hoje conhecida como Baixada Fluminense, concentrando grande número de escravos empregados nas lavouras, engenhos de açúcar, farinha e serviço de cabotagem nos portos fluviais, fazia com que seus proprietários recorressem aos jornais da Corte, para publicar anúncios de compra, venda e fugas de escravos:

"Fugirão quatro escravos da freguesia de marapicú, com os seguintes signaes"

Serafim, de nação Cabinda, alto, gordo, que terá 30 annos, he fulo, tem olhos grandes, toma muito tabaco, e quando anda he meio coxo de huma perna pela ter quebrado há muito tempo, e acha-se quase sem defeito; conta que se intitula forro, e he bastante barbado.

Felisberto, de nação Cabinda, baixo, fulo, magro, terá 25 annos, he bem conhecido, por que quando anda pisa com as pontas dos pés sómente; ambos estes escravos há dous annos que fugirão.

Albino, crioulo, idade 25 annos, alto magro, olhos pequenos, buço de barba, muito retinto.

José, de nação, alto, retinto e magro, com princípio de barba, terá 26 annos, toma muito tabaco: estes dous escravos fugirão há dous mezes. Protesta-se com o rigor das leis quem os acoutar, e quem os apprehender e os levar á villa de Itaguahy, a Carlos Dantas de Sá Freire, terá 40\$rs. por cada um".

"Jornal do Commércio" 14/11/1839

"Desapareceu no dia 20 de janeiro, da casa de José Antônio da Silva, na Villa de Iguassú, hum pardo bastante trigueiro, que pisa aperiquitado, o qual se intitula ser forro; quem o apprehender e leva-lo a casa de Fortunato José de Oliveira, morador em Jacutinga, será bem gratificado"

"Fugio, no dia 29 de maio p.p. do porto do Tibiro, no rio da Estrella, um preto Moçambique de nome Feliciano, para menos de trinta annos, alto e robusto, e he official de ferreiro; levou camisa de baeta azul. Quem dele der noticia na dita fazenda, ou nesta cidade, na rua dos Ourives N. 20 receberá 40\$rs".

"Cincoenta mil réis a quem levar a rua dos Ourives n. 20, hum preto que fugio do porto do Tibiro, rio da Estrella, há perto de seis mezes, de nome Antonio, nação Songo, estatura regular, gordo do corpo, com os peitos muito para fora, um buraco na boca do estomago, e ainda não sabe bem falar."

"Jornal do Commércio" 22/11/1839

"No dia 9 de novembro do corrente fugio hum preto de nome Antonio, crioulo, com os signaes seguintes: alto, reforçado, côr retinta, falla descançada, pouca barba, signal de ferida no beicho de cima, duas cicatrizes no braço, signal de boba na barriga da perna, todos do lado direito; he pedreiro, filho de Iguassú, e tambem esteve em S. Antonio de Jacutinga, lugar do Madureira; quem do mesmo der noticia na rua do Sabão n. 195 será bem recompensado"

"Jornal do Commércio" 13/11/1839

QUILOMBOS

Ao desarticular as sólidas estruturas sociais da casa de seu senhor com a fuga para o interior das matas, os quilombolas foram aos poucos questionando a sociedade escravocrata, de um arcabouço latifundiário que trazia em seu corpo o germen da decomposição.

Defendidos pelos mangues quase inexpugnáveis e vivendo do fruto de seu trabalho, os negros encontraram nos quilombos a solução para sua desdita, seu ideal de independência. Resultado de uma consequência histórica voltada para o desmoronamento de uma aristocracia rural cujo único objetivo era o lucro, gerando em seu ventre um exército de miseráveis cujas únicas opções eram: serem submetidos à obediência resignada das senzalas ou, com a fuga, explodirem no peito um grito de liberdade.

Segundo Alípio Goulart, vale a pena reproduzir aqui a nota publicada no "Jornal do Comércio", nº. 243, de 4 de setembro de 1868: "A brenha que esconde em seu seio essa nova e crescente republiqueta, composta de escravos fugidos, desertores e assassinos, situada à margem direita da foz do rio Iguassú, já deve ser bem conhecida das autoridades, pois este novo Paraguai, terrível flagelo daquelas imediações, é a terceira ou quarta vez que tenta erguer-se, e que de todas as tentativas tem caído, desde que a polícia chega as mãos de quem sabe cumprir a missão de que se encarrega; do novo e muito digno Sr. Delegado de Polícia de Iguassu esperam prontas providências os habitantes daqueles lugares."

Quando presidente da Província do rio de Janeiro, o Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima juntou ao seu relatório de 22 de outubro de 1876, o do chefe de polícia, podendo-se ler neste o seguinte: "Quilombos – Quilombo do Bomba em Iguassú, e do Gabriel, no Município da Estrela – O Delegado de polícia do termo da Estrela, Coronel Joaquim Alves Machado, auxiliado por Faustino Gonçalves Vieira, administrador da fazenda do Mosquito, efetuou em dias sucessivos do mês de junho último a prisão de 23 escravos fugidos, que se achavam nos dois quilombos conhecidos por – Quilombo Grande e Quilombo do Gabriel – o primeiro também denominado do – Bomba", e situado no termo de Iguassú, escapando, ou fugindo por esta ocasião dez dos mencionados escravos do quilombo do – Bomba". Em continuação à diligência para a captura dos restantes e para a extinção do citado quilombo, seguiu o mesmo delegado na noite de 7 de julho, acompanhado do respectivo escrivão, praças e paisanos para a freguesia do Pilar, donde desceu o rio na manhã do dia seguinte, a fim de postar-se no ponto próximo à entrada desse quilombo, e expediu outra diligência para o rio Inhomirim no ponto onde devia ter lugar a diligência de combinação com o preto Tibúrcio, que se prestou a auxiliá-la".

Sobre o acoutador, Alaôr Scisínio cita um texto de Márcio Maester Filho: "Um escravo podia fugir para aquilombar-se no mato, nos ermos mais afastados da civilização e tentar ali reconstruir sua vida como produtor independente. Podia, embora fosse mais difícil, tentar passar por homem livre ou liberto em uma outra região. Uma outra forma de fuga, algo contraditória, porém bastante comum era a do escravo que escapava para procurar um outro senhor. Este, o acoutador, não havendo arcado com o ônus da compra, tendo que respeitar esse pacto ilegal, permitiria, possivelmente, uma forma de vida mais fácil, menos dura, ao escravo. Este pacto era muitas vezes descoberto"

"Fugirão, a Antonio Pinheiro de Sampaio, morador no Morro Grande, a entrada da Barra da Estrella, os escravos seguintes: Mathias de nação Rebollo, fulo, alto e bem figurado; Gonçalo, crioulo, reforçado e zaimbro dos pés; fugirão há quatro annos e consta estarem acoutados nas imediações da Taquara, ao pé da serra da Estrella.

Elizeu de nação Moçambique, idade 26 anos, boa figura, com huma orelha cortada rente; Vicente crioulo; felippe, crioulo, idade 16 annos, bem parecido com o nariz chato. Estes tres fugirão em 4 de outubro de 1838. Bazilla, crioula reforçada, de idade 36 anos, beiços grossos; fugio a 18 de fevereiro de 1839. José de nação Congo, estatura ordinária, com o dedo grande de hum pé cortado; fugiu a 18 de agosto de 1839.

Estes escravos consta estarem acoutados, o que mais se verifica, pois que tendo sido pegados o de nome Vicente, em o dia 26 de outubro, confessa que o de nome José Congo, se acha seduzido e acoutados

imediações da Fábrica da Pólvora da Serra da Estrella, e que o seductor e acoutador indigitado he bem conhecido tem mandado seduzir outros seus parceiros.

O annunciante protesta contra os sedutores e acoutadores de seus escravos, por todas as perdas e dannos que lhe tem causado, como pelos roubos que lhe fizerão os referidos escravos, e de proceder criminalmente contra os referidos acoutadores com todo o rigor a que a lei lhe der direito".

"Jornal do Commércio" 7/11/1839

Os senhores de escravos da baixada de Sepetiba, também recorriam aos jornais da Corte. Neste exemplo, chamamos atenção para o detalhe explícito da cicatriz do açoite, sofrido pelo escravo Manoel:

"Fugio, em 15 de fevereiro de 1835, a Manoel Vieira de Aguiar, morador no município de Itaguahy, hum escravo crioulo por nome Manoel, de 32 anos de idade, estatura regular, descarnado, pouca barba, cõr retinta, dentes claros e olhos vivos; tem uma cicatriz no rosto no lado direito logo abaixo do olho, as pernas hum pouco acambutadas; pés chatos e o calcanhar puchado atraz; tem signaes de haver sido castigado, tanto no assento como nas costas, e he bastante político; quem o apprehender e levar a casa de seu Sr. em Itaguaí, ou na corte em casa do capitão Antônio José Ramos, na rua do Rozário n. 50, ou a rua da Princeza do Catete n. 11, a casa de José Ribeiro da Fonseca, receberá 100\$ réis de gratificação"

"Jornal do Commércio" 26/09/1839

AMAS - DE - LEITE

O direito de propriedade na sociedade escravocrata, atingia um dos mais cruéis desrespeitos pela dignidade humana, quando separava a serva de seu filho, fosse para alugá-la como ama-de-leite ou vendê-la, a maioria das vezes "sem cria", conforme estampavam os anúncios da época. "A mãe escrava tinha o filho afastado logo após o parto, a fim de que pudesse ser vendida ou alugada em função da produção do leite humano para criancinhas brancas", diz Jacob Gorender, citado por Alaôr Scisínio, "Enquanto o filho recém-nascido tomava destino ignorado, não raro o da roda dos expostos, onde a mortalidade infantil era muito alta até para os padrões da época".

Em uma mesma edição do dia 19 de junho, transcrevemos os seguintes anúncios:

"Aluga-se, no Largo do Paço n. 8, 2º. Andar, duas pretas, huma para ama de leite, sem cria e do primeiro parto; e a outra sabe lavar, cozinhar e todo o mais serviço de huma casa".

"Vende-se huma ama com muito e bom leite, do primeiro parto, de 4 meses, sem cria, carinhosa para crianças e com algumas habilidades; na rua da Cadêa n. 68".

Raramente publicavam anúncios de venda da mãe junto com a criança, entretanto, quando o faziam, alguns eram cercados de "mistério". Seria o senhor da escrava o pai da criança? Nos exemplos a seguir percebe-se que o anunciante quer se livrar da cativa com a cria, propondo até uma troca:

"Vende-se huma preta de 17 a 18 annos de idade, com muito bom leite e huma filha de 5 a 6 mezes; não tem vícios nem manhas, sabe todo o serviço de huma casa, cose soffrivelmente debaixo de alinhavo, he muito humilde e muito carinhosa para crianças, e o motivo por que se vende se dirá ao comprador; também se troca por outra que saiba bem cozinhar, lavar e engomar, mas que não tenha manhas. Na rua do Senhor dos Passos n. 19

"Vende-se huma boa mocamba, parda, com uma cria de 8 mezes, que engomma, cose, cozinha e prega huma senhora com perfeição: o motivo da venda se dirá ao comprador, na rua da Quitanda n. 79".

"Jornal de Comércio" 09/08/1938

"Vende-se huma parda com huma cria de 11 mezes, muito prendada; a razão da venda só se dirá ao comprador na rua de S. José n. 72".

"Jornal do Comércio" 05/08/1938

A venda de crianças na tenra idade também era anunciada, provavelmente após negociar a mãe, ou o óbito da mesma:

"Vende-se huma crioulinha de tres mezes muito linda por commodo preço; na rua de S. Pedro n. 107".

"Jornal do Comércio" 19/06/1839

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FEIRE, Gilberto "Deformações de Corpo dos Negros Fugidos" "Antologia do Negro Brasileiro"

Edson Carneiro – Ed. Tecnoprint S.A. – S/D

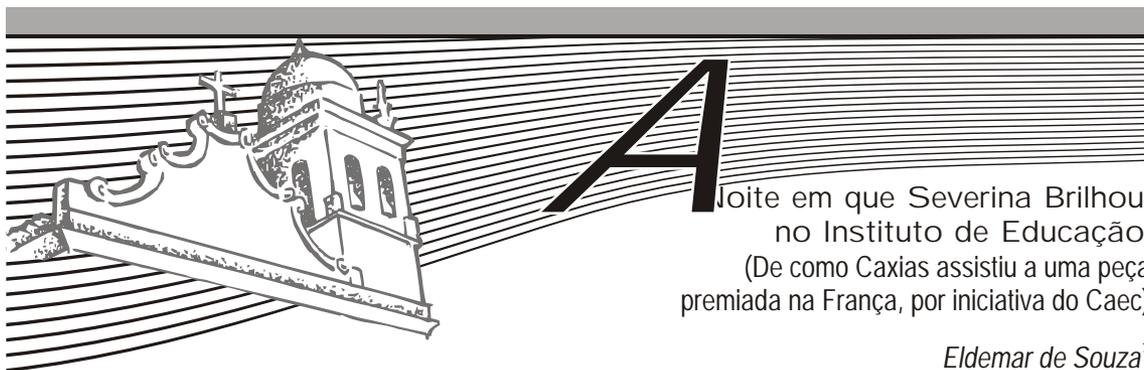
ALIPIO GOULART, José – "Da Palmatória ao Patíbulo" – Ed. Conquista – RJ – 1971

GERSON, Brasil – "A escravidão no Império" – Ed. Dallas S.A. – RJ - 1975

SCISÍNIO, Alaôr Eduardo – "Dicionário da Escravidão" – Léo Cristiano Ed. – 1997, RJ

"JORNAL DO COMMÉRCIO" – Acervo IPAHB - Referencia com datas - RJ

Revisão de texto: Prof. Wagner Cortaz



A Joite em que Severina Brillhou
no Instituto de Educação
(De como Caxias assistiu a uma peça
premiada na França, por iniciativa do Caec)

Eldemar de Souza¹

Para Renato Mascarenhas de Souza Filho
e Vera Holanda

Em novembro de 1967, treze meses antes da promulgação do Ato Institucional número cinco – o famigerado AI-5 –, dois jovens decidiram trazer a Caxias a montagem da peça Morte e Vida Severina, um poema de João Cabral de Melo Neto, musicado por Chico Buarque – então uma das maiores promessas de renovação da música popular brasileira.

A dificuldade para arranjar um local adequado à apresentação do espetáculo foi o maior problema que a dupla teve pela frente. Felizmente, o Centro Acadêmico Euclides da Cunha (Caec), então presidido por Stélio Lacerda, resolveu bancar o jogo.

Foi assim que os caxienses puderam aplaudir o Grupo Acerto, que trouxe ao município comovente interpretação do que veio a tornar-se um dos maiores clássicos da dramaturgia brasileira, no auditório do Instituto de Educação Roberto Silveira, em cujas dependências funcionou, por vários anos, a primeira faculdade pública de todo o antigo Estado do Rio de Janeiro.

Creio ser impossível contar tal história, sem mencionar o Bar Garoto Fluminense. Isto, porque, no decorrer dos anos 60, poucas atividades culturais se realizaram em Caxias, sem que o projeto fosse discutido (ou mesmo elaborado) às mesas do seu Augusto – o “*muito justo*”, como se autodenominava o dono do estabelecimento. Não sei se eu não quero me dar o trabalho ou se, realmente, me faltam *talento e formosura*² para descrever tão bem o Garoto, como o fez Alcmeno Bastos, na revista Recado de Cultura (01/87). Disse ele:

“...ali se criou um clima especial, viveu-se um instante mágico. A minha tribo não era dona do Garoto, mas esteve próxima disso. Ocupávamos sempre as mesas do restaurante, eventualmente até para jantar. Ali, escondidos da agitação da porta da rua, em duas ou três mesas que juntávamos com ou sem a permissão dos garçons, travavam-se memoráveis e informais (...) debates sobre todos os assuntos dignos da curiosidade humana. Os simpósios versavam sobre política, economia, arte, sociologia, educação etc., e a todos, indistintamente, era dado o direito de opinar”.

Pois foi nesse clima agitado, que o Renato Brandão me passou um convite para assistir ao espetáculo em questão. Deixa-me, antes, apresentar o Renato ao distinto leitorado. Irmão do Pedro Paulo, o

¹ Jornalista e escritor. Trabalhou em alguns dos mais importantes órgãos de comunicação do Rio de Janeiro, a exemplo dos jornais Última Hora e O Fluminense; revistas Manchete e Fatos & Fotos; rádios Tupy e Continental. Colaborou com a imprensa alternativa, publicando nos jornais O Pasquim, Movimento, Repórter. É autor dos livros O Encontro de Jararaca & Ratinho no Céu, A Guardiã das Fontes, O Povo Exige Eleições Diretas, Petrobrás 40 Anos: Não à Privatização, entre outros.

² Referência à música Talento e Formosura, de Eduardo Octávio Ferreira e Catulo da Paixão Cearense, do início do século passado.

James Bond, que cursava estatística numa universidade pública e namorava a Vilma, aluna da Faculdade de Pedagogia, onde estudavam o Rogério Torres e o Hermes Machado, imprescindíveis nos debates do Garoto. O Renato, além disso, trabalhava no estaleiro Ishikawagima e fazia o último ano de contabilidade, no antigo Colégio Cardeal Leme, em Ramos, em cujo auditório se daria a apresentação da peça.

Era um sábado – 14 de outubro. Cheguei com alguma antecedência, pelo menos o suficiente para reencontrar Nonato Teixeira, com quem eu havia estudado nos tempos de ginásio e que ali estava como músico do grupo: tocava percussão. Com um pouco mais de sorte, ainda assisti a um recital relâmpago de Paulo Romário, que mandou lá o *Noturno*, de Chopin, e a *Marcha Turca*, de Mozart, por um velho piano relegado à penumbra no fundo do palco. O mesmo palco, aliás, onde logo teve início a apresentação de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, com música de Chico Buarque.

*O meu nome é Severino,
não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria;
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.**

A rapaziada do Grupo Acerto, realmente, acertou. Texto na ponta da língua, marcação bem apropriada às condições do local e interpretação sem grandes riscos. Mas a música, a música do Chico, redesenhando aqueles versos agrestes, foi o que mais me chamou a atenção. As vozes e o instrumental que acompanhava davam mais relevo à contundência do texto: "*E foi morrida essa morte,/irmãos das almas,/essa morte foi morrida/ou foi matada?*" ... "*Essa cova em que estás,/com palmos medida,/é a conta menor/que tiraste em vida (...)* é a parte que te cabe/deste latifúndio... é a parte que te cabe... é a parte... E a parte que eu mais gostei, foi a do Severino dialogando com a mulher da janela. Sua fala tem uma melodia assobiada ao fundo, entrecortada por uma cantiga, tão seca quanto as respostas que ela dá ao retirante:

*Muito bom dia, senhora,
que nessa janela está;
sabe dizer se é possível
algum trabalho encontrar?*

*Trabalho aqui nunca falta
a quem sabe trabalhar;
o que fazia o compadre
na sua terra de lá?*

*Pois sempre fui lavrador,
lavrador de terra má...*

*Isso aqui de nada adianta,
pouco existe o que lavar...*

Saí do Cardeal Leme de alma lavada. Pelo resto da noite, aquela música assobiada me acompanhou. Cheguei tarde em Caxias, encontrando o Garoto já fechado. Que pena! Não teria com quem

partilhar tal estado de êxtase. O bar não abria aos domingos; logo, na manhã seguinte o jeito seria procurar alguém, pelos bares dos arredores da feira. Era exatamente o que eu estava fazendo, quando encontrei Rogério Torres no trajeto. Pronto: descarreguei falação. Conteí detalhes da peça, caprichando na cena da janela. Certo de que estava diante da pessoa também certa, para dar asas a tanto entusiasmo, abri: Quero trazer este grupo a Caxias. E Rogério respondeu algo como: "*Vamos trazer, sim*".

Levantar o paradeiro do Grupo Acerto, segunda-feira, não foi difícil. Passei à noite no Cardeal Leme, sendo informado que o responsável pelo espetáculo era um diretor do Social Ramos Clube, para aonde me dirigi. O homem não estava lá, tinha ido jogar sueca na quadra do Cacique de Ramos. Ali o encontrei. Era o médico Iran Araújo, que se tornou mais conhecido por seu interesse pela cultura popular, especialmente o que tem laços com o Carnaval. Ele foi muito gentil comigo, me passando o número do telefone de um membro do grupo. Ao final da tarde seguinte, liguei. Atendeu Virgínia, justamente a garota que fazia a mulher da janela. Falei das minhas pretensões e sondei as possibilidades. Como os tempos ainda não eram de tanta violência, ela me convidou ao seu apartamento, no Flamengo, a fim de me pôr em contato com outros integrantes do elenco.

Virgínia, Henrique Tavares, Luiz Filipe Oiticica e Mercedes, com quem conversei, acharam ótima a idéia de se apresentarem em Caxias. Mais tarde, já no Garoto, contei tudo pro Rogério, que reiterou sua cumplicidade nessa empreitada. E se era assim, que tal se ele me ajudasse a encontrar o local adequado à encenação? Pra falar francamente, local, mesmo, praticamente não havia. O antigo auditório da UDN (isso mesmo, União Democrática Nacional), dos bons tempos do TMC (Teatro Moderno Caxiense), agora era sede da Rádio Difusora. O Clube dos Quinhentos, aonde Ratinho (o músico Severino Rangel de Carvalho) e o velho Armando Mello montaram vários espetáculos, tinha então o epíteto de *Aristocrático* – logo, descartável para as nossas pretensões. Dos antigos tempos do *Morre um Gato na China* (de Pedro Bloch), só restava o auditório do Sesi, mas a implorar reformas urgentes. Também descartamos.

Estávamos diante de um impasse. Queríamos trazer à cidade um espetáculo bonito, impactante, e não tínhamos aonde encená-lo. Aparentemente, não era tão difícil resolver a questão. Em pouco mais de um mês, seria inaugurado o Teatro Municipal Amado Mello (Temam), mas eu não queria esperar. Afinal, eu tinha apenas 20 anos, e quando se tem 20 anos tem-se muita pressa. Não sei bem por quê... O fato é que ficara fechado entre mim e o grupo, que a apresentação seria dia 11 de novembro, e o Temam só seria aberto ao público no dia 30 daquele mês. Alguns meses depois, já por conta do musical *Peço a Palavra*, que escrevi em parceria com Maurício Mamede, constatei que, nas mãos de Laís Costa Velho, o nosso teatro municipal não teria dado boa acolhida ao Grupo Acerto.

Foi o Rogério quem propôs: "*Por que não levamos a rapaziada para o auditório do Instituto de Educação, com a chancela da Faculdade de Pedagogia?*" Matou no peito e fez o gol. Afinal, para isso íamos precisar, apenas, do consentimento do professor Álvaro Lopes, diretor do IE, com quem se entenderia o Stélio Lacerda, presidente do Caec-Centro Acadêmico Euclides da Cunha, órgão que representava os universitários. Assim mesmo aconteceu. Rogério falou com Setélio, que falou com Álvaro, que falou *que sim*: estava liberado o auditório.

O Grupo Acerto era formado por jovens da Zona Sul do Rio. Moradores, em sua maioria, nos bairros Flamengo, Laranjeiras, Botafogo e Copacabana eles se reuniram para prestar uma homenagem ao casal Renato Mascarenhas de Souza/Joselina Menezes de Souza, que comemorava bodas de prata naquele ano. Renatão e Zelina (Zélis, para os mais chegados) eram pais de boa parte do elenco. Seus filhos – Paulo Romário, Mercedes, Maria das Mercês, Virgínia e Luciano – juntaram-se a alguns amigos, como Henrique Tavares, Luiz Antonio Peres, Vivian Hirson, Luiz Filipe Oiticica, Márcia de Mello Bastos, Solange de Mello Bastos, Michel Rabinowitch, Nonato Teixeira, entre outros, para montar a peça no late Clube Guanabara (Botafogo), onde a data festiva foi celebrada.

Aqueles jovens tinham por que escolher *Morte e Vida Severina* para aquela ocasião. Nutridos pelo som da bossa nova, esses *descendentes* de Tom Jobim e João Gilberto seguiram a mesma trilha da música

popular brasileira, que depois de passar pelos shows produzidos pelo CPC da Une³, desembocou na onda de festivais de música, que eclodiu em todo o país – a partir de 1965, até os primeiros anos da década de 70⁴. Nesse meio tempo, surgiu o movimento Teatro Universitário, que deu origem ao Tuca-Teatro da Universidade Católica, de São Paulo, o Tuca/Rio-Teatro Universitário Carioca (dirigido por Amir Haddad), o Tema (da Universidade Mackenzie, também paulistano) e o Tusp-Teatro dos Universitários de São Paulo. O Tuca era dirigido pelo Roberto Freire (não o ex-deputado, é claro, mas o misto de psicanalista e homem das artes, autor dos livros *Cleo e Daniel*, *Coyote*, *Sem Tesão não Há Solução...*)⁵. Coube ao Freire converter o poema de Cabral – então um épico da nossa poesia recente – num clássico do nosso teatro contemporâneo. E para encarar a empreitada, ele convidou o diretor de teatro Silnei Siqueira e um aluno da Fau-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, de nome Francisco Buarque de Hollanda, irmão de sua amiga Miúcha.

O trio Freire-Siqueira-Chico fez o que fez, com o poema de Cabral. Depois de uma temporada vitoriosa na universidade, o Tuca confirmou seu sucesso em outros palcos paulistanos e foi representar o Brasil no Festival Internacional de Teatro Universitário, em Nice, na França – 1965. De lá, voltou com o prêmio de melhor espetáculo e o orgulho de ter representado seu país no exterior, sem nenhuma ajuda oficial⁶. Nada mais claro. O concurso francês se dera no ano seguinte ao golpe militar de 64. Logo, não havia interesse do governo brasileiro, em patrocinar viagens de grupos de teatro formados por estudantes, numa época em que o poder público ao ouvir falar de cultura levava “a mão ao coldre”⁷. Ao voltar da Europa premiada, *Morte e Vida Severina* foi encenada em algumas capitais brasileiras, ora pelo próprio Tuca, ora por outros grupos, a exemplo do Acerto, no Rio de Janeiro.

Entre os dias 14 de outubro (quando assisti ao espetáculo) e 11 de novembro (quando o apresentamos em Caxias), muita coisa aconteceu; inclusive, perdi o emprego na Companhia Nacional de Guindastes (Guinasa), um dos únicos lugares aonde trabalhei, que nada tinham a ver com o universo das letras. Sim, teve isso. Eu já não estava sendo bem visto na casa, por defender, sem meias palavras, os princípios marxistas que me eram transmitidos no Garoto. A empresa, diga-se, era norte-americana. Quando deixei a barba crescer, então, foi aquilo... Mas foram os dias em que driblei o expediente, para ultimar os detalhes da chegada do Grupo Acerto a Caxias, que ajudaram a sujar geral. Afinal, tinha que levar um memorando ao Álvaro Lopes, que só se achava no colégio durante o dia; pegar os convites, impressos na gráfica do Antonio Carlos Menezes, distribuí-los para a venda; fazer mil contatos com o grupo...

E o Rogério, onde andava? Ele não havia dito algo como “vamos trazer, sim” esse grupo a Caxias? Foi. Mas ele – tanto quanto quase todos nós, do círculo do Garoto – batia cartão e ralava das oito às cinco. Enquanto me tiravam o couro, no departamento de compras da Guinasa, ele começava a perder os cabelos na Marvin – departamento de contabilidade. Só que eu era um dos pontos de contato entre a empresa e os fornecedores (passava boa parte do dia na rua), enquanto Rogério ficava pegado entre quatro paredes, frente a uma velha máquina manual Facit, de calcular. Logo, nada mais justo que eu ficasse encarregado de tudo.

³ O CPC-Centro Popular de Cultura, da Une-União Nacional dos Estudantes, foi fundado em 1959, tendo como marco inicial a encenação da peça *Eles não Usam Blak-Tie*, de Gianfrancesco Guarniere (1934-2006). Liderados por este, Oduvaldo Vianna Filho, Carlos Lyra, Ferreira Gullar, Leon Hirszman, Carlos Estevam, entre outros, os CPCs se espalharam por todo o país, produzindo espetáculos populares de teatro, música e poesia, a exemplo de *A Mais Valia Vai Acabar*, *Seu Edgar* (Vianninha) e *Um Americano em Brasília* (Chico de Assis e Nelson Lins e Barros), ambos musicados por Carlos Lyra. Pelo CPC da Une passaram vários artistas, como o escritor Ziraldo, o compositor Geraldo Vandré, poeta José Carlos Capinam e Augusto Boal, o teórico do Teatro do Oprimido, reconhecido e prestigiado nos mais diversos pontos do planeta.

⁴ Nas décadas de 80 e 90, a Tv. Globo tentou ressuscitar a era dos festivais, sem nenhum sucesso.

⁵ Roberto Freire é também compositor, tendo participado, em São Paulo, de grupos que buscavam a renovação da música brasileira, numa fase imediatamente anterior à bossa nova. Desse tempo é o chamado “samba-concreto” *Mulher Passarinho*, que fez em parceria com Caetano Zamma, o qual foi gravado por Agostinho dos Santos, em 1958.

⁶ Contam que para gerar recursos a fim de ir à França, os integrantes do Tuca tiveram que vender alguns bens pessoais, tais como jóias e carros. Dizem, até, que Chico Buarque teria vendido o seu fusquinha, nessa ocasião.

⁷ A frase infeliz – “quando ouço falar em cultura, levo a minha mão ao coldre” – foi cunhada por Goebbels (1897-1945), homem da extrema confiança de Hitler, que entrou para a História como o idealizador de toda a propaganda nazista. Atribuem a ele, inclusive, outra frase igualmente infeliz: “uma mentira sistematicamente repetida, ganha foro de verdade”.

Demitido na quinta-feira, dia 9 de novembro, eu tive toda a sexta-feira e boa parte do sábado, para resolver o que ainda faltava. Tinha que arranjar um ônibus para buscar (e levar de volta) a rapaziada no Flamengo. Isto eu consegui na empresa de transportes Limusine Carioca, através do Newley Lopes Martins, que mandava à beça na cidade. Além disso, tinha que encomendar o jantar do elenco, para depois do espetáculo. O rango foi tratado na Lanchonete Las Vegas, primeiro estabelecimento do ramo implantado em Caxias, à Avenida Presidente Kennedy. Tais compromissos faziam parte das poucas exigências feitas pelo grupo, que vinha apresentar-se de graça em nosso município.

No dia marcado, tudo perfeito. O Grupo Acerto precisava estar em Caxias, no máximo, às 15 horas, a fim de refazer as marcações de cena, de acordo com as dimensões minúsculas do palco. Quanto a isso, não tinha problema, pois às 13 horas em ponto, o ônibus estava à disposição, na Praça do Pacificador. Se atraso houve, este ficou por conta do elenco, pois antes das duas da tarde já estávamos no local combinado, mas só chegamos ao Instituto de Educação quase às 17 horas. Silmar Viana já nos aguardava. Único funcionário da Guinasa a fazer-se presente, dentre os poucos convidados na empresa, ele era uma das duas pessoas com quem mais me identificava, naquele ambiente. A outra, era o irmão do compositor Sérgio Ricardo, o violinista do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e da orquestra Românticos de Cuba⁸, Tuffi Luffit, o qual, a exemplo de Silmar, exercia ali a função de desenhista.

Refeitas as marcações cênicas, surgiu um problema. O Henrique Tavares, que acumulava as funções de diretor e ator principal, havia esquecido o seu pau em casa. Se dito assim, isto já soa indecente, pior foi o ultimato que o cara me deu: "*Sem pau, não entro em cena*". Deixa-me explicar logo, que raio de pau era este. Para compor o personagem Severino, o ator trazia às mãos um saco – cheio de jornais velhos, o qual jogava às costas – e um cabo de vassoura, transmutado em bordão de peregrino. Pois foi esse bordão que ele não trouxe, e agora exigia que eu lho substituísse. Recorri ao zelador do colégio, sem sucesso. Contando apenas com a solidariedade do Silmar, vasculhei palmo a palmo o estabelecimento, em busca de um porrete, um sarrafo que fosse, e nada. Sabia que estava correndo contra o tempo e não queria sequer imaginar o que aconteceria, se este bendito pau não aparecesse.

Três características marcantes em Silmar Viana, eram o talento revelado nas artes plásticas, o dom de filosofar e a vocação inata para a irreverência. Foi a única pessoa de quem já ouvi falar, em toda a minha vida, que compareceu ao trabalho no dia do seu próprio casamento. Após o ato, realizado numa quarta-feira, por volta das 11 horas, ele seguiu para a Guinasa, aonde chegou a tempo de nos pegar no refeitório, almoçando. Sem mais delongas, sacou da marmitta (que havia levado consigo ao cartório) e começou a comer, enquanto contava detalhes acerca da cerimônia. Dá pra ver que eu estava em boa companhia, no cumprimento da tarefa de achar um pau. A essa altura, a busca já se estendera às ruas dos arredores.

Nas proximidades do Clube dos Quinhentos tinha uma vila de casas, com um varal de roupas sustentado por um bambu; nem alto, nem baixo: na medida exata que Henrique precisava. Nem mesmo os cachorros que vimos dormitando pelo quintal nos intimidaram. Só lembro que quando o varal desabou ao peso das roupas, uma mulher nos viu e fez alusão nada lisonjeira às nossas mães. Com a cachorrada latindo no nosso calção, ganhamos as ruas e chegamos ao colégio, sãos e salvos. Sim, e com a missão cumprida.

Passava um pouco das 20 horas, quando o espetáculo começou. De posse de seus adereços de mão, Henrique soltava o verbo: "*O meu nome é Severino,/não tenho outro de pia.(...) E se somos Severinos/iguais em tudo na vida,/morremos de morte igual,/mesma morte Severina:/que é a morte de que se morre/de velhice antes dos trinta,/de emboscada antes dos vinte,/de fome um pouco por dia...*". E o público reagia à altura, guardando silêncio respeitoso.. Eram quase 200 espectadores, num espaço que cabia pouco mais de cem pessoas sentadas. Apesar do desconforto – agravado pelo calor de novembro e a mosquitada

⁸ A Românticos de Cuba foi uma das orquestras que mais marcaram presença nas reuniões dançantes dos anos 60, sem jamais ter se apresentado em lugar algum. Foi através de seus discos – uma média de dois lançamentos por ano, reunindo clássicos da música popular de várias nações, quase sempre em ritmo de bolero – que se fez conhecida em todo o Brasil e em países vizinhos. A Românticos de Cuba era formada por músicos de muitas outras orquestras, que só se reuniam para ensaiar e gravar, nos estúdios da Musidisc.

que empestava o ambiente –, dava pra ver que muita gente se emocionava com o texto, a música e, por que não dizer, o bom desempenho dos artistas. *"Compadre José, compadre,/que na relva estais deitado:/conversai e não sabeis/que vosso filho é chegado?/Estais aí conversando/em vossa prosa entretida:/não sabeis que vosso filho/saltou para dentro da vida?.."*.

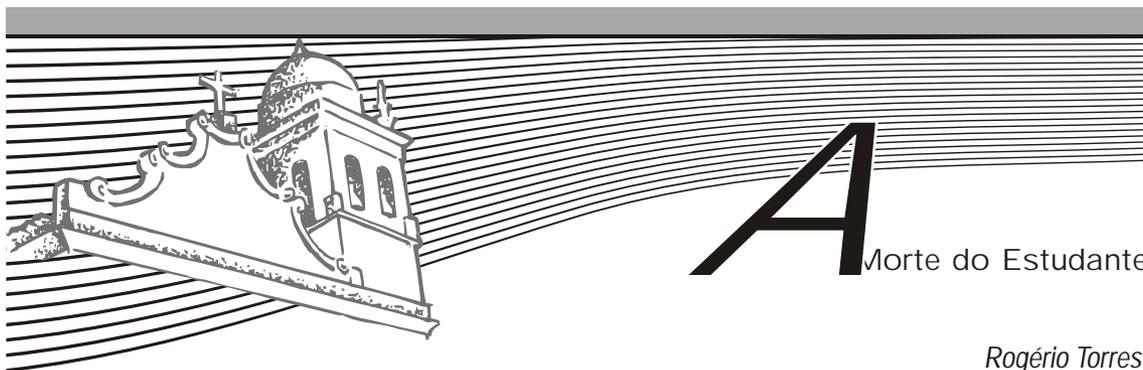
*E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.*

Caiu o pano e a galera aplaudiu de pé. Após alguns minutos de comentários trocados entre si, o público ouviu rápida saudação do Stélio Lacerda e se dispersou, enquanto o elenco trocava de roupa, juntava as tralhas e embarcava no ônibus especial, rumo ao jantar na Las Vegas. A casa, embora inaugurada havia uns três anos, era ainda uma sensação na Caxias da época, tão desprovida de novidades. Sua *sofisticação* consistia em ter dois ambientes: a loja, propriamente dita, com seus petiscos prontos ou preparados na hora, e o mezanino, aonde eram servidas refeições. Neste, o Grupo Acerto, Rogério, eu e uns poucos *convidados especiais*, matamos um churrasco à campanha, regado a muito chope. Tudo pago com a grana arrecadada na venda dos convites. Pensa que tudo se deu sem nenhuma saia justa? Engano. Tão logo os garçons liberaram o serviço, o grupo deu início a uma guerra de pão, cujos pedaços depois de cruzar todo o mezanino, foram atingir o chope do cliente que bebia sentado ao balcão. Apressei-me escada abaixo, a fim de evitar que tal *acinte* gerasse uma confusão. Cheguei a propor o pagamento de um outro chope, mas a *vítima* nem se deu por achada. Pedindo uma colher ao copeiro, *pescou* aquele corpo estranho que boiava em seu copo e continuou bebendo, como se nada tivesse acontecido.

Jantar encerrado, acompanhei o Grupo Acerto até o Flamengo (Rua Ferreira Viana, 36), aonde moravam Renatão e Zelina, cuja comemoração dos 25 anos de casados dera início a tudo aquilo. De volta a Caxias, com o ônibus às escuras, eu só tinha a companhia do motorista e do cobrador. Este, àquela altura, cobrava apenas o direito de descansar sossegado, encolhido numa das poltronas. Encolhido em uma outra, vinha eu, que mesmo de olhos fechados visualizava a cena da mulher da janela, a qual, entre outras coisas, advertia Severino:

"Só os roçados da morte/compensam aqui cultivar,/e cultivá-los é fácil:/simples questão de plantar;/não se precisa de limpa,/de adubar nem de regar;/as estiagens e as pragas/fazem-nos mais prosperar;/e dão lucro imediato;/nem é preciso esperar/pela colheita:recebe-se/na hora mesma de semear".

* Todos os trechos do musical *Morte e Vida Severina* inseridos neste texto, foram extraídos do livro *Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta*, de João Cabral de Melo Neto – Livraria José Olympio Editora – 20ª edição – Rio de Janeiro – 1984.



Rogério Torres¹

Anoitecia quando os primeiros alunos do Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal começaram a chegar. Como faziam todos os dias, os estudantes se dirigiram para o portão principal do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, tentando entrar no estabelecimento para as aulas que em alguns minutos teriam início. Entretanto, foram impedidos. Aquela noite seria diferente, não haveria aula. Componentes da diretoria do Centro Acadêmico Euclides da Cunha, que tinham chegado antes dos demais colegas, após rápida e sumarríssima reunião, resolveram paralisar as atividades do CFPEN.

Houve um início de tumulto, pois alguns colegas não concordavam com a suspensão das aulas. Mas a diretoria do Centro Acadêmico se mostrava intransigente e, através de uma peroração desordenada e passional, tentava demover os colegas que desejavam furar a paralisação. Liderando os que forçavam a entrada no estabelecimento de ensino estavam duas conhecidas e respeitadíssimas mães do Colégio Santo Antônio, também alunas do curso. As irmãs do Santo Antônio, antigas professoras de muitas das alunas do Curso de Formação de Professores, detinham ainda grande poder sobre as suas ex-alunas e assim incentivavam estas a não aderir ao movimento paredista. Muito conservadoras, “apolíticas” e intransigentes, não podiam e nem queriam entender as razões que levaram a diretoria do CAEC a deflagrar a “greve”. Até mesmo uma professora de didática tentou, em vão, demover os intransigentes diretores do CAEC. Argumentou que o curso ainda não era reconhecido e poderia sofrer sanções por parte das autoridades do Ministério de Educação. Mas nada disso adiantou, as aulas foram suspensas.

Mas qual seria o verdadeiro motivo para tal celeuma? As razões, certamente, vinhas estampadas em letras garrafais na primeira página dos principais jornais brasileiros. Elas anunciavam que um estudante fora morto pela polícia no Restaurante do Calabouço.

Tudo começou quando os estudantes que freqüentavam o Restaurante do Calabouço - que funcionava onde hoje está localizado o trevo rodoviário próximo do Aeroporto Santos Dumont - começaram um movimento de protesto contra o aumento das refeições e o mau funcionamento do estabelecimento. A polícia, ciente do fato, como de hábito, partiu para a imediata repressão. O que prometia ser mais uma escaramuça entre estudantes e policiais acabou se transformando numa tragédia. A violência da repressão traria como saldo o espancamento brutal dos estudantes e a morte de Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos, estudante paraense fuzila do com um tiro de pistola calibre 45, disparado pelo tenente que comandava a tropa. Este fato trágico inseria-se numa série de confrontos entre o movimento estudantil e o governo ditatorial imposto pelo golpe de 1964.

Desde 1967, a temperatura política vinha se elevando entre o governo e o movimento estudantil, pois as manifestações vinham sendo reprimidas com violência. Os estudantes protestavam não apenas contra a ditadura, mas também contra a política educacional que o governo vinha realizando. Contribuiu para isso a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das Uniãoes Estaduais de Estudantes (UEEs), a realizações de congressos clandestinos, os protestos dos excedentes e o polêmico acordo do Ministério da Educação e Cultura com a United States Agency for International Development (acordo MEC/USAID). O acordo MEC/USAID objetivava a privatização do ensino e o seu direcionamento para a formação de mão-de-

¹Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias. Colunista da revista “Caxias Magazine”. Sócio benemérito da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC.

obra especializada a ser aplicada nas empresas capitalistas. O ensino deveria ser exclusivamente técnico, desconsiderando-se totalmente os seus aspectos humanísticos. Naquele momento os estudantes eram talvez a única força, ainda disponível, capaz de responder de forma clara e corajosa aos que solertemente, através de Atos Institucionais, demoliam o que restara das instituições democráticas. A morte de Edson Luís foi uma espécie de “morte anunciada”, se me permitem o clichê.

Após ser baleado, o estudante Edson Luís foi conduzido por seus colegas para a Santa Casa da Misericórdia, não muito longe do Calabouço. Mas nada mais poderia ser feito, o estudante já estava morto. Revoltados, seus companheiros, num dramático cortejo, conduziram o corpo sem vida em direção à Assembléia Legislativa. A multidão que acompanhava o cortejo, aos gritos de “policia assassina”, invadiu o Legislativo e lá permaneceu até a madrugada velando o corpo do infeliz estudante. As autoridades e a polícia tudo fizeram para evitar o velório, que transformara-se num gigantesco ato de protesto, tudo em vão. Do lado de fora da Assembléia estudantes faziam inflamados discursos e atiravam pedras na polícia, que reagia com golpes de cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. O massacre de 28 de março de 1968 transformara-se numa crise política de proporções nacionais. Os teatros da Guanabara foram fechados e os artistas, solidários com os estudantes, anunciaram luto de três dias. O luto estendeu-se às escolas, diretórios e à própria Assembléia Legislativa, as aulas foram suspensas em todo o Estado da Guanabara.

O governador Negrão de Lima, eleito pela oposição, tentando minimizar a crise, reuniu-se com seus secretários. Na busca de uma saída honrosa para o governo, demitiu auxiliares, mandou prender o tenente assassino e comprometeu-se a custear o enterro de Edson Luís. O comandante do I Exército, percebendo a extensão da crise, anuncia a prontidão em todas as guarnições da Guanabara. De Brasília, através de seu secretário de imprensa, Costa e Silva declarava já ter sido informado, pelo Ministério da Justiça, dos acontecimentos da Guanabara e que o seu governo estava se empenhando em manter a ordem.

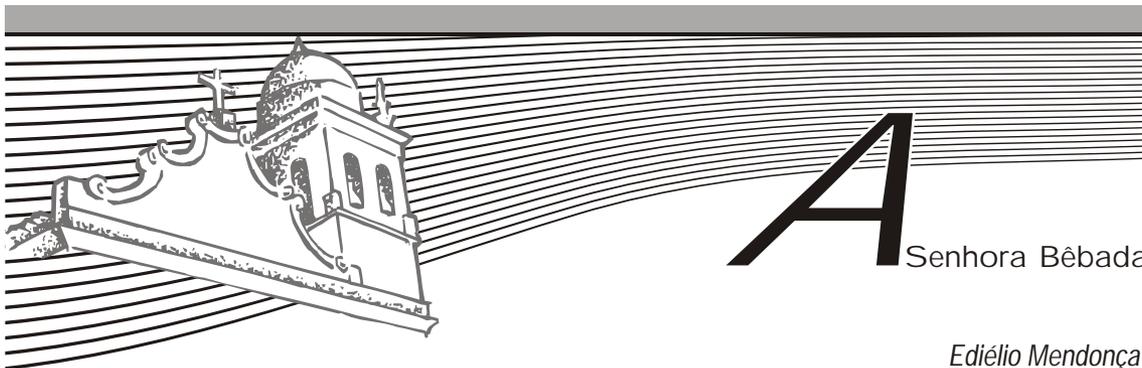
No dia seguinte ao assassinato do estudante, mais de 50.000 pessoas, aglomeradas na frente da Assembléia, aguardavam o momento de levar o corpo do estudante para o Cemitério São João Batista. O cortejo fúnebre deixou a Assembléia às 16 horas e 20 minutos, seguiu pela Avenida Beira-Mar, indo em direção à Praia do Flamengo. Em frente a extinta sede da UNE o cortejo parou e os estudantes queimaram uma bandeira norte-americana. Tumultos e quebra-quebra continuaram durante toda a caminhada até o cemitério. Às 18 horas e 20 minutos o cortejo chegou ao São João Batista. Diante da multidão que se aglomerara na entrada da necrópole, os estudantes que conduziam o caixão tiveram de permanecer por mais de uma hora, à espera de que a massa fosse retirada do local. Finalmente, às 19 horas e 20 minutos o corpo de Edson Luís foi sepultado. Extinguira-se uma vida, mas nascia agora uma nova e cruenta etapa da luta entre os estudantes e a ditadura.

Tinha razão a diretoria do CAEC em sua indignação. Justificava-se a suspensão das aulas naquela noite no Instituto de Educação Roberto Silveira. Éramos jovens, sonhadores e politizados.

Barboza Leite não se omitiria diante da luta dos estudantes. Em “Chão dos Caminhos”, sensibilizado pelo trágico acontecimento, escreveria um poema intitulado “O Grito da Juventude”, cuja última estrofe trazia os seguintes versos:

*Um moço perdeu a vida
fulminado num instante,
quando as agulhas cortaram
o seu grito de estudante.
Mesmo assim pelas esquinas
desta ou de outra nação,
outros jovens estão gritando
e jamais se calarão.*

Para atenuar o desconhecimento de algum acadêmico atabalhado, que aos circunstantes acusa de cooptados, ficam aqui registradas essas “mal traçadas linhas”, cometidas por um “memorialista” que não confunde o lirismo (real) de um poema e seu autor (Barboza Leite) com um pseudo e esporádico engajamento de uma autoria “ar ranhada”, anedótica e pouco representativa. No dia 29 de março de 1968, estávamos na porta do Instituto de Educação Roberto Silveira, junto com meia dúzia de colegas que recusavam-se a aceitar a apatia e a omissão de alguns companheiros alienados e (ou) acovardados. A postura corajosa e desafiadora da direção do CAEC – diante dos acontecimentos de 1968 - iria trazer para os seus componentes muitos dissabores; mas isso é uma outra história.



Senhora Bêbada

Ediélcio Mendonça¹

Carlos Diegues, o Cineasta brasileiro, em recente entrevista disse o seguinte: "A história é um uma senhora bêbada que caminha trôpega pelas estradas". Pois aqui estou, possuído pela tal senhora para viajar no tempo até chegar aos idos da década de 70, do século passado (que horror!) lá no Instituto de Educação Roberto Silveira, turma de Pedagogia (a segunda) onde tudo começou. O responsável foi Newton Menezes, professor e sempre audaz.

Eu, Dalva Borges, Heloísa e outros nos juntamos ao diretório acadêmico da então novata faculdade e começamos a desenvolver um trabalho artístico junto aos alunos. Optamos pelo Teatro como ponto de partida e nos ensaios, o intrépido e fagueiro citado acima "empurrou-me" para o palco. Então, com 25 anos, fui ser o Quim, um velho de 50, do Texto de Jorge Andrade, dramaturgo paulista, já falecido "A Moratória". Aí o que era enamoramento (o Teatro) transformou-se em encantamento. Daí, passamos a conhecer a obra de um dos mais importantes dramaturgos brasileiros. No meu caso, mais profundamente, porque além de interpretar o personagem principal (era minha primeira experiência como ator) tive o atrevimento de dirigir o espetáculo.

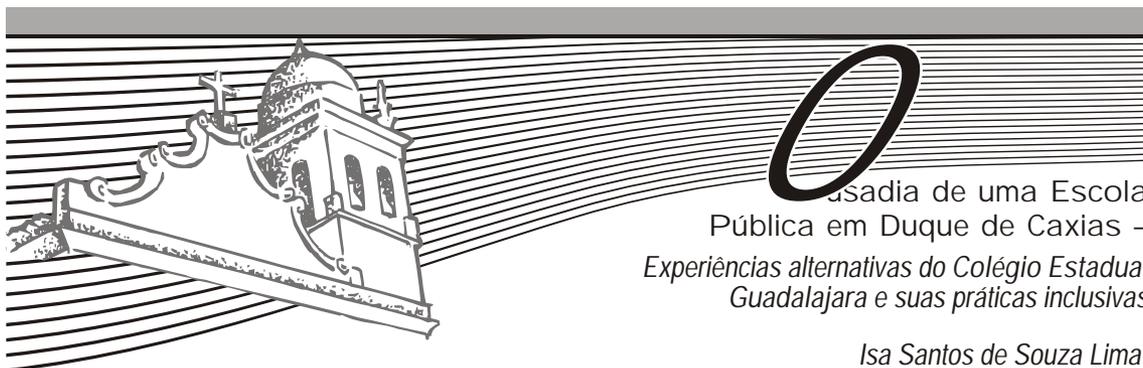
Em qualquer compêndio sobre dramaturgia brasileira "A Moratória" está entre os 10 melhores de qualquer tempo. Só pra destacar suas importância e qualidade, foi com o personagem Lucília, desta peça, que Fernando Montenegro, debutou nas artes cênicas, sendo reconhecida à época pelos críticos (Sábato Magaldi, Décio Almeida Prado, Alfredo Mesquita) com um novo talento surgido em nosso Teatro.

O texto trata da derrocada dos barões do café do Sul paulista, por volta de 1930, e da ação do Governo Getúlio Vargas, confiscando seus bens e uma atmosfera Tchecoviana (de Tchecov, dramaturgo russo), permeia toda encenação (até mesmo as mais rudimentares, como a nossa no Instituto) mostrando o desmoronamento de uma família quase aristocrática, em formação e valores, sem qualquer panfletagem explícita mas com uma profunda e lírica compreensão daquele grupo humano perdedor que faz com que as relações e o convívio também comecem a se deteriorar. Os personagens são construídos com uma variada manifestação de sentimentos em que o orgulho, a prepotência e a arrogância, dão lugar ao desencanto, a inércia e a nostalgia de um tempo que eles sabiam que não ia voltar mais.

Em 1950 no palco do Teatro Brasileiro de comédia de S. Paulo (adiante, vai ter um no Rio de Janeiro), quando as cortinas se abriram o público se deparou com um autor novo que tinha chegado para engrossar a lista de grandes autores brasileiros, como Dias Gomes, Gianfrancesco Guarnieri, Ariano Suassuna, etc. O espetáculo que no início da apresentação causava estranhamento no público acostumados com o modelo do teatro francês tradicional foi aos poucos conquistando os espectadores que passavam a compreender a trama e a engenhosidade dos cenários de planos e contra-planos numa mescla de passado e presente.

Hoje, passados quase 35 anos, assisti a diversas versões de "A Moratória" e de outras peças de Jorge Andrade (a última "Rastro atrás" é um primor); vi algumas serem adaptadas para a televisão ("Os ossos do Barão" antigo horário das 10 horas na Globo, os não imberbes devem lembrar) e só aprendi, aprendi, aprendi: Sobre Teatro, sobre, interpretação, sobre gente, sobre o Brasil. E todos as vezes que em qualquer teatro encenam "A Moratória" lá estou, eu, emocionado, e, quando as luzes se apagam nas platéias e os refletores iluminam os palcos, eu repito pra mim, baixinho, quase involuntariamente a primeira fala do texto: "Lucília, venha tomar o café"!!!

¹ Ator, diretor e figurinista em teatro. Professor da rede municipal de ensino. Professor de Literatura Dramática, História das Artes Cênicas e História do Teatro Brasileiro. Diretor do Teatro Procópio Ferreira / CMDC.



ousadia de uma Escola
Pública em Duque de Caxias –
*Experiências alternativas do Colégio Estadual
Guadalajara e suas práticas inclusivas*

Isa Santos de Souza Lima¹

No dia 12 de outubro de 2003 uma reportagem do Jornal O Globo me chamou a atenção: "Cultura vence evasão em escola da Baixada Fluminense" com projeto de artes, Núcleo criado no Colégio Estadual Guadalajara é destaque em pesquisa da Unesco.

Várias indagações apareceram: Por quê a escola foi premiada pela Unesco? Que processo a escola viveu para ganhar esse prêmio? Qual é o comprometimento dos educadores desta escola com a educação e cidadania? Como uma escola pública estadual na Baixada Fluminense pretendeu tamanha ousadia: a de plantar alternativa em meio a tanta segregação? Que sonhos alimentam suas práticas cotidianas? A partir das inquietações provocadas pela leitura do artigo jornalístico optamos pelo caminho que levássemos a conhecer de perto o Colégio Estadual Guadalajara no bairro Jardim Olavo Bilac no município de Duque de Caxias e demos início às primeiras investigações relativas à escola.

Em análise registrada no Projeto, pode-se constatar a realidade que envolve a escola. Como a maior parte dos bairros da Baixada Fluminense, Olavo Bilac sofre com o abandono por parte do poder Público e com a falta de saneamento básico. Observamos no bairro, a cada chuva mais forte, a ocorrência de deslizamentos das encostas, assoreamento de ruas já pavimentadas, ausência de arborização, inundação de ruas e residências e problemas de saúde dos moradores (alergias e doenças contagiosas) provocadas pelas condições ambientais degradadas e pela baixíssima renda da grande maioria da população. Soma-se a isso a precarização do atendimento médico no Município. Logo, temos um quadro de pobreza agravada pela ausência de um saneamento ambiental qualitativo.

Olavo Bilac como citamos, é um bairro extremamente carente de recursos, como tantos outros localizados na Baixada Fluminense, região tradicionalmente desassistida pelo poder Público. É grande a dificuldade desta comunidade em ter acesso a atividades sociais, recreativas, educacionais, culturais e artísticas (P.P.P, 2000).

Com o decorrer do trabalho, o que fica evidenciado é a relevância da presente pesquisa. Uma única escola pública no bairro que apesar de sofrer os impactos da realidade social de sua comunidade e do caos do sistema público estadual nos últimos anos, propõe e tece em seu fazer uma alternativa pedagógica inclusiva.

Para realizar o trabalho investigativo que nos possibilitasse compreender o fazer tecido pelos professores e alunos, optamos em analisar o acervo da escola (documentos como P.P.P, os Projetos, as fotografias, os relatórios, etc) e as falas externas acerca da escola (periódicos, documentários e os registros da UNESCO).

Entrecruzamos este acervo com depoimentos orais da direção da escola, dos professores, de alunos e ex-alunos que participam dos projetos da escola, da animação cultural, da orientadora pedagógica e de pais de alunos.

Por último, fotografamos e observamos o cotidiano da escola, as oficinas, os ensaios, etc, no esforço de apreender e relacionar o dito e feito no espaço escolar.

¹ Graduada em Educação pela Universidade Estácio de Sá. Funcionária do CIEP Henrique Teixeira Lopes.

A preocupação com a memória do Colégio Estadual Guadalajara, fez-nos privilegiar os relatos orais e acervos fotográficos e escritos da escola como fonte de pesquisa. Deixar vir à tona a memória que tem por natureza a multiplicidade dos membros que a compõe, o elo de identidade que relaciona as representações do passado com as necessidades imediatas do presente, tirar dela aquilo que busca ser um elemento identificador do grupo é o que nos interessa enquanto objeto de estudo.

O Colégio Estadual Guadalajara, cultiva sua memória. Pode-se perceber durante o período da pesquisa que há uma grande preocupação com os registros do planejamento e da execução das atividades desenvolvidas na escola. A escola possui um significativo acervo fotográfico, produção de vídeo, de livros e o cuidado com a memória social. Está sempre aberta para expor também através de histórias orais seu compromisso com educação quanto formadora de cidadãos capazes de se identificar inclusive na sociedade vigente pois trabalha na luta pela igualdade social. Esse cultivo de memória também se faz presente nos tempos e espaços criados para a participação de ex-alunos, pais e outros membros da comunidade que mantém vínculos criativos e nutrem afetos com a escola.

Compartilhar memórias é uma forma de reinventar a escola, a comunidade, o grupo social, enfim, de construir redes de solidariedade que através de formas de relacionamento, nos possibilitem estabelecer novos modos de sociabilidade democrática e novas formas de criatividade social.

A Gestão transformadora eleita em 1994

Carros de professores depredados por alunos, brigas entre estudantes, paredes pichadas, roubo de merenda e atos de vandalismo por parte da comunidade. No início da década de 90, assim era o Colégio estadual Guadalajara, localizado num bairro de baixa renda do município de Duque de Caxias (reportagem publicada na Folha Dirigida – Educação de 11 a 17 de novembro de 2003).

Hoje, dez anos depois, a escola pouco lembra desta época sofrida. O que se encontra na escola em vez de agressões, são batuques de tambor, passos de lumbaeróbica, cenários teatrais, oficinas diversas, jovens com senso de cidadania bem desenvolvido e uma relação de afinidade e respeito entre a equipe escolar e os moradores da região.

Antes do ano de 1994, segundo relatos coincidentes de alguns professores, não havia na escola trabalho cooperativo entre professores e alunos. A ausência de respeito e tolerância entre docentes e discentes, os constantes arrombamentos ocorridos na escola, os assaltos na entrada da instituição, transformaram-se em problemas políticos significativos motivando alguns professores a lançarem a chapa que foi vitoriosa no processo eleitoral da época.

A chapa vencedora era composta por um diretor geral e três diretoras adjuntas. O diretor geral eleito, em poucos meses, declinou do cargo. Isso ocasionou um vazio de poder que suscitou o estabelecimento de nova composição político-administrativa, fazendo com que uma das diretoras adjuntas, assumisse a direção geral da escola. A professora Maria Helena da Silva Ramos (sua carreira como educadora iniciou-se em 1990, como professora de História atendendo ao supletivo noturno do Colégio Estadual Guadalajara), com apoio da comunidade escolar, notadamente de pais, responsáveis, alunos e um grupo expressivo de professores, passou a ser a diretora geral, permanecendo no cargo até 2004. Nesse momento surgiram as condições para que a professora Maria Helena iniciasse trajetória de liderança marcada pelo estímulo ao diálogo e ao envolvimento ampliado de todos os sujeitos da comunidade escolar na administração.

Para adquirir uma mudança, a escola teve que se projetar para além dos muros do colégio, pois a maioria dos problemas enfrentados pela escola provinha justamente de uma relação conturbada de violência vivida no cotidiano da comunidade. O processo de conservação e apropriação do espaço escolar se deu através de uma integração e conscientização da equipe escolar com a comunidade, a partir do desejo de transformar as práticas educativas do Guadalajara, reconhecendo a necessidade de se resgatar a escola pública do bairro.

O comportamento da comunidade passou a mudar quando a equipe escolar passou a manter um diálogo com eles. Além das reuniões com os pais e responsáveis, passaram a ser promovidas também outras ações, como oficinas, abertura do espaço escolar nos finais de semana e os projetos para os alunos ligados a arte e cultura, ao lazer e ao pedagógico.

O diálogo constante faz com que professores e alunos sintam-se mais participantes da dinâmica escolar, e por isso mais responsáveis por ela também.

A grande conquista do homem nos dias atuais, é conseguir manter sua individualidade ao mesmo tempo em que se integra ao mundo globalizado. A participação é fundamental nesse processo. O Colégio Estadual Guadalajara não pretende estar de fora, se compromete em resgatar a individualidade do aluno, de modo a que este coloque a serviço da coletividade todo o seu potencial, sem abdicar de sua própria satisfação, é esta razão pela qual a escola prioriza o trabalho com a cultura para alunos e comunidade, através das diversas formas de manifestação artísticas

Edlane, animadora cultural, revela que a comunidade do bairro Olavo Bilac, especialmente as crianças e os jovens com quem têm um contato mais estreito, demonstram uma tendência muito forte para os esportes e artes nas suas mais variadas manifestações.

Relata:

Quando pensamos num projeto para o "Guadá", não há como ignorar o potencial artístico de nossos alunos e comunidade e neste contexto, as artes plásticas, a música, a dança e o teatro, pelo que estimulam e desenvolvem a expressão corporal, a criatividade, a auto-expressão e a análise da realidade vivenciada, têm total prioridade para nós.

Educação alternativa - Projetos e Oficinas

Trataremos a seguir de três ações político-culturais de caráter especial desenvolvidas no Colégio Estadual Guadalajara. São elas: o Núcleo de Cultura do Guadá, o Projeto Educação Ambiental e o Grêmio Estudantil Carlos Drummond de Andrade (GRECADA).

Núcleo de Cultura do Guadá (NCG)

Em 1995 o Governo do Estado do Rio de Janeiro contratou animadores culturais para atuarem nas escolas públicas estaduais. O Colégio Estadual Guadalajara recebeu três animadoras. Em 1996, com trabalhos e projetos já iniciados no Guadá (como a escola é conhecida carinhosamente pela comunidade) o Governo do Estado decidiu alocar os animadores exclusivamente para os CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública). Sem querer a interrupção do trabalho cultural, visto que os resultados obtidos estavam sendo positivos, a comunidade escolar reivindicou junto à Secretaria de Educação a permanência dessas pessoas na escola. Segunda a direção e a animadora, a cada ano ocorrem intensas discussões e conflitos com a Coordenadoria Regional para que esses profissionais sejam mantidos na escola.

Ainda na primeira semana de atividade desse grupo de animadoras, alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, as procuraram propondo a realização de uma peça teatral para arrecadar fundos para a formatura que aconteceria ao final do ano letivo. Por sua vez, as animadoras gostaram da idéia e a levaram a diante, principalmente por ser uma iniciativa de alunos. As animadoras no entanto negociaram um tempo mais prolongado para a preparação da peça, para que a mesma não se transformasse em algo improvisado e com o único fim de arrecadação de fundos. O que as animadoras culturais buscavam era um trabalho que se aprofundasse mais no ensinamento de técnicas teatrais. Nessa época, ocorreu o massacre dos trabalhadores rurais sem terra em Eldorado de Carajás, esse assunto foi trabalhado em sala de aula com os alunos através de reportagem, a partir daí, eles decidiram que esse deveria ser o tema da peça. Alunos e animadoras baseados na pesquisa, construíram o texto da primeira peça produzida na escola. A idéia tomou tamanha proporção que não foi possível encenar a peça na escola, conseguiu-se um espaço maior, montou-

se o figurino e o cenário específico e além da divulgação na escola foi feita também à divulgação na comunidade.

Com a boa aceitação da peça na comunidade, alunos por iniciativa própria, a escreveram no concurso de teatro profissional no Município de Duque de Caxias. As animadoras acharam que não seria possível concorrer a prêmios, pois os atores ainda estavam pouco preparados e o grupo tinha pouco tempo de existência. Para a surpresa de todos, entretanto, o grupo ganhou o prêmio da categoria Revelação.

O sucesso da peça motivou as animadoras e os alunos a conquistar um espaço no interior da escola para a promoção de ensaio e encenações públicas e outras atividades artísticas e culturais. A direção aceitou e apoiou a proposta da criação do espaço, disponibilizou uma sala de aula que passou a funcionar como espaço permanente do grupo teatral.

A consolidação do trabalho da animação cultural ocorreu com a criação do Núcleo de Cultura do Guada, que favoreceu o aproveitamento das habilidades específicas de cada uma das animadoras, proporcionando condições para trabalhos diferenciados no contexto da produção artístico-cultural.

O NCG se apresenta como uma das pontes mais significativas da escola no que se refere aos vínculos com outras instituições e espaços sociais educativos. Na realização de espetáculos, na implementação de oficinas, na participação em debates culturais e participação em eventos de mobilização política, mantém ativa uma rede de parceiros que se estende em ações territoriais do Colégio Guadalajara. O Núcleo é coordenado por duas animadoras culturais, Edlane da Silva Pacheco e Alba Makeba. Foram criados Subprojetos no Núcleo de Cultura. Mencionaremos alguns:

1) Grupo de Dança Afro Guadalaxé: Surgiu a partir da constatação de que a maioria dos alunos da escola era de origem negra e/ou nordestina, e de que esta origem era fonte de auto-identificação negativa. Em uma entrevista, uma das animadoras relatou um ponto marcante na trajetória deste grupo. Em uma apresentação promovida pela Academia de Dança Clássica, o Grupo de Dança Afro teve a participação com uma dança afro-primitiva. Chegando ao local da apresentação, vendo as demais dançarinas, as alunas quiseram desistir, pois acharam que passariam vergonha com a dança que apresentariam. As animadoras conseguiram incentivá-las a apresentarem a dança e, ao final, foram muito aplaudidas, receberam homenagem especial da diretora da academia e, a partir daquele ano a categoria afro foi incluída no conservatório de dança. Daquele momento em diante, o grupo se estruturou, aumentou a participação e diminuíram as desistências. Para a animadora, isso seria devido ao fato de as alunas reconhecerem suas raízes. O grupo acompanha as apresentações da banda afro.

2) Banda de samba-reggae Guadalaxé: Surge a partir do conhecimento sobre percussão e ritmos afro brasileiros de uma das animadoras. Uma das dificuldades enfrentadas para a consolidação do trabalho da banda, se refere à resistência de alguns professores, alunos e membros da comunidade que associavam a batida dos tambores com a religiosidade afro-descendente. A aceitação do trabalho artístico-cultural da banda por um número crescente de alunos e os sucessivos convites para apresentações públicas, diluem, gradativamente, o referido preconceito.

3) Projeto Pichação: O projeto foi implementado no início das atividades de animação cultural. Com o objetivo de identificar e trabalhar com os alunos pichadores da escola. A partir desse projeto, a maioria dos alunos passou a praticar a arte de grafiteagem.

4) Rádio Guadá: É o informativo da escola. Alunos transmitem comunicados, recados, anunciam projetos, etc. Funciona nos horários de recreio e quando a escola tem eventos especiais, anunciam a programação. A avaliação da animadora é que o rádio escolar, quebrou o clima de extrema seriedade e tédio da escola, isso aproximou mais os alunos e propiciou maior cuidado com os equipamentos e o espaço escolar.

5) Sessão Literária: Têm como objetivo apresentar aos alunos autores brasileiros, utilizando variadas formas artísticas e estimulando a pesquisa sobre suas obras. A cada ano é selecionado um autor literário por bimestre. Dois alunos do grupo de teatro realizam pesquisa sobre suas vidas e obras. O grupo se reúne e decide quais aspectos são mais relevantes ou que mais se destacam com relação a cada

autor. As peças são escritas pelos alunos em conjunto com as animadoras culturais. Para cada autor o grupo define uma dinâmica de construção do texto da peça. O projeto coordenado pela Equipe de Animação Cultural, conta com a colaboração da Coordenação Pedagógica. A peça é apresentada para toda a escola, com intuito de que todos os alunos conheçam esses autores.

6) Projeto Ibamor (Ibamor em Yorubá significa "se ele soubesse"): Visa à produção de material didático relacionado com a cultura afro-brasileira, o objetivo é que esse material seja trabalhado em sala de aula por alunos e professores de 1ª a 4ª série do Ensino fundamental. Acompanhando a cartilha, os alunos terão oficinas temáticas relativas aos temas abordados durante o projeto. Essas atividades foram pensadas para incluir os alunos mais novos no NCG, visto que são os mais velhos que participam dos grupos de dança, teatro e banda, devido às habilidades exigidas nessas atividades.

7) Jovens pela Paz: É um projeto do Governo Estadual. A parceria com a escola se estabeleceu para as atividades culturais. O projeto oferece bolsa (valor R\$ 250,00 mensal em 2004) para atuarem nas oficinas culturais durante 20 (vinte) horas semanais. Segundo Edlane, o projeto trouxe grandes benefícios aos alunos, por ter favorecido a manutenção dos mesmos na escola, num momento em que muitos jovens abandonam a sala de aula em busca de emprego e ainda, pela oportunidade de realizar uma atividade de caráter profissional. Inicialmente as atividades eram realizadas somente na escola, atualmente são realizadas atividades em espaços da comunidade, como igrejas e associações de moradores. Os alunos têm dia específico de planejamento e avaliação conjuntos.

Para Makeba:

os projetos culturais são úteis para oferecer um novo horizonte ao aluno que provém de uma família de baixa renda. A intenção do Núcleo não é transformá-lo num artista, mas fazer com que ele conheça seu potencial. Percebendo que todos os jovens têm a mesma capacidade, eles começam a acreditar que podem ter um futuro na arte, que podem ingressar numa universidade.

Segundo Makeba, os projetos culturais desenvolvidos pelo núcleo, servem como suporte pedagógico. Os alunos que têm dificuldades de aprendizado ou de relacionamento com os colegas são levados a participar das oficinas de percussão, lá eles descontam a agressividade no tambor, cria o sentido de grupo e de convívio social, além de seguir as regras estipuladas pelos coordenadores da oficina, uma vez que desejam continuar.

Líbia de Lima, ex aluna que não deixou os espaços da escola é membro do grupo que compõe o Projeto Escolas de Paz, alega:

Aqui na escola havia muita brincadeira de dar "porrada", em que as crianças se batiam. Teve alunos que chegaram a tirar sangue um do outro. Mas nas oficinas de teatro, por exemplo, muitos puderam conhecer o lado infantil das brincadeiras.

Assim como Líbia, há outros alunos que se formaram mas não deixaram os espaços da escola, estão engajados em alguns projetos ou oficinas. A escola conta também com a colaboração da comunidade na conservação e manutenção da mesma aproveitando suas habilidades.

Atualmente o Colégio Guadalajara oferece a alunos e comunidades várias oficinas tais como: lambaeróbica, dança de salão, dança afro, karatê, capoeira, ritmo (percussão), oficinas de reciclagem e aproveitamento de sucatas. Estas oficinas são apresentadas por moradores, alunos e ex-alunos que contam com a orientação da Animação cultural e do Projeto Escola de Paz. Existe também o "Cine Guadá", de acordo com a sondagem que se faz junto à comunidade, o Projeto Escola de Paz coordenado pela ex-aluna Lívia, aluga-se um filme em fita de vídeo VHS e faz uma sessão de cinema na escola. Ao término do filme, acontece um debate sobre o ocorrido, onde a platéia expressa o seu entendimento, adquirindo então, uma visão diversificada sobre o assunto e a realidade existente.

Pode-se perceber a intenção da escola em conscientizar a comunidade quanto aos direitos e deveres do cidadão.

Educação Ambiental

Em 1998 a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) ofereceu um curso de Gestão Ambiental para professores da rede estadual de ensino, que tinha como finalidade cuidar da despoluição da Baía da Guanabara. Três professoras da escola fizeram o curso. A partir daí, foi implementado o projeto especial sobre o tema na escola, coordenados pelas professoras Helenita Maria Beserra da Silva, Lourdes Alves Dias, Márcia Cristina, Cátia e Sônia.

A primeira atividade realizada foi à oficina de Compostagem com alunos da 4ª série do Ensino fundamental. Tinha como objetivo recolher os detritos de alimentos produzidos na cozinha da escola, depositá-los adequadamente e transformá-los em adubo orgânico, os alunos faziam o registro científico da produção de adubo, bem como dos resultados produzidos por cada etapa do processo. Foram selecionados alguns alunos que se destacaram para serem monitores do projeto. Esses monitores passaram a contribuir intensamente nas oficinas oferecidas pela escola a partir desse trabalho. Os monitores (multiplicadores) passam por capacitação teórica sobre temas relativos ao meio ambiente.

Todas as atividades desse projeto, são acompanhadas de um desdobramento pedagógico, junto à coordenação pedagógica da escola.

Dentro do Projeto Educação Ambiental, foram criados vários subprojetos, obviamente ligados ao tema, entre eles:

1) Formação de Monitores: partiu da experiência seletiva de monitores da primeira oficina de compostagem, alunos, ex-alunos ou pais, recebem formação (o projeto investe em cursos para os monitores, esses repassam o que aprendem para a comunidade através de oficinas), realizam pesquisas e desenvolvem atividades junto à comunidade escolar relativo ao tema do meio ambiente. Os monitores acompanham as atividades de educação ambiental em sala de aula e as visitas ecológicas. Eles são figuras importantes na escola. O processo seletivo se dá através de entrevistas com as coordenadoras que se fez necessário devido ao grande número de alunos interessados em participar desse projeto. A coordenação pedagógica encaminha alguns alunos por apresentarem problemas relacionados à indisciplina ou a dificuldades de aprendizagem, nestes casos o projeto serve como uma alternativa educativa. Atualmente o projeto conta com 11 monitores entre eles Dona Adelaide Silva de Freitas, mãe de aluna que nos relatou:

Eu tinha que trazer a minha filha Isabela e tinha que ficar esperando, com isso conheci o projeto, gostei e decidi participar. Tenho aprendido muita coisa, o que estragava na minha casa eu jogava na rua, o que não se aproveitava mais também, agora a gente recolhe e aproveita, há várias maneiras pra isso. Estou gostando muito e me sentindo útil.

Assim como Dona Adelaide, outras pessoas encontram-se de alguma forma, sua contribuindo nas atividades desenvolvidas na escola.

Para a ex-aluna Lívia Costa:

Aqui na escola você só não faz nada se não quiser. Eu terminei o Ensino Médio ano passado, sou casada e nem por isso deixo de estar aqui. Meu marido quando é preciso, ele vêm, fura uma parede, prega instante, faz qualquer coisa. O meu filho queria se escrever na oficina, mais o horário de aula dele não dá (ele ainda não tem idade para cursar no Guadá), mesmo assim quando tem vago na escola, ele vêm comigo e participa. É muito legal poder criá-lo nesse ambiente.

Outro fato que merece citarmos é a respeito do aluno Daniel Conceição, considerado há tempos atrás como aluno problema, por esse motivo foi encaminhado para o projeto no qual teve avanços significativos de aprendizagem, comprometimento e participação.

Segundo a Livia, (...) aqui na escola não rola esse negócio de vergonha, o Daniel ajuda a gente na horta, às vezes no horário do recreio e a garotas estão todas arrumadas, cheirosas e a gente todos sujos, ele nem liga pra isso, não esta nem ai pra isso, o que ele quer é ser produtivo.

Vários cursos de reaproveitamento feitos pelos monitores são repassados para a comunidade como: embalagens de material fotográfico; garrafas pet; azuleijos; alimentos; reciclagem de papel; cestaria; jornal e sacolas plásticas.

As atividades realizadas são avaliadas por uma equipe de professores que as incluem nas notas das disciplinas da grade curricular.

2) Oficina Ambiental: É um trabalho voltado para atender aos alunos de 1ª a 4ª série do Ensino fundamental, desenvolve-se oficinas de produção de adubo, reutilização de lixo sólido e reciclagem de papel. Este subprojeto agregou a atividades que deu início ao grande projeto de educação Ambiental. Todo o trabalho, etapa por etapa, é registrado pelos alunos.

3) Fazendo História: Alunos criam histórias, ilustram e selecionam os melhores junto às professoras, encadernam e os transformam em livros. Ao final do trabalho é feito um coquetel para o dia do autógrafo contando com a participação de pais, responsáveis e a comunidade escolar.

4) Poupança Ecológica: Participam alunos do 2º segmento do Ensino fundamental e do Ensino Médio. Os alunos recolhem da comunidade lixo reciclável como : garrafas pet, papelões, latas, copos de bebidas prontas, pilhas, baterias de celulares, etc. levam para a escola que conta e registra a mercadoria. Cada turma tem o dia certo de entregar o seu lixo. Uma vez por semana ele é vendido e recolhido da escola por uma firma. O dinheiro arrecadado é colocado numa poupança específica para cada turma. Ao final do ano, a turma com o maior saldo é contemplada com um passeio turístico. Coordenadores e alunos perceberam que a partir desse sub-projeto, a comunidade ficou mais limpa, não se encontra mais esses materiais nas ruas.

5) Visitas Ecológicas: Monitores, coordenadores e professores, reuniram-se para abordar os temas das disciplinas de cada série que mereciam uma visita orientada.

6) Esquete: Coordenadores, monitores e professores orientam aos alunos para produção de pinturas, quadros (com um vernissage ao final), esquetes e músicas (concurso sem vencedores). Cada turma poderá se inscrever em apenas um, e todos os alunos devem participar de alguma forma, seja na criação do texto, na montagem da apresentação, encenação, etc. Os trabalhos são avaliados pelos professores das várias disciplinas e são atribuídas notas que agregarão à avaliação final dos alunos de cada turma.

7) Trabalho com Paradidáticos: A cada ano letivo, são selecionados livros para serem trabalhados com os alunos em todas as disciplinas, a escolha se dá através de seminários temáticos organizados pelos próprios alunos. O acordo feito pela coordenação é que pelo menos um desses livros seja voltado às questões ambientais. A avaliação também é agregada às notas de cada disciplina.

8) Trocando figurinhas: São palestras apresentadas bimestralmente as turmas com assuntos específicos para cada uma. A partir das apresentações, alunos realizam atividades de elaboração de cartilhas, poesias, cartazes e possíveis soluções e/ou sugestões para resolução de problemas detectados pelos mesmos. Com sentido de divulgar o que cada turma aprendeu com o trabalho para os demais alunos da escola, como conclusão, são feitas apresentações dos trabalhos realizados.

Ao final de cada ano, os sub-projetos são avaliados entre os coordenadores, professores, coordenação pedagógica e monitores, para saberem se os resultados esperados foram atingidos e se precisam ser modificados.

Grêmios Estudantis Carlos Drummond de Andrade (GRECADA)

O Grêmios Estudantis do Guadalupe é reconhecido por toda a equipe escolar e pela comunidade.

A gestão teve como principal plataforma a abertura da sala de computação, visto que a escola possuía computadores, mas não dispunha de espaço nem material humano necessários para a utilização dos mesmos pelos os alunos. A reivindicação foi atendida pela direção que realiza assessoramento técnico

quando solicitada pelo grêmio. Os horários de uso desses equipamentos pelos alunos são organizados cuidadosamente pelo grêmio de maneira que possa atender uniformemente a todos os alunos da Unidade escolar que buscam esses recursos.

A organização política do grêmio, procura expressar um caráter mais participativo do conjunto dos alunos, estimulando uma formação dirigente de forma integrada, baseada na matriz de um grupo de amigos, o que facilita o processo de constituição de unidade política interna e também o movimento de diálogo com o conjunto dos alunos.

O grêmio participa ativamente dos projetos e sub-projetos realizados na escola.

Guadalajara, reconhecimento da UNESCO como Escola Inovadora

Durante os meses de setembro e outubro de 2002, a UNESCO acompanhou com intensiva presença, as práticas educativas do Colégio Estadual Guadalajara, combinando observações de campo e dados de questionário próprio. O que a UNESCO queria era descobrir como as escolas têm conseguido combater a violência em meios a tantas segregações. No decorrer do trabalho, pesquisadores ao vivenciar o cotidiano escolar do Guadalajara visibilizaram dois eixos de ações culturais: um que está associado a projetos especiais internos, notadamente o Núcleo de Cultura do Guadá e o Projeto Educação Ambiental; e o outro, o Projeto Escolas de Paz. Sobre o primeiro eixo, afirmaram-se que o mesmo encontra-se enraizado no cotidiano da escola, onde as atividades acontecem em sintonia com a grade curricular. O segundo eixo se desenvolve através de um projeto externo cuja concepção encontra-se mais associada ao uso do espaço físico para o desenvolvimento de ações comunitárias e afirmam,

“O programa Escola de Paz baseia-se em estratégias de estímulo à abertura das escolas nos finais de semana e na criação de espaços alternativos que atraiam os jovens, tendo como objetivos principais a idéia de construção de uma cultura da paz e a prevenção da violência” (UNESCO, 2003, p. 18).

Ao término das pesquisas, três escolas de Estados diferentes entraram para o Livro da UNESCO como Escolas Inovadoras – Experiências bem sucedidas em Escolas Públicas (2003), no Rio de Janeiro, o reconhecimento foi para o Colégio Estadual Guadalajara.

Relatam os pesquisadores:

Ao falarmos de resultados na experiência investigada, temos a convicção de que estamos nos referindo a um continuum de práticas instituintes de tempo relativamente alargado – neste caso, o ponto de partida desse processo foi apontado unanimemente como sendo o ano de 1994, momento de mudanças na direção da escola. (...) A pesquisa conseguiu identificar mudanças, mas, elas não foram devidas a um único elemento de inovação que pudesse ser tratado isoladamente do conjunto de práticas instituintes processadas a partir do referido marco de redefinição político-administrativa da escola. (...) É digno de nota o alto valor coletivo dado pelos usuários a uma experiência educacional pública, numa época em que as relações de mercado venderam a idéia do privado como expresso da qualidade” (UNESCO, 2003, p.41-42).

Como já mencionamos, o Colégio Guadalajara é a única opção de lazer para os jovens do bairro Olavo Bilac; ao oferecer atividades curriculares e de finais de semana, torna-se o ponto de encontro desses jovens que estão em busca de lazer e de ocupação de tempo de forma construtiva, impedindo que os mesmos fiquem nas ruas à mercê de algo que possa trazer danos as suas vidas.

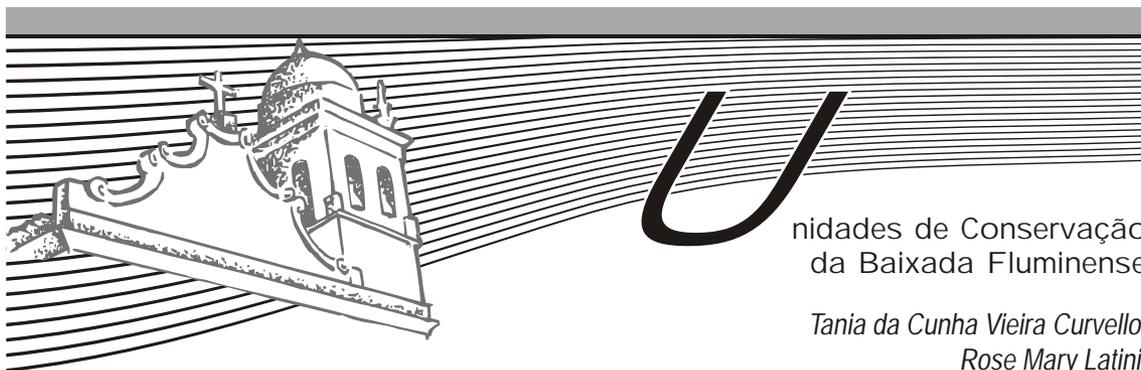
Dentro de um quadro de sensíveis precariedades de recursos materiais e humanos, é necessário ressaltar que a escola ao buscar cumprir sua função social, não mede esforços para não perder de vista a especificidade do trabalho educativo e inclusivo.

Além do empenho na formação de uma consciência crítica em relação às dificuldades enfrentadas pela comunidade, é preocupação da Equipe Guadaluja formar também o indivíduo capaz de conhecer e desenvolver ao máximo suas potencialidades, em busca de realização, não só profissional mais também e principalmente pessoal.

Fica evidenciado na presente pesquisa, que uma única escola pública que apesar de sofrer tanta segregação, propõe e tece em seu fazer uma alternativa pedagógica inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTA, Rubens. *Cultura vence evasão em escola da Baixada Fluminense*. O Globo, Rio de Janeiro, 12 de out. 2003, p. 31.
- DAVID, Fátima Bitencourt. *Histórias de professoras: práticas, alternativas e disputas políticas em Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. Dissertação de Mestrado em Educação.
- GANDIN, Danilo; CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. *Planejamento na sala de aula*: Porto Alegre: 1995. 112 p.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990. [Original de 1968]
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4º ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Editora Cortez, 1994. 263p.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da Memória no campo das Ciências Sociais". Revista Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 1992.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. "História e Memória". In "História pensar e fazer". Mattos, Marcelo Badaró (org.) Rio de Janeiro, IDH (Laboratório Dimensões da História – UFF), 1998.
- NORA, Pierre – "Entre Memória e História. A problemática dos lugares". *Projeto História*. São Paulo, 1993.
- PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento, avaliação e acompanhamento in Nós da escola*. Rio Prefeitura Educação Multirio. Rio de Janeiro, Ano 2, nº 15 – 2003.
- Projeto Político Pedagógico: Colégio Estadual Guadaluja, Rio de Janeiro: 2000.*
- SOUZA, Marlúcia Santos de. *Imagens da Cidade de Duque de Caxias*. In: Revista FEUDUC/CEPEA. Duque de Caxias, nº 02, setembro de 2000.
- _____. *Escavando o passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os projetos de poder político local*. Rio de Janeiro: UFF, 2002. Dissertação de Mestrado em História.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. JUNIOR PIRES, Roberto. *Terra de Muitas águas*. Texto nº 05, Duque de Caxias: Itatiaia, 1996.
- UNESCO – *Escolas Inovadoras – Experiências bem sucedidas em escolas públicas*. Brasília: 2003.



Unidades de Conservação
da Baixada Fluminense

Tania da Cunha Vieira Curvello¹
Rose Mary Latin²

A Baixada Fluminense possui 739,88 km² de mata atlântica, a qual abriga UCs (Unidades de Conservação) pouco conhecidas, tais como: o Parque Natural Municipal da Taquara, o Parque Municipal de Nova Iguaçu, a Reserva Biológica de Tinguá e a Serra dos Órgãos em Magé. Uma parte significativa da APA (Área de Proteção Ambiental) de Guapimirim e da APA de Petrópolis também está inserida na Baixada Fluminense (BRITO; GALVÃO & SOARES, 2004).

AAPA de Petrópolis, onde está inserido o Parque Natural Municipal da Taquara em Duque de Caxias é representada pela biodiversidade da Mata Atlântica, sendo a primeira APA criada no país, em 1982, porém só foi delimitada em 1992. Situa-se na região serrana do estado do Rio de Janeiro, integrando os municípios de Petrópolis, Magé, Duque de Caxias e Guapimirim. Faz limites a oeste com a Floresta Protetora da União e a Reserva Biológica de Araras e a leste com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RIOTERRA, 2005).

A Reserva Biológica de Tinguá (REBIO) em Nova Iguaçu, foi classificada como Reserva da Biosfera pela Unesco em 1992, abriga a maior área de mata atlântica primária do estado de Rio de Janeiro. Fundada em 23 de maio de 1989, possui uma área de 26.000 hectares e sua extensão total está distribuída entre as cidades de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Miguel Pereira. Possui uma flora e fauna muito diversificada, com algumas espécies que se encontram ameaçadas de extinção. Na flora podem se destacar o palmito e várias espécies de bromélias e orquídeas, enquanto na fauna destacam-se a preguiça, a borboleta-corujão, os micos, 296 espécies de aves e o sapo-pulga, o menor anfíbio do mundo já encontrado (PARAISOS, 2004).

A proteção da REBIO, segundo informações do Ibama, é essencial para que seja garantida a conservação dos mananciais responsáveis pelo abastecimento de água de quase 80% da Baixada Fluminense (op. cit.).

O Parque Municipal de Nova Iguaçu possui 10 trilhas que cortam a reserva, tendo como a principal a Pau Pereira, que possui 650 metros de extensão. O Parque possui um mirante que é considerado como uma das principais atrações por ter uma visão panorâmica do parque e a cachoeira Véu da Noiva que tem 82 metros de altura, por onde passa um rio que abastece os 12 poços do parque. Entretanto, a atração mais conhecida é a Serra do Vulcão, uma elevação que ocupa área com um quilômetro de diâmetro dentro do parque, coberta por vegetação característica da mata atlântica, como ipês, oitis e jequitibás. O lugar está localizado, segundo alguns autores, exatamente sobre a cratera de um vulcão extinto há pelo menos 45 milhões de anos (op. Cit.).

O Parque Natural Municipal da Taquara, localiza-se no bairro Taquara, o qual está inserido no 3º distrito de Duque de Caxias. Este bairro possui uma pequena população de aproximadamente 8.500 habitantes com um jeito interiorano que destoa da maioria dos bairros da Baixada Fluminense (LESSA, 2004).

O Parque Natural Municipal da Taquara, foi criado pela Lei nº 1.157, de dezembro de 1992, porém, sua obra só foi iniciada em junho de 2003, estando ainda em andamento. A Prefeitura de Duque de Caxias

¹ Professora da rede pública estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias.

² Mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pela Universidade Plínio Leite – Niterói – RJ.

firmou um convênio com a Petrobrás, para delimitar o parque, implantar a infra-estrutura básica, construir quiosques e uma unidade produtora de mudas de orquídeas e bromélias, recuperar trechos degradados através do replantio de espécies da Mata Atlântica e sinalizar trilhas (PARAÍDOS, 2004).

A atual área do Parque possui 19.415 hectares, aproximadamente de 200.000 m², abrangendo uma parte da APA de Petrópolis.

Apresenta dentro de sua área 54 nascentes que desembocam suas águas no Rio das Dores, que segundo Moraes (1990), é o principal afluente do Canal da Taquara, que desemboca no canal do Imbariê, formando a cachoeira conhecida como Cachoeira das Dores, que possui uma queda d'água chamada Vêu de Noiva.

Na flora da região, os destaques são o bambu gigante, embaúba, eucalipto, ipê roxo e amarelo, além de bromélias. Entre os representantes da fauna, encontram-se: a preguiça, quati, mico-sagüi, macaco-prego, gambá, preá, ratinho do mato, tatu-bola, sabiá laranjeira, harpia, pica-pau e a borboleta atíria (PARAÍDOS, 2004).

Dentro da área do parque, próximo ao local onde estão sendo construídos os pátios, existem algumas residências com moradores antigos da região que, na sua maioria, mantêm-se com o comércio no parque.

A forma de utilização das Unidades de Conservação apresenta uma dimensão preocupante na questão ambiental, que envolve o comércio, a apropriação, o turismo, o comportamento e a cultura dos indivíduos que ali estão, pois os atores sociais envolvidos muitas vezes não possuem uma percepção real do ambiente no qual estão inseridos, necessitando de uma tomada de consciência para aprender a cuidar e proteger o mesmo.

A devastação da mata atlântica na Baixada Fluminense começou pouco depois da descoberta do Brasil. Em 1530, as primeiras árvores começaram a ser derrubadas na região para a implantação de sesmarias que, posteriormente, dariam origem aos engenhos. A partir de 1750, os ciclos da cana-de-açúcar e do café aceleraram a degradação da vegetação nativa. O maior impacto, entretanto, veio quando o Departamento Nacional de Obras e Saneamentos (DNOS), hoje extinto, fez uma série de loteamentos em várias cidades da Baixada Fluminense, na década de 50, destruindo centenas de hectares de Mata Atlântica para a construção de casas (BRITO; GALVÃO & SOARES, 2004).

Conforme os autores acima citados, aos poucos a Baixada vai descobrindo a importância da preservação ambiental e do ecoturismo. São João de Meriti e Nilópolis são exemplos de cidades onde a mata foi devastada e já possuem planos de recuperação ambiental. Em Paracambi, as árvores cultivadas no horto municipal já estão sendo usadas na implantação de um corredor ecológico³.

Preservando o ambiente, o homem constrói uma sociedade ecologicamente equilibrada e justa, mas conforme Rodrigues & Primack (2001), a preocupação com o ambiente deve estar voltada ao cidadão comum em seu cotidiano, porém não é simples encontrar o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a proteção da diversidade biológica.

A Educação Ambiental, no entanto, torna-se um recurso capaz de promover certas mudanças de atitudes nas comunidades, incentivando uma nova postura em relação à preservação ambiental.

BIBLIOGRAFIA

BRITO, Carlos. GALVÃO; Marcos. SOARES, Ronaldo. Baixada no caminho verde. O DIA, Duque de Caxias, 04 de abr. 2004. O Dia na Baixada, p. 11.

LESSA, Helvio. Um clima de interior no ar. O DIA, Duque de Caxias, 15 fev. 2004. O Dia na Baixada, p. 7.

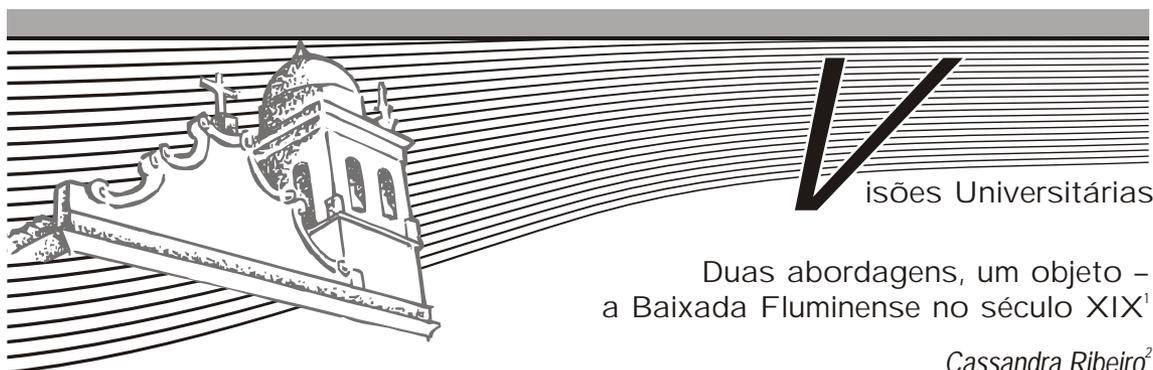
MORAES, Dalva Lazaroni de. O município de Duque de Caxias: sua terra, sua gente, sua economia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990.

PARAÍDOS abertos ao público. O Dia, Duque de Caxias, 04 de abr. 2004. O Dia na Baixada, p. 3.

RIOTERRA, 2005. Área de Proteção Ambiental de Petrópolis. Disponível em: <<http://www.rioterterra.com.br/>>. Acesso em: 04 de jan. 2005.

RODRIGUES, Efraim; PRIMACK, Richard B. Biologia da conservação. Londrina: Vida, 2001.

³ Corredores Ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (BRASIL, 2000).



Duas abordagens, um objeto – a Baixada Fluminense no século XIX¹

*Cassandra Ribeiro²
Ilana Cerqueira Motimór³*

Este artigo vem dissertar sobre a visão de dois autores sobre um mesmo objeto, onde apresentam diferenças e semelhanças em toda a conjuntura analisada do que vem a ser a Baixada Fluminense no século XIX.

Jorge Luiz Rocha em seu artigo “De quando dar os anéis – a Estrutura fundiária e suas transformações”, e Marlúcia Santos de Souza no artigo “Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense”, discutem quais foram os fatores que propiciaram a valorização da terra na Baixada Fluminense na segunda metade do século XIX. Ambos adotaram diferentes abordagens para a análise do objeto.

Para melhor compreensão e necessário que se faça um breve resumo de cada obra, para assim podermos estabelecer seus pontos convergentes e divergentes e mais adiante termos um entendimento real do espaço dominado, a Baixada Fluminense.

Jorge Luiz Rocha em seu texto analisa o impacto da crise escravista na estrutura fundiária do município de nova Iguaçu no período de 1850 a 1920, contudo não a considera o único fator que levou a decadência desta localidade, apresenta toda uma conjuntura mundial influenciando na mudança de paradigma.

Ade se considerar que, a desarticulação do mercado escravo, mediante aos políticos abolicionistas procurou um redirecionamento de valores, o status que outrora era dado ao senhor que possuísse a maior quantidade de escravos se direcionava ao senhor que mais possuísse terras, o entesouramento fundiário, se adapta a nova realidade, no entanto era necessário que aprendessem a adquirir renda com a terra, afinal, não podiam viver só de status.

A valorização de terras gerou um procura incessante por sua concentração, onde o autor apresenta um monopólio absurdo quando cita as freguesias iguaçuanas, sendo 59% da área total, divididas em somente nove terrenos ou nove donos. A concentração acabou legitimando aos proprietários um poder local, privilegiando a constituição de hierarquias locais ou regionais.

Em 1850 vimos o surgimento da “Lei de Terras” para “organizar” a ocupação de territórios entre os pequenos e grandes proprietários que esta sendo feita aleatoriamente, porém observamos mais uma vez os “donos do poder” se beneficiando por serem reconhecidos politicamente.

Gradativamente a terra foi sendo valorizada e em 1890 as relações comerciais, realizadas com a terra, cresceu assustadoramente. O Rio de Janeiro experimentava um processo de industrialização conseqüente de uma ruptura com a economia centrada na agro-exportação. Era um tempo de transição para

¹ Artigo apresentado no curso de História Local e Regional II, da Feuduc, 2006.

² Graduada em História – FEUDUC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias).

³ Graduada em História – FEUDUC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias).

relações “capitalistas de produção”, os proprietários de terra precisavam se adaptar a este redirecionamento e os empreendimentos imobiliários foram a forma encontrada para investimento de capital. O desenvolvimento da citricultura em Iguaçu e a ampliação da capital federal (na época Rio de Janeiro), ampliaram também as ofertas de terra com preços acessíveis.

As rendas eram feitas com terrenos cada vez menores, os grandes proprietários locais ainda resistiam às pressões advindas da nova conjuntura econômica, porém os rendimentos com comercialização de terras eram maiores do que com a agricultura, que estava em declínio. O empobrecimento da região foi o que faltava para os grandes proprietários fragmentarem suas terras e se lançarem completamente no mercado imobiliário, dando origem aos novos latifundiários, desapareciam os barões e comendadores do império, dando lugar aos coronéis da República Velha.

Já Marlúcia Santos de Souza inicia seu texto apresentando as diferentes explicações relacionadas a conjuntura da Baixada Fluminense no século XIX, que estavam voltadas para a decadência, impacto das políticas abolicionistas, esgotamento do solo - levando a uma má qualidade do café e conseqüentemente dando lugar a intervenção paulista neste mercado com técnicas mais elaboradas - e outras que analisam a concentração fundiária, enfim diferentes vertentes analisadas.

Contudo, segundo a autora, estas análises são ineficientes para analisar amplamente as condições da Baixada durante segunda metade do século XIX a década de 30 do século XX, caracterizando este primeiro período como uma situação marcada por um desmonte absoluto de estrutura agrária, sendo assim as análises deveriam se voltar para as políticas agrárias e de saneamento, e é partindo deste princípio que promove a análise.

Através de fontes iconográficas a autora conseguiu comprovar a degradação ambiental deplorável em torno da Baía de Guanabara, alagamentos, má conservação dos rios, desmatamento, mais é claro que não atingiu toda a Baixada, a produção iguaçuana ainda comercializava muitos produtos, não era uma comercialização avassaladora, mais ainda saiu a frente de algumas localidades.

Mediante a estes dados analisa a decadência da Baixada Fluminense, considerando o ambiental e o econômico, não acreditando que poderia ter concentração fundiária em uma área totalmente degradada e decadente. Segundo a autora, a revalorização fundiária e investimentos na terra só aconteceram com a inserção de política de saneamento e recuperação agrícola.

Com a crise do café, a escassez de mão-de-obra era argumento utilizado para justificar os investimentos públicos que ocorreram após a abolição.

Foram analisadas inúmeras políticas agrárias e de saneamento para revitalizar as áreas assoladas, porém estas políticas públicas se uniram a grupos privados que passaram a ter uma vasto poder, se beneficiando, de certa forma, de seu papel.

Mais uma vez, através deste texto, podemos observar no nosso país um aproveitamento do bem público, as vantagens oferecidas pelo estado eram atraentes, sendo assim a autora cita a configuração de um “estabelecimento de interesses de capitais privados nacionais e até internacionais, combinados com os interesses dos que possuem o predomínio do domínio do aparelho burocrático do estado”. Para a autora, foram estes investimentos que revitalizaram a terra. Era a valorização para comercialização.

Após entendermos um pouco melhor a linha de cada autor, podemos traçar suas similaridades e discordâncias. Temos em vista que o período analisado é o mesmo, sendo que o foco é bem diferente. O autor Jorge Luiz Rocha, analisa a Baixada Fluminense mediante a decadência advinda da desarticulação escravista. Contudo não a considera a força motriz. Analisa a conjuntura nacional e um redirecionamento a valorização da terra e sua concentração nas mãos de poucos. Já Marlúcia Santos considera as análises deste período fixadas na decadência ineficiente para explicar a Baixada Fluminense nesta época e se volta para políticas agrárias e de saneamento básico, considerando-a única medida capaz de analisar a Baixada Fluminense amplamente, sendo assim segue uma vertente da decadência tendo em vista o ambiente econômico. Num ponto podemos considerar uma similaridade nos dois autores, pois priorizam a decadência do sistema escravista, para explicar o problema da Baixada Fluminense, contudo a conjuntura analisada é

outra. Enquanto Jorge Luis aborda questões nacionais amplas interferindo na Baixada Fluminense, Marlúcia Santos trata da degradação ambiental responsabilizando-a, também, pela crise.

Para Marlúcia Santos a revalorização fundiária e investimentos na terra só aconteceram após a inserção das políticas de saneamento e recuperação agrícola feitas após a abolição, enquanto que para Jorge Luis houve uma concentração fundiária após a crise escravista e uma fragmentação e extrema valorização destas terras. Posteriormente, por conta de uma busca de proprietário pelo seu lugar onde poderiam fazer sua reprodução, cultivar independente e ter grupos que, motivados pelo crescimento da capital, procuravam morar ou investir em regiões periféricas, ou seja, analisam a valorização se dando por motivos bem distinto.

De uma maneira geral a Baixada Fluminense é a pedra fundamental e objeto de estudo de ambos os autores, que demonstram respeito e fidelidade a história local, valorizando um espaço que é tão esquecido pelas autoridades e acabam nos motivando a investigar ainda mais uma área tão rica em informações que podem nos auxiliar a entender fatos presentes e fazendo reconhecida a nossa Baixada Fluminense.

Bibliografia

ROCHA, J. De quando dar os anéis – a Estrutura fundiária e suas transformações. *in* Cadernos de textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense. Hidra de Iguaçu. Duque de Caxias. Associação de Professores – Pesquisadores de História, 2000. P.19-23

SANTOS DE SOUZA, M. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. In: Pilares da História. Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Instituto Histórico de Duque de Caxias. Câmara Municipal. Associação de Amigos do Instituto Histórico. Ano 4, nº 6. abril de 2006. p. 17-25.

Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho – Aspectos da História Social.¹

Elias da Silva Maia²

Conheço o Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho pessoalmente desde Janeiro de 1999 e venho fazendo visitas periódicas e tirando fotografias. Através dessas visitas e da observação das relações entre os garimpeiros (catadores de lixo), pude constatar algumas evidências como a relação de superioridade que têm os que possuem a autorização para entrar na “lixreira”, e é esse o grande diferencial daqueles homens e mulheres. Procurei analisar o cotidiano dos habitantes daquela comunidade, sua consciência do serviço que prestam, conhecendo também suas dificuldades e a dinâmica de seu trabalho, querendo entender como é a maneira de viver desses indivíduos e quais os veículos que dessa maneira se apropriam para se manifestar. É fácil notar a dependência econômica das famílias que vivem próximo a “lixreira”, indo a favor de uma corrente que acredita que “as classes baixas desenvolvem mecanismos adaptativos que lhes permitem lidar com as relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo manter sua identidade”³.

A perspectiva que farei da História Social vai a contraponto do modelo rankiano (modelo tradicional), que é factualista e personalista, e a favor das concepções desenvolvidas com influência da escola dos *Annales*, com suas múltiplas significações de expressão e sua ambigüidade, forçando assim, o alargamento dos objetos e aperfeiçoamento dos métodos. A complexidade das questões ligadas ao aterro levou-me a três tipos de abordagens: a culturalista, ligada aos costumes e tradições; a social do trabalho, associada a ação política; e a econômica social, que prioriza os fenômenos coletivos sobre os individuais.⁴ Isso baseará a análise nos modos de constituição dos atores históricos coletivos, como classes, grupos e categorias sócio-profissionais e as relações entre eles estabelecidas e estruturadas socialmente.

Em relação ao Direito, observo que estamos em momento de alargamento das leis e direitos, mas isso não quer dizer que essas conquistas se transformem em direito de fato. No aterro vemos transgressões de leis e direitos em diferentes campos, seja no direito ambiental, do trabalho, do idoso e da criança. E é com base nesses campos que travarei o diálogo entre o que diz as leis e o que observei na região do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho. Na minha opinião a ausência de alguns direitos humanos fundamentais ocorre no momento que se alarga a esfera das relações comerciais e interpessoais para aqueles indivíduos, agravado pela falta de direito público e privado. Isso reflete o contra-senso entre o desenvolvimento da teoria do direito e o desenvolvimento de sua prática, que só pode ser resolvido pelas forças políticas, com a ajuda dos sociólogos do direito e dos juristas que devem documentar a defasagem e explicar suas razões.⁵

Situado no Município de Duque de Caxias, em uma área onde há vinte anos atrás era um grande manguezal à beira da Baía de Guanabara o Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho, ocupa uma parte da região pertencente a antiga Fazenda São Bento, que com sua desativação foi repassada ao INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). No final de 1973 houve a assinatura de um contrato entre o INCRA e FUNDREM (Fundação para o desenvolvimento da Região Metropolitana) e a COMLURB.(Companhia de Limpeza Urbana do RJ.). Na ocasião esta última ganhou um lote, transformando-o em depósito de lixo.⁶ Houve um desrespeito da Lei Federal nº. 4771 de 15 de setembro de 1965, onde o código florestal brasileiro

¹ Este texto deu base para a Comunicação Livre apresentada no III Congresso de Professores e Pesquisadores da História da Baixada, dias 18, 17, 18 de Setembro de 2005.

² Bacharel e Licenciado em História (UFF); Pós-graduando em História do Brasil (UFF); Professor da rede particular de ensino (esmaia@ig.com.br).

³ OLIVEN, Ruben George, “Por Uma Antropologia em Cidades Brasileiras” In: Velho, Gilberto (org.) O Desafio Da Cidade, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980. P..36

⁴ Para uma explicação dos três tipos de abordagens e suas posições na historiografia, ver CASTRO, Hebe “História Social” in CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.), Domínios da História. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

⁵ BOBBIO, Norberto, “A Era dos Direitos”, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1992.

⁶ Aos interessados na história da região, MARQUES, Alexandre dos Santos, Jardim Gramacho: O Lixo na (Des) Construção de uma Comunidade. Monografia de pós-graduação apresentada ao CEPEA da FEUDUC Duque de Caxias, 2000. (IHDC, cod. 028, entrada 06/05/02)

em um dos seus artigos declara que os manguezais são áreas de preservação permanente. Na Constituição Federal de 1988 o artigo 255 parágrafo 4º considera patrimônio nacional a Mata Atlântica e a Zona Costeira, e a Constituição Estadual no artigo 265 declara que a Baía de Guanabara e seus manguezais são áreas de preservação permanente.

Em 1996 a Queiroz Galvão (Empresa de Terraplanagem) ganhou a concessão do aterro, em seguida fez um trabalho de cadastramento dos garimpeiros, excluindo os menores de 18 e maiores de 60 anos, ficando a entrada restrita aos cadastrados, sendo que os garimpeiros não têm benefícios e nem garantias, trabalham em condições precárias, sem qualquer alternativa de inserção social. O aterro metropolitano recebe o lixo de toda região metropolitana do Rio de Janeiro, e é dividido em quatro áreas: lixo hospitalar onde ninguém tem acesso, lixo industrial onde alguns catadores têm esse privilégio, o lixo domiciliar onde todos os que possuem autorização podem garimpar nele e o entulho que não tem valor comercial.

Os produtos e materiais que são enviados para a "lixreira" podem ser reaproveitados e transformados pela indústria de reciclagem, possibilitando renda para a população e economia de recursos naturais (água, energia, matéria-prima). Os rejeitos depositados no aterro são uma ameaça ao meio ambiente, à saúde e a qualidade de vida. A Constituição responsabiliza a União, os estados e municípios pela proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas (art. 23, inciso VI). O artigo 225 determina que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

É possível observar as modificações que o local sofreu, onde algumas empresas se instalaram no local, e estão diretamente ligadas à garimpagem do lixo e atuando na área de reciclagem. Essas empresas exploram o trabalho dos garimpeiros, que por sua vez não são muito simpáticos à cooperativa, afinal ganham mais trabalhando por conta própria. Em nossa sociedade vivemos em uma imensa contradição em relação ao valor que damos ao lixo. Quando jogamos alguma coisa no lixo, é porque julgamos desnecessário ao nosso uso, contudo, considerar o lixo como algo utilitário seria difícil, já que atribuições feitas para este elemento nos fazem pensar inversamente.

Ednelson⁷ que trabalha no local desde 1978, enfatiza que o lixo dos outros lhe proporciona o sustento da sua vida. Entendo que o valor que os trabalhadores da lixeira dão para o lixo é influenciado pelo seu envolvimento com ele, que é atribuído conforme sua realidade e essa "realidade é apresentada, quer dizer, re-apropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca."⁸

As relações capitalistas estão sendo implantadas de uma forma injusta, onde as empresas pagam um preço muito baixo pelo material coletado pelos trabalhadores, sem nenhum vínculo com eles e nenhum compromisso social. Aqueles homens e mulheres estão produzindo riquezas, entendendo aqui "produção em um grau determinado do desenvolvimento social", onde os catadores e todos os outros indivíduos que vivem da lixeira compõem o próprio instrumento de produção, pois, "não há produção possível sem um instrumento de produção: seja este instrumento apenas a mão."⁹ Não interpreto essa produção apenas pela sua lógica de eficiência material, já que os objetos garimpados possuem suas características e seus valores predeterminado, mas procurei "dar uma explicação cultural da produção" pois sei que "é crucial que se note que o significado social de um objeto, o que o faz útil a uma certa categoria de pessoas, é menos visível por suas propriedades físicas que pelo valor que pode ter na troca."¹⁰ Provando que a produção desses garimpeiros e seus manifestos funcionais estão enquadrados em uma estrutura cultural definida que envolve a racionalidade do mercado vigente e da sociedade burguesa.

⁷ Esse nome e os outros dois que seguiram abaixo são fictícios, para não expor as pessoas citadas como exemplo.

⁸ ABRIC, Jean-Claude "A Abordagem Estrutural das Representações Sociais" In MOREIRA, Antônio Silva P. e OLIVEIRA, Denise Cristiane de. (orgs) "Estudos Interdisciplinares de Representação Social", Goiânia, AB Editora, 1998.

⁹ MARX, Karl "Para a Crítica da Economia Política" In MARX. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 105.

¹⁰ SAHLINS, Marshall, "Cultura e Razão Prática", Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, p.169.

Pude observar como os habitantes de uma pequena comunidade que se formou ao lado do depósito de lixo se relacionam entre si, e como se compõe essa relação através da estratificação e divisão que se constituiu com base em sua principal fonte de renda (eu diria a única) que é a garimpagem do lixo. Notamos, a ausência de inserção social não só dos indivíduos que trabalham no aterro, mas também dos excluídos do processo de garimpagem. Percebi que os “velhos excluídos” que nunca mais vão poder trabalhar na “lixreira” (diferente dos menores de 18 anos), participam de um sentimento de inutilidade naquela comunidade, pois é da coleta que todas as famílias sobrevivem. Este é o caso de Dna. Maria que tem 69 anos. Mas isso não a impede de exercer uma função naquele meio, Dna. Maria toma conta de duas crianças enquanto seus pais vão à coleta do lixo.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), entrou em vigor em janeiro do ano passado, veio substituir de maneira mais abrangente a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842.194), ampliando os benefícios e garantias à terceira idade e prevendo punições severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos idosos. O Estatuto não ajudou Dona Maria que nem se quer tem documentação e sofre sem assistência, sem atendimento à saúde e à habitação.

Outro grupo de “excluídos” são os menores de 18 anos. Citarei o exemplo de Júnior que tem 13 anos e está matriculado na 4ª série primária de uma escola pública, mas não vai à aula, pois “tem que ganhar dinheiro”. Assim, trabalha levando o lixo coletado pelos garimpeiros aos locais de venda, e é esse dinheiro que ajuda nos custos de sua família. Júnior está ansioso para completar 18 anos e ganhar uma licença para entrar no aterro, esse é o sonho que compartilha com boa parte dos adolescentes daquela comunidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) está de acordo com o artigo 227 da Constituição e da Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente criados pela ONU. No Estatuto fica garantido a proteção aos menores de 18 anos e determina seus direitos e deveres, dividindo a responsabilidade entre a família, o Estado e a sociedade. Em um dos pontos do Estatuto, atribui o direito a cultura, ao esporte e ao lazer como fundamental ao desenvolvimento sócio-educacional de crianças e adolescentes, em outro ponto proíbe qualquer trabalho à menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz aos maiores de 14 anos. Os adolescentes se sentem marginalizados, falam com ar de inferioridade, pois mesmo o lixo tendo um valor econômico importante, sabem que trabalham com objetos indesejáveis para outras pessoas, mas por falta de opção os mais jovens sequeem os mais velhos, criando um sentimento de familiaridade em relação ao lixo, afinal há uma necessidade das famílias se sustentarem.

Quero deixar claro que a redução da escala de abordagem não tem o objetivo de transformar este artigo em uma análise micro da história, pois não é por trabalhar com exemplos diminutos do social que perderei a busca pela generalização. A reconstituição dessas vivências históricas individuais permitiu a observação das condicionantes impostas ao comportamento humano dentro da estrutura geral dessa comunidade. “A história social mantém, entretanto, seu nexos base de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivas e sociais na explicação histórica”¹¹. A grande questão não é apenas relatar o encontro ou as atitudes de um indivíduo que tem o direito de garimpar no depósito e outro que não possui esse direito e presta trabalhos secundários na redondeza, mas, observar em que grau isso se expressa em suas mentes e relações.

Se faz necessário uma pesquisa da atual situação ambiental da região, buscando medidas preventivas baseadas nos dados concretos de sua degradação, que deve ser analisada por técnicos especializados nesse assunto. Os conflitos ambientais não fogem da ótica econômica, pois ocorrem simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica e na interatividade do espaço e das práticas sociais.¹² A ciência ambiental deve ser encarada como o estudo relativo à preservação da vida global,

¹¹ CASTRO, Hebe, 53p

¹² ACSERLALD, Henri, “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”. In: ACSERLALD, H. (org.) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004

e não como mecanismo a serviço do indivíduo, pois o direito ambiental é de suma importância para a garantia da qualidade de vida de nossa sociedade e da preservação das demais formas de vida.

Esses apontamentos carecem de mais dados que devem ser coletados através de entrevistas e observação participativa, com análises feitas em bibliografia sobre esta e outras lixeiras, me familiarizando com os métodos e com os resultados desses estudos, pois assim teria mais contato com outras ações e opiniões. Creio no caráter científico dos estudos relacionados ao homem, seja ele feito em quaisquer áreas de conhecimento das ditas Ciências-humanas, e as vejo como ciência em construção, por isso procurarei desenvolver esta proposta com base nos métodos e técnicas já conhecidos em outras pesquisas.

Porto da Chacrinha¹

Leonardo Simião da Silva²

Ângela Salvadora Nogueira³

Antonia Cristina Gonçalves Peniche de Almeida⁴

A Baixada da Guanabara (hoje conhecida como Baixada Fluminense) possui vários rios importantes e devido a essa característica, recebeu o seu topônimo vindo do latim *flumen* – rio. Entre os vários rios da região, podemos destacar o rio Sarapuí⁵, com seus 450 Km²⁶ de extensão e seus afluentes. O rio Sarapuí nasce no maciço de Gericinó-Mendanha, passa por áreas densamente povoadas dos municípios de Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias, tendo o Canal da Chacrinha como um de seus afluentes que deu origem ao Porto da Chacrinha. É importante destacar que a Baixada da Guanabara, desde o século XVI, esteve integrada à cidade do Rio de Janeiro, através da Baía de Guanabara.

Jaime Benchimol, em seu livro “Pereira Passos: Um Haussmann Tropical”, cita a existência do Porto da Chacrinha, já em meados do século XIX, devido a sua importância na distribuição de mercadorias, compondo uma rede ampla de 14 portos fluviais e marítimos. Porém, a partir do século XIX, os rios passaram a sofrer de uma forma mais acentuada com o processo de assoreamento ao longo dos anos, em decorrência do desmatamento da região e com o advento da expansão da rede ferroviária, em fins deste mesmo século. Assim, os rios perderam, paulatinamente, sua importância em relação ao escoamento de mercadorias e ao transporte de passageiros, tendo a malha ferroviária assumindo essa função, de forma mais econômica e segura, aumentando assim a lucratividade dessas atividades. Com o advento das estradas de ferro, a ocupação da região vai sofrer uma transformação. Se antes essa ocupação se dava próxima aos rios, a partir de meados do século XIX, vai passar a ser realizada próxima das estações ferroviárias, dando origem a núcleos urbanos que formarão bairros e muitas das nossas cidades atuais.

Conforme entrevista do Sr. Joel Soares de Andrade (64 anos), Presidente da Associação de Pescadores do Porto da Chacrinha, desde os seus 14 anos já freqüentava o Porto acompanhado de seu pai. Ali aprendeu a nadar e tomar gosto pela pesca, além de afirmar que já havia uma colônia de pescadores naquela localidade. Sr. Joel afirma na entrevista, que a Associação que preside foi fundada há 35 anos e possui um número de associados que pode chegar aproximadamente a 200 pescadores, mas apenas cerca de uns 20 pescadores ficam mais tempo por ali, pois o restante fica espalhado pelo rio Sarapuí ou em outros lugares da Baía de Guanabara. O Porto encontra-se na saída de um afluente do rio Sarapuí (Canal da Chacrinha), onde alguns anos atrás os pescadores retornavam da Baía de Guanabara com os seguintes peixes: tainha, bagre, corvina, piraúna e arraia, além de, algumas vezes, aparecerem também os botos que subiam na maré alta e ficavam presos no manguezal, cabendo aos pescadores a tarefa de soltá-los.

Outro pescador que lembra com muita satisfação desse período de fartura no pescado é o Sr. Arthur Mendes, que veio com 45 dias de vida, com sua mãe para casa do seu avô materno no Porto da Chacrinha, tendo hoje 53 anos. O pescador recorda na entrevista: “Pelo que sei no passado, isso tem uns trinta anos, tinha muito pescador e havia também abundância de peixe”.

¹ Artigo apresentado no curso de História Local e Regional I, da Feuduc, 2006. Localização do Porto da Chacrinha: Rodovia Washington Luiz (BR-040/Rio - Petrópolis), na altura do bairro Jardim Gramacho, atrás do motel Nobre.

² Graduado em História – FEUDUC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias).

³ Graduada em História – FEUDUC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias).

⁴ Graduada em História – FEUDUC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias).

⁵ Etimologia: Rio Sarapuí - Sarapu – sarapó (a enguia, peixe-faca), “o rio das enguias ou do peixe-faca” in LAZARONI, 1978. p. 302.

⁶ De acordo com TORRES, 2004. P. 13.

Atualmente, existe uma escassez de pescado na Baía da Guanabara, desde o século XX, devido a Baía sofrer com a poluição, tornando-se atualmente extremamente poluída, em decorrência do Parque Industrial muito próximo das suas margens, sem contar com os constantes vazamentos de óleo produzidos pela REDUC e por empresas de transporte marítimo que transportam esse tipo de material pela Baía. Todavia, com toda poluição da Baía, ainda é possível encontrar peixes na mesma, tais como tainha e o bagre que são resistentes à poluição.

Um dos piores desastres ambientais, em consequência do vazamento de óleo na Baía de Guanabara, ocorreu na madrugada do dia 18 de janeiro de 2000. De acordo com a própria Petrobras, foram despejados 500 mil litros de óleo na Baía de Guanabara em decorrência de uma falha num duto submarino da Refinaria de Duque de Caxias. Até hoje se pode encontrar uma grande quantidade de óleo nas margens do Canal da Chacrinha e no fundo da Baía de Guanabara. Os pescadores relatam que na época do desastre ambiental, a Petrobras pagou uma indenização de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 a alguns deles, como forma de um "cala-boca" segundo os mesmos, e posteriormente, não receberam mais nenhuma indenização.

Na colônia de pescadores havia uma Igreja Católica dedicada a São Pedro onde se realizavam Batizados e cerimônias de casamentos da comunidade pesqueira. Os pescadores do Porto da Chacrinha são devotos de São Pedro e recebem a visita do padre José Honório, pároco da Comunidade da Imaculada Nossa Senhora da Conceição, no dia de São Pedro (29/06), onde é celebrada uma missa em homenagem ao Santo numa grande festa em um oratório, chamado de capela pelos pescadores, improvisado a céu aberto. Após a missa ocorre um churrasco, promovido pela Associação, para todos os pescadores e visitantes. As visitas de padre Honório não ocorrem somente no período dos festejos de São Pedro; segundo entrevista com o mesmo, ele mantém contato com os pescadores desde 2005, que o procuraram para pedir acompanhamento religioso e bênção nos barcos, principalmente nos momentos de escassez de peixes. Além disso, padre Honório é uma pessoa muito preocupada com os pescadores e com toda a comunidade no entorno da sua Igreja, exemplo disso, é o seu estudo de mestrado sobre o impacto ambiental do "Lixão" (Aterro Sanitário) ao bairro do Jardim Gramacho.

DESAPROPRIAÇÃO

Com o crescimento urbano da cidade de Duque de Caxias e com as demandas advindas daí, e com a construção da Rodovia Washington Luiz em meados do século XX, houve a desapropriação das casas na colônia dos pescadores do Porto da Chacrinha, onde foi erguido o motel Nobre. Segundo os pescadores entrevistados, todas as suas moradias foram abaixo, inclusive a Igreja de São Pedro que existia no local. Logo depois, uma outra parte do Porto foi aterrada para a instalação de indústrias que, segundo eles, por pouco não acabaram com o Porto. Mas, mesmo com todos esses problemas ocorridos ao longo da sua história, o Porto da Chacrinha continua com a sua atividade pesqueira, encontrando-se barcos e boxes de pescadores, onde cada um possui seu cercado para a prática da pesca.

Sr. Joel é uma pessoa preocupada com o desenvolvimento do Porto da Chacrinha e já contribuiu com inúmeras melhorias. Através do seu empenho, conseguiu a instalação de energia elétrica, construiu alojamentos chamados de "colocações" pelos pescadores, que servem para descanso após a pesca. Ele também, inúmeras vezes, através de um clamor dos pescadores do Porto da Chacrinha, solicitou o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos (SERLA), para que seja dragado o canal e, à da Prefeitura de Duque de Caxias, a limpeza da rua Alberto Siqueira, Nº 973 que dá acesso ao Porto, pois a mesma encontra-se com muito mato e entulho.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Tania M. S. Amaro. Rio de Janeiro: Desenvolvimento e Retrocesso. in Revista Pilares da História, Ano III - nº 4, maio de 2004. p. 54-71.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: Um Haussmam dos Trópicos. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1990.

TORRES, Gênisis (Org). Baixada Fluminense: A Construção de uma história (Sociedade/ Economia Política). Ed. IPAH. Rio de Janeiro, 2004.

MORAES, Dalva Lazaroni. Esboço histórico – Geográfico do Município de Duque de Caxias. Arsgráfica, Rio de Janeiro, 1978.

AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara e ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza. E. S. Amador. Rio de Janeiro, 1997.

MATTOS, Theóphilo Antonio da Rocha (Org). História de uma Nova Igreja – Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Renascer. Rio de Janeiro, 2006.

FONTES DE PESQUISA

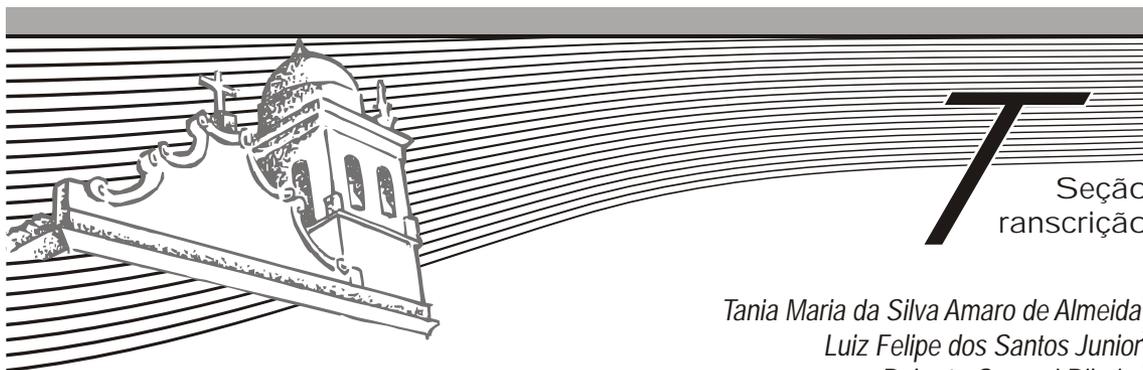
- Arquivo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

- Fotografia do Porto da Chacrinha - Leonardo Simião.

- Entrevistas: Com o Senhor Joel Soares de Andrade (Presidente da Associação de Pescadores do Porto da Chacrinha).

- Arthur Mendes (Membro da Associação de Pescadores do Porto da Chacrinha e ex-colono da Colônia dos Pescadores do Porto da Chacrinha).

- Padre José Honório (Pároco da Comunidade Imaculada Nossa Senhora da Conceição).



Tania Maria da Silva Amaro de Almeida¹
 Luiz Felipe dos Santos Junior²
 Roberto Gaspari Ribeiro³

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e demais instituições que abrigam documentação, visando a preservação das informações das fontes, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

*"A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania."*⁴

Transcrevemos, nesta edição, três documentos integrantes do arquivo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, referentes ao Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias e ao Fundo Municipal de Cultura: Deliberação nº 1948, de 2 de janeiro de 1974; Lei nº 666, de 25 de abril de 1985; e, Lei nº 1914, de 28 de novembro de 2005.

Nesses documentos estão mantidas a grafia e a redação dos originais.



¹ Licenciada e bacharel em História pela UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Sócia Titular da ABRACOR. Sócia fundadora da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Professora da FEUDUC, da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico / CMDC e supervisora das atividades de preservação desse órgão.

² Graduado em História pela Feuduc. Membro da equipe do Instituto Histórico.

³ Cantor, compositor, violonista, poeta; autor, ator e diretor teatral; ativista cultural.

⁴ Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.

DELIBERAÇÃO Nº 1948, DE 2 DE JANEIRO DE 1974.

A Câmara Municipal de Duque de Caxias, decreta e eu sanciono a seguinte Deliberação:

CAPÍTULO I – Do Conselho Municipal de Cultura e de sua Natureza.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias, com a finalidade de contribuir para a elevação e a difusão do seu patrimônio específico e da mobilização constante de sua potencialidade.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Cultura, é órgão normativo e instrutivo.

CAPÍTULO II – Das Atribuições Gerais e Especiais.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias exercerá suas atribuições:

- a) – promovendo ou prestigiando pesquisas visando ao levantamento do patrimônio cultural do Município, em seu mais largo sentido, abrangendo, não somente os fatos e realizações do passado, como a identificação de suas potencialidades do presente;
- b) - estimulando o culto dos grandes vultos do passado e das efemérides que enriquecem a História do Município;
- c) – promovendo ou prestigiando a mobilização dos Duquecaxienses residentes ou não neste Município e de quaisquer valores humanos locais ou não, integrados em sua sociedade, para que colaborem com programas incertos no contexto da política de desenvolvimento cultural do Município;
- d) - incentivando a criação, quando oportuno, ou o amparo e estímulo de instituições culturais, tais como, bibliotecas, museus (inclusive de imagem de som), teatros, grêmios culturais, ban-bandas de música, academias, cenáculos, discotecas, filмотecas e galerias de arte, bem como, a realização de empreendimentos, tais como, conferências, congressos, exposições, seminários, cursos especiais, concursos, jogos florais;
- e) - atribuindo especialistas, pesquisadores, estudiosos a incumbência de promover estudos relativos a: folclore, arqueologia, genealogia, / história, letras e artes, inclusive no concernente a documentos existentes em cartórios, igrejas, instituições e em poder de famílias diversas, visando ao seu cadastramento, preservação, estudo e divulgação.

Art.4º - São atribuições do Conselho Municipal de Cultura, especificamente:

- a) - opinar sobre o reconhecimento e a declaração de utilidade pública de instituições do Município, segundo padrões a serem exigidos em tais casos;
- b) - prestar informações sobre a situação e o funcionamento de instituições de caráter cultural, com vistas à concessão de subvenções e auxílios dos poderes públicos, federal, estadual e municipal e a assinatura de convênios de fins culturais;
- c) - emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhe sejam submetidas pelo Prefeito Municipal ou pela Câmara de Vereadores;
- d) - encaminhar ao Prefeito Municipal resoluções, indicações, sugestões e propostas referentes a assuntos culturais, especialmente, no primeiro ano de funcionamento, o Plano de Diretrizes da Política Municipal de Cultura;
- e) - encaminhar, até o mês de julho de cada ano, o Projeto do Plano Municipal de Cultura relativo ao ano seguinte, para que seja o mesmo considerado pelos poderes competentes e assegurados os meios necessários à sua execução;
- f) - elaborar e encaminhar à necessária aprovação do Prefeito Municipal o Regimento Interno do Conselho, documento este será encaminhado pelo chefe do Poder Executivo à consideração do Conselho Estadual de Cultura, para os fins do Art. 2º, alíneas "p", da Lei Estadual nº 2.942, de 19 de outubro de 1967.

§Único – O Plano Municipal de Cultura será elaborado em consonância com as diretrizes do Conselho Estadual de Cultura, visando ao perfeito atendimento do propósito consagrado na alínea "b" do Art. 2º, do Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, para os fins previstos no Art. 2º alínea "b" da Lei nº 5.942, de 19/10/1967

CAPÍTULO III – Da Composição, Estrutura e Funcionamento.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Cultura será constituído de 15 membros pelo Prefeito Municipal, recaindo a escolha em pessoas de reconhecida idoneidade e notória cultura, nascidas no Município ou nele residentes.

Art. 6º - Na escolha dos integrantes do Conselho o Prefeito levará em conta a necessidade de nele serem representadas a prosa, a poesia, a música, as artes plásticas, a história e as ciências humanas, a través dos seus cultores.

Art. 7º - Os Conselheiros cumprirão seu mandato, sem ônus para a municipalidade.

Art. 8º - Será de 30 (trinta) dias o prazo máximo para a posse dos Conselheiros.

§ Único – Empossado o Conselheiro, o seu "curriculum vitae" será enviado ao Conselho Estadual de Cultura pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 9º - Em caso de vacância, a nomeação do substituto será para complementação do mandato do substituto.

Art. 10º - O Conselho terá:

- a)- um Presidente e (dois Vice-Presidentes) eleitos pelos seus pares;
- b)- um Secretário Geral, demissível "Ad Nutum", a ser designado em comissão, pelo Prefeito Municipal;
- c)- uma Secretária Executiva.

§ Único – Uma vez constituído o Conselho, a designação do secretário Geral será precedida de proposta do Presidente do Conselho.

Art. 11º - A Secretária Executiva, chefiada pelo Secretário Geral, auxiliado por servidores postos à disposição pelo Prefeito, caberá além das atribuições a serem fixadas em Regimento, cumprir as seguintes atribuições:

- a)- Encarregar-se do expediente do Conselho;
- b)- Manter atualizado o cadastro das instituições culturais públicas e privadas do município, no concernente à sua situação, atividades e projetos, bem como dos escritores, artistas, professores e intelectuais em geral, nascidos no Município ou que no Município exerçam atividades culturais relevantes;
- c)- Colecionar e guardar documentos de valor cultural, inclusive livros de coleções de autores nascidos no Município.

Art. 12º - O Conselho será, sempre que possível, constituído de Comissões Permanentes para estudar e Deliberação sobre os seguintes assuntos:

- a)- Patrimônio Cultural,
- b)- Promoções Culturais,
- c)- Legislação e Normas.

§ Único – Será lícito ao Conselho Municipal de Cultura designar comissões especiais, desde que sob a presidência de um dos seus membros e sem ônus para a municipalidade, para, sob a forma de grupos de trabalho, mobilizar a colaboração de estranhos para o trato de assuntos culturais de interesse do Município.

Art. 13º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação do Presidente.

Art. 14º - O Conselho poderá ser convocado extraordinariamente, quando o exigir decisão sobre a matéria considerada urgente ou de relevância especial, na forma do Regimento, seja por iniciativa do Prefeito Municipal, seja do seu Presidente ou a requerimento escrito da maioria dos seus membros.

CAPÍTULO IV – Disposições Transitórias.

Art. 15º - Enquanto não for definitivamente aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, na conformidade do preceituado na alínea "f" do Art. 4º desta Deliberação, terá o respectivo projeto vigência provisória desde que não contrarior as disposições atinentes desta Resolução.

Art. 16º - Ao ser constituído o Conselho, 1/5 dos seus membros terão mandato de (dois) anos, 1/5 de 4 (quatro) anos e 1/3 de 6 (seis) anos, permitindo a recondução, uma só vez.

Art. 17º - Tão logo designado o Secretário Geral do Conselho diligenciará para que sejam convidados a tomar posse os membros iniciais do Conselho Municipal de Cultura, adotando, imediatamente, as providencias necessárias ao pronto inicio das atividades do novo órgão.

Art. 18º - A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, em 2 de dezembro de 1974.

LEI Nº 666, DE 25 DE ABRIL DE 1985.

EMENTA: Altera a Deliberação nº 1.948, de 02 de dezembro de 1974 e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – Do Conselho Municipal de Cultura e de sua Natureza

Art. 1º - Fica alterada a Deliberação nº 1.498, de 02 de dezembro de 1974, a fim de adequá-la ao dispõe o Decreto-Lei Estadual nº 58, de 04 de abril de 1975, com a finalidade de contribuir para a elevação, conservação e divulgação do seu patrimônio específico e da mobilização constante de sua potencialidade.

CAPÍTULO II – Das Atribuições Gerais e Especiais

Art. 2º - O Conselho Municipal de Cultura do Município de Duque de Caxias é responsável pelas atribuições do Poder Público Municipal em matéria doutrinável, normativa, consultiva e de planejamento ligado a assuntos culturais, observada a competência que lhe confere a legislação específica.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Cultura tem por finalidade básica orientar apolítica de amparo e estímulo do Governo Municipal no que tange às atividades de criação, aprimoramento e transmissão da cultura para que se cumpra, no âmbito municipal, a legislação e normas relativas ao aprimoramento cultural, e desenvolverá sua ação de modo planejado, coordenado, integrado em função de objetivos e resultados, prévia e periodicamente previstos no que se relacione a custo, quantidade e qualidade.

§ 1º - A atuação do Conselho será feita em estreita articulação com os demais órgãos municipais de cultura.

§ 2º - A Função de planejamento do Conselho consistirá na apresentação dos planos do Poder Público Municipal, apresentando sugestões para melhorá-los, se necessário, além dos de iniciativa própria.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Cultura é constituído de 15 (quinze) membros e 02 (dois) suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 06 (seis), 04 (quatro) e 02 (dois) anos, para cada 1/3 (um terço) do número de Conselheiros, admitida a recondução por mais período.

§ 1º - O Secretário Municipal de Educação e Cultura será o Presidente nato do Conselho.

§ 2º - Os membros do Conselho serão escolhidos dentre as pessoas de saber e experiências culturais, e que bem representem as ciências, as artes, a literatura e a história.

§ 3º - O Vice-Presidente do Conselho e o Secretário Geral serão eleitos dentre os seus membros, com o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

§ 4º - A renovação do Conselho far-se-á de 02 (dois) em 02 (dois) anos por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 5º - Fica assegurado aos Conselheiros nomeados pelo Chefe do Executivo pela Portaria nº 564/GP/84, de 24 de agosto de 1984, a composição prevista no presente artigo.

Art. 5º - As funções de Conselheiro serão consideradas de relevante interesse público e seu exercício será prioritário quando se tratar de Conselheiro que seja funcionário municipal, sendo que as ausências à repartição, quando a serviço do Conselho, não serão computadas como faltas.

§ 1º - Os Conselheiros farão às despesas com transporte e diárias, quando em exercício de suas funções e quando, especialmente designados, se deslocarem para fora da cidade de Duque de Caxias, onde se acha sediado o Conselho, além de gratificação de presença.

§ 2º - O Secretário-Geral do Conselho elaborará horário compatível com as necessidades do órgão e receberá uma gratificação mensal de representação.

§ 3º - Os valores e os critérios das gratificações de presença, da representação e das diárias serão fixados em ato do Prefeito Municipal.

Art. 6º - O mandato de qualquer Conselho será considerado extinto, nos moldes de renúncias expressa ou tácita, configurando-se essa última pela ausência, por mais de 3 (três) sessões ordinárias consecutivas, sem pedido de licença.

CAPÍTULO III – De Estrutura Básica

Art. 7º - A estrutura básica do Conselho é a seguinte:

I- Presidente;

II- Vice-Presidente;

III- Secretário-Geral; e

IV- Comissões.

Parágrafo Único – As Comissões se dividem em:

a) Patrimônio Cultural;

b) Promoções Culturais; e

c) Legislação e Normas.

CAPÍTULO IV – Da Competência do Conselho e dos Órgãos da sua Estrutura

Art. 8º - Compete ao Conselho, observada a política de desenvolvimento econômico e social do Município, além do que constar de legislação específica, participar da formulação das atividades culturais do Município, zelar pelo cumprimento das leis e normas sobre assuntos culturais e colaborar, através dos órgãos próprios, na ação cultural do Sistema Municipal de Educação e Cultura nas matérias doutrinárias, normativas e de planejamento.

Seção I

Da Presidência

Art. 9º - Ao Presidente do Conselho compete exercer a direção do órgão.

Seção II

Da Vice-Presidência

Art. 10º - Ao Vice-Presidente compete assistir à Presidência no que for pertinente ao planejamento, integração e coordenação geral.

Parágrafo Único – O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências, impedimentos e vacância, concluindo tempo que resta do mandato.

Seção III – Da Secretaria Geral

Art. 11 – À Secretaria Geral, com a assistência de um Secretário-Executivo, designado dentre os funcionários municipais, colocados à disposição do Conselho, compete apoiar técnica e administrativamente os trabalhos do órgão, preparando as sessões plenárias, elaborando atas, atendendo solicitações de diligências, revendo e preparando matéria de divulgação e publicação e outros encargos de natureza técnica e administrativa.

Seção IV – Das Comissões

Art. 12 – Às Comissões compete opinar, prévia e conclusivamente sobre assuntos a serem votados pelo Conselho Pleno; responder consultas do Presidente do Conselho e das Comissões; sugerir medidas e providências; promover estudos e pesquisas necessárias ao desempenho de suas funções; sugerir sistemáticas processuais, zelando também pelo cumprimento das diligências e resoluções do Conselho na área de suas respectivas competências; examinar processos; examinar e acompanhar planos e programas aprovados pelo Conselho; tomar e realizar encargos específicos que lhes forem atribuídos pela Presidência.

CAPÍTULO V – Dos Titulares dos Órgãos do Conselho

Art. 13 – Os responsáveis pela direção dos órgãos e pela coordenação e condução de atividades específicas do Conselho são os seguintes:

I- da Presidência.....1 Presidente

II- da Vice-Presidência...1 Vice-Presidente

III- da Secretaria Geral...1 Secretário-Geral

IV- das Comissões.....3 Presidentes da Comissão.

CAPÍTULO VI – Das Disposições Gerais

Art. 14 – Os projetos de deliberação chegados ao Órgão, deverão ser examinados e votados no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar de sua entrada no Conselho.

Art. 15 – As deliberações do Conselho dependerão da homologação do Executivo Municipal.

§ 1º - A homologação e o veto, integral ou parcial, às deliberações do Conselho, deverão ser expressos no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da respectiva documentação pelo Gabinete do Executivo.

§ 2º - O veto, integral ou parcial, será sempre justificado.

§ 3º - Decorrido o prazo previsto no Parágrafo 1º deste artigo, as deliberações serão consideradas

homologadas e entrarão em vigor através de Portaria do Presidente do Conselho, dentro dos 10 (dez) dias úteis seguintes.

Art. 16 – O Secretário-Executivo e demais funcionários necessários ao desenvolvimento da Secretaria Geral serão solicitados pelo Conselho ao Prefeito Municipal.

Art. 17 – O Conselho Municipal de Cultura constitui-se em Unidade Orçamentária e Administrativa, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO VII – Das Disposições Transitórias

Art. 18 – O detalhamento da Organização Técnica e Administrativa do Conselho será definido em regimento próprio determinado por ato do Prefeito Municipal.

Art. 19 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, em 25 de abril de 1985.

LEI Nº 1.914, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre a alteração da Lei nº 1.794, de 31 de março de 2004, que modificou as Leis nº 666/85 e 1.039/91, visando o melhor funcionamento do Conselho e do Fundo Municipal de Cultura de Duque de Caxias.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I Do Conselho Municipal de Cultura e sua Natureza

Art. 1º. Fica alterada a Lei nº 1.794, de 31 de março de 2004, a fim de adequá-la aos dispositivos legais municipais, estaduais e federais, com a finalidade de contribuir para a elevação, conservação e divulgação do patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial, de nosso Município; modificando a composição e as atribuições do Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado que passará a ter caráter deliberativo de âmbito municipal, com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração, fiscalização e implementação de programas para as políticas públicas de cultura, além de orientar, fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura, instituído pela presente Lei.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Cultura (CMC) de Duque de Caxias é responsável pelas atribuições do Poder Público Municipal em matéria doutrinável, normativa, deliberativa e de planejamento ligado a assuntos culturais, observadas as atribuições que lhe confere a legislação específica em vigor, incluindo esta.

Art. 3º. Respeitada a competência exclusiva da Câmara dos Vereadores, o Conselho Municipal de Cultura terá por finalidade elaborar e fiscalizar a política cultural do Município, amparando e estimulando todas as atividades relativas a esta área.

Parágrafo Único. A atuação do CMC será feita em articulação com os demais Conselhos Municipais, preservando sua autonomia.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Cultura terá como atribuições:

- I. trabalhar em conjunto com o Executivo e o Legislativo na formulação de políticas públicas de cultura; atuando na formulação de estratégias, normas, critérios e padrões relativos ao controle da execução dessas políticas; elaborando as diretrizes para implantação de um calendário anual de atividades culturais;
- II. propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Cultura; acompanhar, avaliar e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos, bem como o desempenho de programas e projetos aprovados, conforme normas que deverão constar em seu Regimento Interno;
- III. acompanhar, avaliar e fiscalizar os programas de políticas públicas de cultura e entidades públicas e privadas do Município, definindo critério de qualidade para o funcionamento dos serviços que visem o bom andamento dessas políticas;
- IV. elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- V. convocar, bianualmente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Cultura, conforme critérios definidos em seu Regimento Interno, fora de ano eleitoral;
- VI. propor elaboração de pesquisas e a organização de um “banco de dados”, inventariando e catalogando os bens e valores culturais, bem como o patrimônio –material e imaterial- histórico, artístico e cultural de nosso Município. Indicando prioridade no resgate dos mesmos;
- VII. acolher, avaliar, acompanhar e fiscalizar a implementação do plano de governo do prefeito eleito, nas ações relativas à Cultura do Município;
- VIII. inscrever as entidades culturais existentes no Município, reconhecendo sua existência e ações, seguindo normas estabelecidas pelo Regimento Interno do Conselho;
- IX. elaborar cadastro de entidades, registradas ou não, atuantes no Município;
- X. propor paralisação ou embargo de obras e atividades que estejam causando danos aos bens ou patrimônios culturais;
- XI. indicar e propor ao Poder Executivo a declaração de áreas de especial interesse histórico, arqueológico, arquitetônico, artístico, cultural e ambiental;
- XII. manifestar-se sobre convênios administrativos ou contratos de gestão de espaços culturais públicos e atividades culturais no Município; e
- XIII. apreciar o plano municipal de políticas públicas de Cultura e emitir parecer atestando sua viabilidade técnica-financeira e a legitimidade das ações em relação à Cultura.

Parágrafo Único. O incentivo a projetos que visem o apoio a artistas e às políticas públicas de Cultura, assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais em cooperação com a sociedade civil.

SEÇÃO I Da Estrutura e da Composição

Art. 5º. O Conselho Municipal de Cultura será composto de 22 (vinte e dois) membros e respectivos suplentes, sendo 11 (onze) representantes governamentais e 11 (onze) representantes da sociedade civil, na forma abaixo:

- I. dois (2) da Secretaria Municipal de Cultura;
- II. um (1) da Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos;
- III. um (1) da Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho;
- IV. um (1) da Secretaria Municipal de Educação;
- V. um (1) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Projetos Especiais;
- VI. um (1) da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo;
- VII. um (1) da Secretaria Municipal de Urbanismo;

- VIII. um (1) da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento;
- IX. um (1) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- X. um (1) da Câmara de Vereadores;
- XI. um (1) para a Cadeira de Música;
- XII. um (1) para a Cadeira de Artes Plásticas;
- XIII. um (1) para a Cadeira de Artes Cênicas (Teatro, Dança, e Artes Circenses);
- XIV. um (1) para a Cadeira de Audiovisual;
- XV. um (1) para a Cadeira de Artesanatos;
- XVI. um (1) para a Cadeira de Literatura, Bibliotecas e Salas de Leitura;
- XVII. um (1) para a Cadeira de História, Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico, Artístico e Cultural;
- XVIII. um (1) para a Cadeira de Cultura Popular (Associações Carnavalescas, Folclore e Manifestações de Cultura Étnica);
- XIX. um (1) para a Cadeira de Movimentos Populares;
- XX. um (1) para a Cadeira de Produtores Culturais; e
- XXI. um (1) para a Cadeira do Empresariado.

§ 1º. Os representantes de que tratam os Incisos de I a IX serão indicados pelo Prefeito Municipal, assim como seus suplentes.

§ 2º. O representante de que trata o inciso X será indicado pela Câmara Municipal de Duque de Caxias, bem como seu suplente.

§ 3º. Os representantes de que tratam os Incisos de XI a XXI serão eleitos e empossados na Conferência Municipal de Cultura, e deverão ser representantes de alguma entidade registrada, com CNPJ, que possa comprovar um período mínimo de 2 (dois) anos de atuação contínua no Município.

§ 4º. A Presidência do Conselho Municipal de Cultura será exercida pelo Secretário Municipal de Cultura que será, naturalmente, um dos dois representantes da Secretaria Municipal de Cultura no Conselho, sendo conferido a ele, Presidente, o "Voto de Minerva", sendo que em caso de falta ou impedimento do Presidente, o Vice-Presidente ocupará o cargo e presidirá os trabalhos.

§ 5º. O Vice-Presidente será um dos 11 (onze) representantes da sociedade civil, eleito internamente por maioria absoluta, na primeira reunião.

§ 6º. O mandato do Vice-Presidente será igual ao dos conselheiros dentro de um período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito, uma única vez por igual período.

§ 7º. As eleições para o Conselho Municipal de Cultura serão regulamentadas, através de Decreto, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º. Todos os membros do CMC e seus suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante ato a ser publicado em Órgão Oficial do Município.

Art. 7º. A ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 6 (seis) alternadas, como também a condenação do conselheiro, no decurso do mandato, em sentença irrecorrível, por crime, contravenção penal, ou prática de atos que firam os princípios e normas da política cultural e/ou bens e patrimônios culturais, implicarão na sua cassação como conselheiro.

Parágrafo Único. Sendo o faltante, representante de órgão público, o Prefeito Municipal será imediatamente cientificado para as providências cabíveis.

Art. 8º. O envolvimento do conselheiro em processo administrativo ou judicial de apuração de irregularidades funcionais, a condenação por crimes, ainda que não transitada em julgado, implicará na suspensão temporária da sua participação no CMC, até solução do processo, podendo, ao final, a suspensão ser transformada em exclusão definitiva.

Art. 9º. As sanções previstas nos Artigos 7º. e 8º. serão impostas pelo CMC através de processo

disciplinar, em que será assegurado o contraditório e a ampla defesa dos envolvidos, devendo, ao final, o Presidente do Conselho encaminhar as providências cabíveis para a substituição, suspensão ou exclusão do conselheiro e/ou da entidade, conforme o caso, cabendo ao próprio Conselho pormenorizar o Processo Disciplinar, através do Regimento Interno.

Art. 10º. O conselheiro participante do CMC terá mandato de 2 (dois) anos, reeleito uma única vez, dentro do que estabelece o § 3º, do Art. 5º, desta Lei.

Art. 11º. A função de membro do CMC é considerada de interesse público e não será remunerada, sendo que no exercício de suas funções, os Conselheiros farão jus às despesas de deslocamento e alimentação, conforme deliberação do Conselho.

Art. 12º. O número de integrantes do CMC pode ser aumentado ou diminuído, mantendo-se a paridade original, mediante proposta do Poder Executivo.

SEÇÃO II Do Funcionamento

Art. 13º. O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á, ordinariamente a cada 30 (trinta) dias, convocado pelo seu Presidente, conforme calendário anual preestabelecido pelo próprio Conselho e/ou extraordinariamente, convocado através de carta com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, nas seguintes situações:

- I. por decisão do seu Presidente;
- II. por deliberação da plenária anterior; e
- III. por solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 14º. As eleições do Conselho Municipal de Cultura ocorrerão a cada 2 (dois) anos.

Art. 15º. O CMC terá um prazo de 60 (sessenta) dias para aprovar seu Regimento Interno, após a promulgação desta Lei.

Art. 16º. O CMC terá seu funcionamento pautado pelo Regimento Interno, obedecendo às seguintes normas:

- I. Plenária como órgão de decisão máxima; e
- II. as seções plenárias serão realizadas, ordinariamente, a cada mês.

Art. 17º. A Secretaria Municipal de Cultura prestará apoio administrativo e financeiro, providenciando sala para reuniões e atendimento, equipamentos e materiais e pelo menos um funcionário para o Serviço Administrativo, zelando pelo bom funcionamento do CMC.

Art. 18º. Todas as seções do CMC serão públicas e precedidas de ampla divulgação no Boletim Oficial, e nos órgãos da mídia local (Jornais, Rádio e TV).

Art. 19º. Poderão ser criadas pelo Conselho, Comissões Especiais que serão destinadas a atividades transitórias e, no ato de sua constituição, deverão estar especificadas sua finalidade, período de duração e número de integrantes, podendo ser de:

- I. sindicância;
- II. representação em Simpósios, Conferências, Congressos e Fóruns Nacionais e Internacionais;
- III. estudos;
- IV. auditorias; e
- V. ouvidoria.

CAPÍTULO II Da Conferência Municipal De Cultura

SEÇÃO ÚNICA Da Finalidade, Competências e Composição

Art. 20º. Propõe a Conferência Municipal de Cultura, com a finalidade de auxiliar e indicar as políticas municipais fundamentais relativas à cultura, apreciar o plano municipal de cultura, eleger e empossar os membros do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 21º. A Conferência realizar-se-á:

- I. ordinariamente, bianualmente, por indicação do Conselho, convocada pelo Poder Executivo; e
- II. extraordinariamente, sempre que necessário, por indicação do Conselho e convocação do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. As convocações previstas no Inciso I serão implementadas com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, e as do Inciso II, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, e publicadas, preferencialmente, em órgãos da Imprensa do Município, acrescentadas de outras formas de divulgação do evento.

Art. 22º. A 1ª Conferência Municipal de Cultura, que elegerá e empossará os Conselheiros dessa nova composição, será organizada e coordenada por uma Comissão Especial indicada e formalizada pela Secretaria Municipal de Cultura. As subseqüentes já serão organizadas e coordenadas pelo próprio Conselho Municipal de Cultura, que indicará e formalizará a Comissão Especial, e contará com infra-estrutura e apoio da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 23º. As deliberações da Conferência servirão de diretrizes básicas para a atuação do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 24º. Será membro da 1ª Conferência, com direito a voz e voto, todo representante oficial das instituições governamentais e não-governamentais atuantes no Município e inscritas na Secretaria Municipal de Cultura, conforme normas previstas nesta Lei e regulamentação da Secretaria. Nas próximas Conferências o próprio Conselho Municipal de Cultura, tratará da regulamentação, das inscrições e do credenciamento conforme normas do seu Regimento Interno; e com direito a voz, todo cidadão que queira contribuir com o desenvolvimento cultural de Duque de Caxias.

CAPÍTULO III Do Fundo Municipal de Cultura

SEÇÃO I Da Criação, Finalidades, Aplicação e Normas.

Art. 25º. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura, destinado a propiciar apoio, captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações na área da Cultura no Município de Duque de Caxias, orientadas pelo CMC e coordenadas pela Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 26º. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura, em consonância com as diretrizes do Conselho Municipal de Cultura, poderão ser aplicados em:

- I. programas de incentivo à produção cultural do Município, através de seus artistas e instituições, dando apoio as seguintes ações: espetáculos de teatro, música, dança, circo; manifestações de

- cultura popular, exposições de artes visuais, feiras de artesanato, exibições de audiovisual, produção e manufatura de material fonográfico, literário e audiovisual, pesquisa e catalogação de patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial;
- II. programas para melhoria, ampliação e construção de bibliotecas e salas de leitura;
 - III. programas de construção, aquisição, e melhoria de imóveis, com a intenção de que estes se tornem equipamentos comunitários que visem o desenvolvimento das atividades culturais;
 - IV. programas de manutenção dos equipamentos já existentes;
 - V. programas de serviços de apoio à organização comunitária, incluindo assistência técnica, pesquisa, estudo e capacitação profissional para a implementação de programas culturais;
 - VI. programas de recuperação e conservação de equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura;
 - VII. programas de recuperação e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial, do Município;
 - VIII. programas de incentivo ao turismo cultural na região;
 - IX. programas de difusão e divulgação, dentro e fora dos limites do Município, das atividades culturais de Duque de Caxias; e
 - X. manutenção e funcionamento do Conselho Municipal de Cultura, incluindo material de infraestrutura e equipamentos em geral para apresentação dos serviços;

Art. 27º. As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas e serviços, especificando os regimes de atendimento, junto à Secretaria Municipal de Cultura, que os encaminhará para avaliação nas plenárias do Conselho, no período que o Regimento Interno do Conselho estipular.

SEÇÃO II

Da Administração Do FMC (Da Operacionalização e Vinculação)

Art. 28º. O FMC ficará subordinado, operacionalmente, ao Conselho Municipal de Cultura, e será administrado e controlado por uma Comissão de Administração e Controle do Fundo Municipal de Cultura, sendo dirigida pelo Presidente do Conselho de Cultura do Município, sendo que essa Comissão será composta de 4 (quatro) Conselheiros: 2 (dois) representantes do Governo e 2 (dois) da Sociedade Civil (não-governamental).

§ 1º. A Comissão de Administração contará com o apoio da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento na execução das atividades de orçamento e contabilidade.

§ 2º. O Conselho Municipal de Cultura encaminhará à Comissão de Administração e Controle do Fundo Municipal de Cultura o planejamento de atividades do ano seguinte para apreciação, aprovação e reserva de recursos até a 2ª. quinzena de julho, sendo que a Comissão deverá encaminhar ao Conselho seu parecer até a 2ª. quinzena de agosto, para que o Conselho envie ao Poder Executivo esse planejamento até a 1ª quinzena de setembro para inclusão na votação da dotação orçamentária, que acontece geralmente em outubro.

§ 3º. A Comissão de Administração e Controle do Fundo deverá encaminhar, anualmente, até o último dia do mês de fevereiro de cada ano, um relatório de atividades do ano anterior, ao Conselho Municipal de Cultura, para apreciação e aprovação das contas.

§ 4º. O FMC ficará vinculado ao CMC, que deverá aprovar os seguintes parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos:

- I. acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do FMC;
- II. avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do FMC;
- III. solicitar, a qualquer tempo, e a seu critério, as informações necessárias ao

- acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do FMC;
- IV. mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações do FMC;
 - V. fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do FMC, requisitando para tal, auditoria do Poder Executivo, sempre que necessário;
 - VI. estabelecer critérios, diretrizes e aprovar convênios, consórcios, ajustes, acordos, compromissos e/ou contratos a serem executados através de recursos do FMC; e
 - VII. fazer publicar, preferencialmente, em órgãos da Imprensa do Município, ou afixar em locais de fácil acesso à comunidade, todas as deliberações e resoluções referentes às diretrizes e normas de aplicação dos recursos do FMC.

Art. 29º. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura destinados à conservação e recuperação de equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura, não poderão exceder a 50 % (cinquenta por cento) do total de recursos aplicados no exercício financeiro.

SEÇÃO III Das Atribuições do Presidente do Conselho

- Art. 30º. São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Cultura:
- I. Dirigir a Comissão de Avaliação e Controle do Fundo Municipal de Cultura, gerindo-o conforme diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho para aplicação dos recursos;
 - II. coordenar a execução dos recursos do FMC, de acordo com o Plano de Aplicação previsto pelo Conselho;
 - III. aplicar os recursos do FMC, após aprovação do Conselho, de acordo com Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual;
 - IV. firmar convênios e/ou contratos, inclusive de empréstimo, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão administrados através do FMC;
 - V. tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em convênios e/ou contratos firmados e que digam respeito ao FMC;
 - VI. exercer controle necessário à execução das receitas e das despesas do FMC;
 - VII. solicitar à contabilidade do FMC:
 - a) mensalmente, demonstração da receita e da despesa;
 - b) trimestralmente, inventário dos bens móveis e imóveis; e
 - c) anualmente, balanço geral do FMC;
 - VIII. firmar, com a Contabilidade do FMC, a demonstração constante do inciso IV, deste artigo;
 - IX. providenciar, junto à Contabilidade do FMC, para que na demonstração fique indicada a situação econômico-financeira do FMC;
 - X. apresentar à SMC a análise e a avaliação econômico-financeira do FMC, de acordo com os demonstrativos;
 - XI. exercer o controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não-governamentais;
 - XII. exercer o controle da receita do FMC;
 - XIII. encaminhar ao CMC, relatório mensal de acompanhamento e avaliação do plano de aplicação dos recursos do FMC; e
 - XIV. fornecer ao Ministério Público, quando solicitado, demonstração de aplicação dos recursos do FMC.

SEÇÃO IV Dos Recursos do FMC

Art. 31º. São receitas do FMC:

- I. dotação consignada, anualmente, no Orçamento Municipal de:
 - a) 10% (dez por cento) da renda líquida obtida pelos equipamentos culturais administrados pela Secretaria Municipal de Cultura, ou por quaisquer Instituições designadas por ela para fazê-lo;
 - b) 5% (cinco por cento) das taxas arrecadadas para a liberação de veiculação de material publicitário; e
 - c) as verbas adicionadas que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;
- II. doação de pessoas físicas e jurídicas feitas diretamente ao Fundo;
- III. transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura;
- IV. doação, auxílios, subvenções, contribuições e transferências de entidades, nacionais, internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;
- V. produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;
- VI. recursos advindos de convênios, consórcios, acordos e contratos para implementação de programas ou projetos culturais, firmados entre o Município e entidades, públicas, privadas ou do terceiro setor, internacionais, federais, estaduais e municipais, que por ventura venham a ser destinados ao Fundo.
- VII. concursos de prognósticos;
- VIII. contribuições previstas na Constituição Federal;
- IX. outros recursos que porventura lhe forem destinados; e
- X. recursos referentes a prestação ou outras contribuições provenientes de financiamentos na área do incentivo à cultura.

§ 1º. As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento de crédito.

§ 2º. A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

- I- da existência da disponibilidade em função do cumprimento de programação; e
- II- da prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

§ 3º. O saldo positivo apurado no balanço geral do FMC deverá ser transferido para o exercício seguinte no crédito do FMC.

Art. 32º. Constituem ativos do FMC:

- I. disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas especificadas no artigo anterior;
- II. direitos que porventura vier a constituir; e
- III. bens móveis e imóveis, destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Parágrafo Único. Anualmente, processar-se-á inventário dos bens adquiridos com recursos do FMC, que pertençam ao Município.

Art. 33º. Constituem passivo do FMC, as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para manutenção de funcionamento da rede de serviços de atendimento dos beneficiários desta Lei.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 34º. O Conselho Municipal de Cultura deverá ser instalado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigor desta Lei.

Art.35º. Uma vez constituído, caberá ao Conselho Municipal de Cultura formular proposta de Regimento Interno, que disporá sobre sua organização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, encaminhando-a para o Executivo para apreciação e publicação em Boletim Oficial do Município.

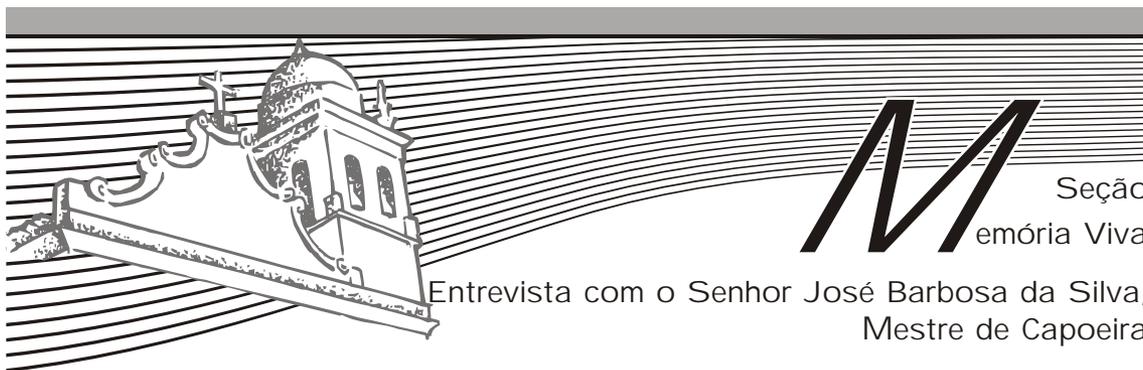
Art.36º. O Fundo Municipal de Cultura deverá ser instalado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrada em vigor desta Lei.

Art.37º. O Conselho deverá ter garantido pelo Poder Executivo, espaço físico e infra-estrutura suficiente para o bom andamento de suas tarefas.

Art.38º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, em 28 de novembro de 2005.

WASHINGTON REIS
Prefeito Municipal



Seção

memória Viva

Entrevista com o Senhor José Barbosa da Silva,
Mestre de Capoeira

Alexandre dos Santos Marques¹

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida²

A Capoeira é uma das manifestações mais tradicionais do Brasil. Durante muito tempo foi marginalizada e perseguida. Na Baixada Fluminense, área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, um de seus mais antigos praticantes é o Mestre Barbosa. Radicalizado em Duque de Caxias na década de 60, foi aluno do Mestre Mentirinha, contemporâneo dos Mestres Josias e Arthur Emídio, mantenedor da ginga “malandra” da Zona Portuária e da Leopoldina. Inovador em Duque de Caxias nas rodas e nas academias, foi o iniciador de vários mestres que atuam na Baixada Fluminense em outras regiões do Brasil e muitos no exterior.

A entrevista que segue, com o senhor José Barbosa da Silva, Mestre de Capoeira, foi realizada no dia 12 de março de 2007, na Secretaria Municipal de Cultura, por Alexandre dos Santos Marques.

Alexandre: Barbosa, onde você nasceu? Qual foi sua trajetória até você chegar em Caxias? O que você fez durante esse período? Como você iniciou na capoeira?

Barbosa: Bom, eu nasci em Recife, iniciei na capoeira em 1962.

Alexandre: Em que ano?

Barbosa: Em qual dia?

Barbosa: O dia é impossível, mas tudo bem! Dois anos depois iniciei no esporte o professor Arlindo, era uma academia de boxe e vale tudo... isso foi num período de dois meses. Aí, com 12 ou 13 anos, vim pra São Paulo. Para o Rio, eu vim em 64. Fui morar em Copacabana. Meu trabalho na capoeira. Eu iniciei na Senzala.

Alexandre: Então você nasceu em 1945 e se iniciou na capoeira em 1962.

Barbosa: Em 62! É a capoeira já tá no sangue! Eu fazia sem saber o que era isso. Vindo pra São Paulo eu tive na Estação da Luz. Pratiquei box e a capoeira não existia, porque ela era toda... não sei nem como te dizer ...

Alexandre: Perseguida?

Barbosa: Perseguida! Ela era camuflada, e vindo pra qui, tinha sempre um... um capoeira jogando na praia e tal, não me lembro qual era a academia...

Alexandre: Qual praia?

Barbosa: Copacabana! E eu morava na rua Barão de Ipanema... Morava num prédio.

Barbosa: E estudava no colégio Costa Barcelos, resumo, a capoeira, ela foi muito perseguida e as capoeiras mesmo, verdadeiras, tá tudo, me perdoe até, né?...

¹ Mestre em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra (Vassouras) e professor-titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC). Professor das redes particular e municipal de ensino.

² Licenciada e bacharel em História pela UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Sócia Titular da ABRACOR. Sócia fundadora da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Professora da FEUDUC, da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico / CMDC e supervisora das atividades de preservação desse órgão.

Alexandre: Pode falar a vontade...

Barbosa: Tá meio malandreado. Ela tinha perseguição policial por que se encontravam pessoas, jogador de capoeira e tal, (...) tinha assim um mestrado. E a capoeira mais pesado que eu encontrei foi na Central do Brasil, era tudo malandragem e eu, muito garoto, e eles não deixava eu jogar. Aí um dia um velho disse assim: "– Deixa o menino vê se ele sabe jogar!" Aí não joguei nem dois minutos, me expulsaram.

Alexandre: Mas onde você aprendeu a jogar antes de chegar na Central ?

Barbosa: Na praia de Copacabana! Eu até lembro o nome do rapaz que me iniciou, Valdo! Um escuro.

Barbosa: Ele trabalhava no prédio como garagista, aí me viu assim... eu tava fazendo barba, aí ele pá ... pá..... e eu rapidinho eu assimilei, que eu já tinha conhecimento de outras lutas né? Inclusive de vale tudo, tinha um sparring que praticava isso em Recife e no tempo que eu estive na aeronáutica, eu não pude dar aula de capoeira, dei aula de judô. É mole?

Alexandre: Você aprendeu capoeira então aqui no Rio, em Copacabana, e depois pegou os macetes da capoeira, a malandragem da capoeira na Central do Brasil?

Barbosa: Não, não é que eu peguei. Lá eu não consegui jogar, eu joguei só uma vez e lá o cara é velho, o cara é malandro...

Alexandre: E qual foi o mestre que te iniciou na capoeira?

Barbosa: Ah bom! Eu sou aluno do mestre Arthur Emídio e fui aluno do Waldir Sales de São João quando vim pra cá, em 65. Fui pra São João de Meriti. Eu tava servindo a aeronáutica, então lá nós tínhamos um quadro muito bom de pancadarias, mas a capoeira era perseguida, não tinha. Judô e nem karate tinha. Aí eu pegava meia dúzia de aluno, eram uns soldados, ia pra Praça Quinze, treinar um pouquinho. Inclusive um aluno muito famoso, Paulo Bravo, serviu lá comigo. A capoeira daí foi indo, foi indo e meu problema com a capoeira foi a tristeza que o Mestre Waldir Salles Brasa, nem eu nem o outro mestre Travasso de Niterói, estamos no livro do Guinness Book. De 70 pra 71, eles começaram a ver quem era quem que estava preparado para mestre de capoeira. Na primeira faixa branca e verde, então não estou, nem o Valdir Sales e nem o Travassos. O resto tá todo mundo.

Alexandre: Porque?

Barbosa: Porque na verdade tinha discriminação, Guanabara e Centro do Rio, entendeu?

Alexandre: E vocês eram da Guanabara?

Barbosa: Nós éramos daqui!

Alexandre: Porque a discriminação?

Barbosa: Ah por que quem elaborou o livro, quem notificou vários mestres, que eu não vou falar o nome, não relacionou a gente e a minha tristeza é que, tanto eu como o Valdir Sales, fomos os únicos e quanto chegou na penúltima faixa, ele teve problemas familiares e aí eu ultrapassei em 2000, eliminei todo processo da capoeira. Eu sou aluno da capoeira, eu comecei, começamos e findei, findamos na última faixa. Grande Mestre de Capoeira e outras coisas mais.

Alexandre: Barbosa, como você conseguiu trazer a capoeira pra Caxias, como foi esse primeiro momento de implantação e onde você se instalou primeiro, depois quais foram os outros lugares?

Barbosa: Bom, primeiro me instalei na Avenida Nossa Senhora das Graças em São João, na Academia de Waldir Salles e vim morar no Méier. Dei aula na academia 24 de abril e na Vila São Luís iniciei em 69, na Igreja Nossa Senhora da Conceição, na casa dos padres, fazia parte do grupo jovem e em 70 foi o início da Líder. Agradeço tudo à líder, a seu Antônio. A academia em 69 era ali na rodoviária em frente a casa do Tenório. De 70 pra cá ela veio para a Presidente Kennedy, aonde atuei por vários anos, dei cursos para o Center Club, aula na Polícia Militar, dois anos e pouco, e aí foi esticando o grupo. Por que o grupo existia, mas não era registrado como associação, era Grupo de Capoeira Regional, porque de 70 como te falei antes. Em 72 foi o livro do Guinness. Em 73 a capoeira foi liberada como esporte nacional, mas meio na dúvida, veio as faixas, veio isso, veio aquilo e, em 75, tivemos um grande torneio, Interclasse, durou um mês e meio.

Alexandre: O que era o Interclasse?

Barbosa: Era a sua academia contra a minha, juntava as academias que estavam registradas pela Federação de Pugilismo do Rio de Janeiro e outros campeonatos. Nós fomos quarto lugar!

Alexandre: Mas era de capoeirista contra capoeirista ou era misturado?

Barbosa: Não, não!

Alexandre: Mas aqui em Caxias só tinha então o seu grupo?

Barbosa: Só tinha o meu e o segundo grupo, eu não tenho vergonha de falar, é o Grupo Vermelho, no nome do mestre Josias da Silva, que hoje está na mão do mestre Raimundo Filho, com os alunos graduados dele. O segundo grupo que chegou, chegou depois de 75.

Alexandre: Então quando você chegou em Caxias não tinha mestre de capoeira?

Barbosa: Não tinha!

Alexandre: Nenhum praticante?

Barbosa: Praticante tinha. Mas era barra doida, né?

Alexandre: Então...

Barbosa: Eu trouxe bastante gente da Vila São Luís pra Líder. Trouxe do quartel 15 BPM, na época era o Sexto Batalhão e trouxe de São João. Cheguei ter mais ou menos uma faixa de mais de 50 ou 60 alunos na Líder.

Alexandre: Quais eram estas pessoas da rua? Quais eram essas pessoas?

Barbosa: Ah! Uns alunos queriam mostrar o trabalho deles....

Alexandre: Mas eles eram iniciados por você?

Barbosa: Todos iniciados por mim. Olha tem até um caso, eu dando aula na Líder, eu peguei um capitão de polícia de Niterói, muito bom, graduado. Por que existe o seguinte, a iniciação da capoeira, a prática da capoeira são as faixas de graduações, entendeu? Eu nunca vou mudar de cordéis. Um cordel é o mais difícil isso os capoeiristas sabem como è. Você, com a maior dificuldade de torcer o cordel, de tecer, entendeu? A faixa tu compra ali em qualquer loja dessa, a faixa. O Berimbau, falando de capoeira né? Ele tem uma história muito boa, diz até uma discussão que ele é feminino, o seio, deixa pra lá... E quando me perguntam se eu vou dançar, os leigos, eu fico nervoso, mas eles tem razão, por que existia na época a dança da zebra, "a dança da morte do lugar", um dos dois morreria.

Alexandre: Isso nos anos sessenta ainda?

Barbosa: Não!

Alexandre: Nos tempos antigos? Era dança da

Barbosa: Zebra! a dança da morte do lugar, um morria no lugar.

Alexandre: Você chegou a ver isso?

Barbosa: Não, não! E você vai ver no vídeo de Pastinha... aquilo é capoeira malandro! Eu queria ter o prazer de ter sido aluno dele, do mestre Bimba não! Que... Deixa pra lá! Porque o Pastinha é praticamente é o pai da Capoeira Angola, que a Angola é mãe de todas as capoeiras e a Regional é mais pegada, e mais em cima, de decidir por que nós temos quatro tipos de capoeira, eu quero isso bem gravado! Estilizada pro início tá! A Capoeira Primitiva, primeira; depois Estilizada; Regional e a Angola, ou seja, de trás pra frente: Angola, Regional, Estilizada e Primitiva.

Barbosa: Tem aí um negócio que eu vou falar lá¹, agora nessa entrevista não, relacionado ao berimbau. Tem capoeira que só conhece os três berimbaus: berraboi, médio e a violinha, mas tem um berimbau aí, muito famoso na África, onde os negros comunicavam-se com tribos que vinham de lado, vamos logo falar de uma vez:, o berimbau de boca!

Alexandre: Berimbau de boca?

Barbosa: É de beijo² mas é boca! Tá mandando um recado.

Alexandre: Tipo um assobio, né?

Barbosa: Tschuuu! (colocando os dedos na boca)

Alexandre: Bem é... Barbosa, quais eram as dificuldades que vocês encontravam para fazer as rodas dos

¹ O lugar a que Barbosa se refere foi o I Encontro Municipal de Capoeiragem, realizado na FEUDUC em 14 de abril de 2007.

² Gaita de boca (berimbau de boca).

anos 70 na época da ditadura? Quais eram os lugares que vocês usavam fora das academias pra fazer as rodas? E essa história de capoeira de rua, capoeira de academia, que polêmica é essa?

Barbosa: Bom, acontece o seguinte, na época o problema nosso era o ritmo. Já não tava aprendendo gente tocar, certo? Não se aprende tocar berimbau, nem pandeiro, nem atabaque com um dia, com um mês, com dois. Então gente fazia às vezes até sem ritmo, certo? Aí tive que mostrar a capoeira em baixo do shopping center, em uma praça lá no cantinho, dia de domingo quando o pessoal já tava tocando, vinha ali pra praça, aonde eu te falei, a praça do Caranguejo, que hoje é a Praça depois do Chafariz e hoje é a praça...

Alexandre: Do Pacificador?

Barbosa: Do Pacificador, exatamente! Mas tinha sempre alguma coisa. A polícia passava dava uma geral, o outro vinha, era o guarda municipal, o guarda que na época era verde, era o guarda noturno, era o detetive, era uma perseguição, na Vila São Luís então rapaz, foi muito problema, muito problema. Agora tudo isso era em função para que a capoeira não sobrevivesse, eu tive várias oportunidades de sair daqui e não quero sair, eu vou morrer por aqui, porque quando se leva a capoeira a sério ou qualquer tipo de trabalho existe dificuldade. Você, no caso né, chegou a ser professor e tal, foi muito gostoso, você abraçou e agora continua. Assim é a capoeira, mas tem muito professor de capoeira que não dá esse valor e os alunos também que recebem não dão valor. Você perde valores, perde o amigo. Eu tenho um aí que ficou comigo um bom tempo, não deu pra formar ele, ele se formou por aí e tal... deixa pra lá, eu não gosto de falar as coisas não. Agora, em relação a dificuldade, nós sempre tivemos: Local de treinamento, um apoio, você vê a Secretaria de Cultura por exemplo seria a primeira a nos abraçar, nunca fez nada me perdoe.... me perdoe... me perdoe a sinceridade!

Alexandre: Pode falar!

Barbosa: Me perdoe a sinceridade! Agora por exemplo, vim aqui pra falar com a diretora não era possível, é meio dificultoso e aí nada pode fazer porque é vocês quem manda, né? Secretaria de Cultura e Secretaria de Esporte e Lazer são os dois órgãos que davam pra dar uma canjazinha, dá uma moral, né? Mas deixa isso pra lá.

Alexandre: Agora nos anos 70...

Barbosa: Sim!

Alexandre: Você disse que o lugar mais freqüentado era a academia Líder e depois o Center Clube.

Barbosa: É, exato!

Alexandre: Fora dessas duas academias, tinha outras em Caxias?

Barbosa: De capoeira?

Alexandre: É de capoeira!

Barbosa: A única Academia de Capoeira foi a minha, na Professor Henrique Ferreira Gomes, em 75.

Alexandre: Qual era o nome?

Barbosa: Academia Caxiense, registrada em cartório que a gente chamava de Associação de Capoeira Zum Zum Zum.

Alexandre: Ela surgiu no Center Clube, né?

Barbosa: Exatamente! Ela veio da Vila São Luís arrastada, Líder, Centro...

Alexandre: Na Vila São Luís era na rua?

Barbosa: Não! Na casa dos padres lá em cima.

Alexandre: Ah então vocês tinham um abrigo na igreja.

Barbosa: Eu fazia parte do grupo jovem.

Alexandre: Aí depois vocês trouxeram pra academia Líder?

Barbosa: Isso! Presta atenção: metade dos alunos veio pra academia Líder, por que na Líder tinha tudo bonitinho, tinha não sei o que...

Alexandre: Tinha outras modalidades...

Barbosa: Tinha outras modalidades! Mas o grupo radicado, inclusive eu formei um - o Vando que está em São Paulo com 35 anos.

Alexandre: Aí da Líder vocês foram parar no Center Clube.

Barbosa: E do Center eu montei uma academia aqui, e a academia por sinal é muito bonita porque, é... esses

mestres que tão por aí sabem. Toda em volta da academia tinha berimbaus, só rolava capoeira, mas depois de dois pra três anos, o aluguel aumentou, não sei o que... aí eu tive que coloca Karate, botamos uma ginástica, botei judô.

Alexandre: Na rua onde essas rodas aconteciam?

Barbosa: Todas as praças que tu imaginar, eu praticamente inaugurava, ficou um grupo...

Alexandre: Então eu vou fazer o seguinte, eu vou falar o bairro ou praça e você diz o mestre que estava lá nessa época, por exemplo: Vila São Luís, Barbosa e mais quem?

Barbosa: Na verdade era um grupo de alunos, não tinha mestre, eu estou entendendo o que você quer me perguntar.

Alexandre: Por exemplo, o Ivan, o Ivan uma época, isso em 70, 80, o Ivan um magrinho morava ali na 15 de novembro, ele chegou a dar aula de capoeira pra min.

Barbosa: O Ivan, um alto magro?

Alexandre: Isso! Depois ele foi pro Amapá...

Barbosa: São Paulo!

Alexandre: Não sei pra onde ele foi...

Barbosa: Se é esse, se for esse nessa época...

Alexandre: É... no Gramacho?

Barbosa: No Gramacho nós temos dois contra mestres.

Alexandre: Saracuruna?

Barbosa: Saracuruna nós temos!

Alexandre: Nessa época?

Barbosa: Nessa época não! Não me pergunte isso de novo, por que não tem ninguém. E alguém mandou você perguntar isso a mim, pra alguém plantar alguma coisa...

Alexandre: Não, eu é que estou curioso mesmo. Mestre Barbosa o que você acha, qual a sua opinião em relação a oficialização da capoeira pelos militares dos anos 70 e sobre essa questão das cordas, dessa coisa de está ligada ao Conselho Regional de Educação Física, com os professores de educação física, qual a sua opinião sobre isso?

Barbosa: Olha só, primeiro que não foi dos anos 70 a proibição da capoeira e a liberação, certo? E quanto a pergunta que você tá me fazendo de cordéis e cordas, eu acho que a Federação deveria ser mais cobradora dos grupos, e elas não fazem isso, até porque quando nós nos liberamos da Federação de Pugilismo nós fomos para confederação pra depois agente ir, que a nossa federação registrada e tal. Mas tem uma coisa errada, tem grupo aí que já formou sua Federação, não pode existir duas Federações, três Federações, para um só esporte. Uma só. Unificar como é o caso do Karate e do Judô, Mas até agora não, tu tá entendendo? Então eu sou a favor da organização, por que entra a parte pedagógica e a parte do ensinamento com as suas faixas identificando você quem é, que hoje tá um pouco meio embolado. Chega numa roda se o cara é verde amarelo, se o cara é azul e branco, por que houve uma mudança. Eu não mudei. Se a Federação, na época da Presidente Cigana, ela disse "o grupo, ou os grupos não precisam acompanhar as normas da FCES, quem quiser, quem tem cordéis, se quiser ficar permanece. Eu permaneci. Porque foi duro rapaz, levamos muitos anos pra isso, acho até que a federação, não vou dar nomes aos bois, cada um pegou seu cordel. E no dia... foi muito sensacional, foi bravo.

Alexandre: Porque?

Barbosa: ACM³, aquele mundão...

Alexandre: ACM, o que é isso?

Barbosa: Associação Crista de Moços, lá na Lapa!

Alexandre: Ah! Sim, sim.

Barbosa: E... foi bonito, foi uma festa bonita, foi prazerosa, os capoeiras, os grupos tudo lá oficializado, com

³ Associação Crista de Moços.

seu emblema. Nos ficamos uma base de cinco anos como Grupo so esperando a Federação se pronunciar pra gente se federar.

Alexandre: Entendi!

Barbosa: Ce tá entendendo? Então eu sou a favor, como você me perguntou, dos cordões. Agora, as cordas qualquer um usa uma Senzala, um abadá. Agora, cordéis e o nosso Cordéis!

Alexandre: Agora tem uma outra coisa que eu pergunto a todos os mestres...

Barbosa: Sim!

Alexandre: E vou perguntar pra você também! Barbosa, Pra quem tá de fora que não é capoeirista, como eu, to conhecendo vocês agora estou fazendo algumas coisas como vocês... Como é que se inicia um mestre? Deixa eu completar a pergunta? Como é que se inicia um mestre? E, mais ainda, eu que não sou da capoeira, então como é que eu reconheço que aquela pessoa é um mestre.? Por exemplo, as vezes chega uma cara aqui, as vezes uma cara com vinte anos – Não, sou mestre de capoeira, aí eu falo: - Peraí vinte anos! Mestre de capoeira? Não é bem assim né Mas vocês que são da capoeira, como é que vocês iniciam um mestre? E como é que vocês reconhecem um mestre?

Barbosa: Olha só, o mestre, ele pra pegar a primeira faixa do mestrado, ele tem a verde que é a primeira. A segunda é verde e amarela. A terceira, amarela. A quarta azul e amarela. A quinta azul, já é o instrutor. Amarela e azul é contra mestre, ele fica na aba do mestre, esperando aquele empurraozinho. Porque ele tem aquele compromisso com você, com o aluno até o azul, do azul prá lá, a federação precisa assumir, mas não assume. Ainda tem muito mestre, gravando, formando aluno meio ilicitamente tem, em todo mundo tem. A capoeira ela não é só brasileira não, é mundial e milenar, entendeu? Então um aluno pra sair mestrado é meio complicado. No mínimo de quinze a vinte anos pra primeira faixa.

Alexandre: Então se ele começa com quatorze anos, ela sai mestre com trinta, trinta e cinco anos.

Barbosa: Não, não precisa tanto, se ele for dedicado.... E o problema todo é que eles não prosseguem com o curso geral. E estudo, problema de família, mudam de lugar, se for reto, a federação dá dez anos, eu to com aluno que tá há doze anos comigo e só tem segunda faixa.

Alexandre: Como é que se reconhece um mestre? Por exemplo, você não me conhece, chegou aqui hoje e eu falo, sou mestre de capoeira, como é que você reconhece um mestre?

Barbosa: Olha a pergunta ela tá meio pendurada, mas assim, se você tiver de roupa, pela faixa pra você reconhecer. Agora se tu tiver assim vestido desse moço que chegou agora, fica complicado, mas tá tudo bem. Olha a pergunta você fez ela meio truncada. A faixa, é por isso que eu voltei a dizer, que a faixa ela tem um sentido. Ela tem a sua força, por que é a faixa que identifica o aluno novo, o aluno mais antigo e o mestre. E tá até fora de moda por que tem grupo que eles botam a faixa roxa, rosa, amarela e fica tudo embolado. Agora quando são cordéis é obrigado a conhecer. Por exemplo, não queria falar, mas vou falar. A capoeira Senzala. A Senzala usa um abada, que e uma camisa, tem duas faixa identificantes, a vermelha e a roxa. Roxa é professor, a vermelha é contra mestre e parou aí. Não tem mais cordão, não tem mais nada. Mas não é que seja zona sul, é o estilo do grupo deles.

Alexandre: Assumiram

Barbosa: Assumiram, é isso aí!

Alexandre: Agora, uma outra pergunta, se hoje você estivesse tão ativo como nos anos 70, hoje você tem sua experiência toda, sua experiência de vida. Se hoje fosse pegar uma turma de alunos de quinze, dezesseis, dezessete anos, o que você acharia de importante pra ensinar pra esses alunos em relação a capoeira. E aí as duas coisas: eu tô falando tanto da prática da capoeira, dos golpes, dos movimentos, quanto da história da capoeira. O que você acharia que seria importante, pro alunos de Caxias, que é carente, que tá fora disso?...

Barbosa: Olha, a primeira coisa que seria normalmente a passagem da iniciativa, que é o começo da capoeira, com vários golpes pra depois ele entrar num processo de birimbauzinho, de um pandeiro, de um atabaque, que é um processo também de aprendizado, certo? Agora tudo isso não se pode fazer de um dia para o outro, nem um ano e pouco. A mesma coisa é uma senhora ou um senhor de idade dizer "num vou fazer capoeira porque num... não tem nada a ver". Vem pra capoeira, vem pra educação física da capoeira que tem. E eu não vejo por onde uma pessoa de sessenta, setenta anos não praticar qualquer tipo de esporte. É normal! Só que ela não vai acompanhar um garoto de dezesseis, dezoito. Você como um professor de educação física, não vai puxar tanto pela aquela pessoa.

Alexandre: Agora... e em relação a história da capoeira? O que você acha? É importante falar isso, é importante falar aquilo...

Barbosa: Primeiro, os alunos tem que conhecer o histórico... o histórico, vamos ver, eu até as vezes bato na tecla, que a gente não deve nem falar muito baixinho mesmo, pra saber aos poucos, por que dissemos pra cá, imagina século dezessete, século dezoito, século dezenove. Eu acho que você deve falar da capoeira. Realmente você está numa tese certa, de 65 pra cá, aí a gente sabe quem é quem, de 65. Foi um mestre famoso, foi fulano, foi não se quem, mais não sei quem... e os mais famosos eu já te disse, Artur Emílio, Rio de Janeiro, tinha a primeira academia de capoeira, Rio de Janeiro, em Caxias foi outro. O Mário da Bonfim, antiquíssimo ou o Mestre Leopoldina, que é um retirante da capoeira, ele não permanece aqui, ele vai pra tudo quanto é lado... e até poderia ser o Mestre Jair mas faleceu deixa pra lá, faleceu, faleceu.... e meu padrinho né? Mestre Mentirinha – Luís Américo.

Alexandre: Ah, o Mentirinha foi seu padrinho?

Barbosa: Foi meu padrinho!

Alexandre: Mas não foi ele quem te iniciou?

Barbosa: Não, não!

Alexandre: Ele te batizou?

Barbosa: Ele batizou, batizou assim...

Alexandre: Agora é...

Barbosa: Sabe onde me batizou? No Teatro Municipal, onde agente fazia uma peça – As três noites da Bahia.

Alexandre: Você participou daquela peça?

Barbosa: Eu participei... dois anos, com Renato Branco.

Alexandre: No Teatro Municipal!

Barbosa: Teatro Municipal!

Alexandre: Tem vídeo disso?

Barbosa: Rapaz, eu acho que Mentirinha tem...

Alexandre: Tinha um negão que nem era ator na época, o Vinícius de Moraes veio participar um tempo....

Barbosa: Esse negão que você tá falando, foi o Mestre Corvo, bem altão grandão...

Alexandre: Você iniciou um monte de mestres...

Barbosa: Não, não! Eu só tive esses dois... até outro dia o Mestre Artur disse assim: "Foi mesmo meu aluno"? Eu disse: Po Mestre quantas vezes, la no o Gustavo Sampaio, como é que eu ia dar aula pro senhor lá po! Se o senhor passava! E o Waldir Salles foi o que eu me agarrei, por morar aqui, na época, e a aula dele lá era tudo era certo, tudo bom, bom de ritmo, bom também de jogo, jogo duro. Então eu achei, sinceridade, eu procurei capoeira em Caxias, não existia. A capoeira pra min progrediu muito, porque só o fato de a gente estar na rua, um dia você vai ser convidado pra ver, e estao aquelas mocas, senhoras grávidas, com criança, esposa de aluno, com tudo, professor e ninguém perturbar a gente, quando chega um bêbado a gente diz: - "Alo dá um tempo", e ele fica balançando pra la e pra ca. . É impossível você está vendo, ouvindo um ritmo, sem você nem bater um pezinho. É igual músico, músico sentado, sem nada, ele tá marcando, fazendo o compasso no pe ou no restante do corpo. Mas a capoeira, voltando aquela pergunta que você falou, segurança do mestre, o mestre tem um respeito né? É difícil você vê um mestre bagunçado, esculachado, aí não é um mestre, aí é o que, é o tal, tem uma diferença.

Alexandre: Barbosa, desses seus iniciados qual o que você acha que seguiu os ensinamentos que você passou em relação a capoeira? Essa coisa do mestrado, de você ser um mestre de capoeira, de ter responsabilidade pelas pessoas... quem você assim, os nomes que você acha que seguiram os seus ensinamentos?

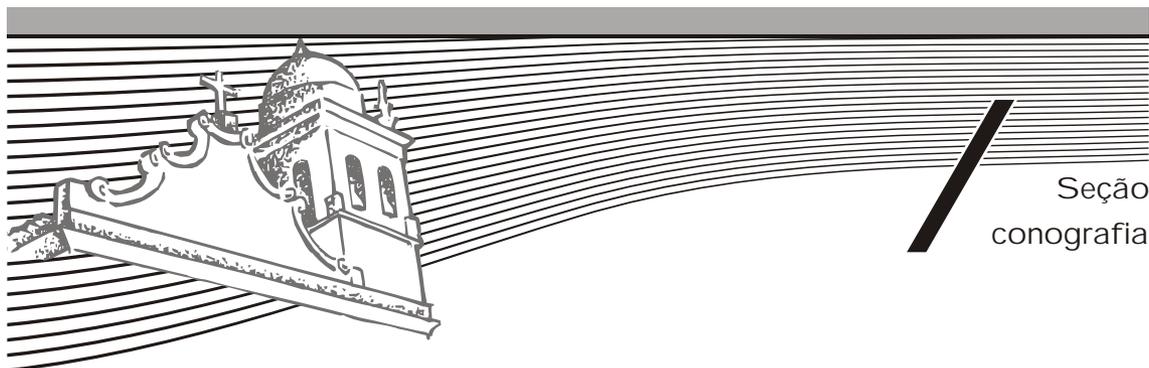
Barbosa: Olha professor, foram vários, desde 90 que eles se intitularam a dar aula aqui, ali, acolá. Todos eles me dão orgulho, uns menos, outros mais, mas todos eles... são muitos nomes.

Alexandre: Mas tem assim... algum especial?

Barbosa: É tem, tem vários, tem vários, tem vários...

Barbosa: (Chegada do Mestre Gege). Obrigado ao professor Alexandre. Mestre Gege, companheiro de várias e várias, trilhas e... parabéns pra nós né? E viva a capoeira! Salve a capoeira! Hei capoeira!...Obrigado!

Alexandre: Obrigado!



Seção
iconografia

*Esta seção tem como objetivo
divulgar os documentos iconográficos que
integram o acervo do Instituto Histórico e das
demais instituições que abrigam
esse tipo de documentação.*



PORTO IGUASSU
18/11/2005

Acervo iconográfico de MarluCIA Santos de Souza sob a guarda do
Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias



INTERDIÇÃO DA PEÇA DE TEATRO "FESTIVAL DE DEFUNTOS", VENDO-SE EM PRIMEIRO PLANO,
EDGAR DE SOUZA (ATOR) E ANTÔNIO PACOT (CENÓGRAFO), EM SEGUNDO PLANO.

DUQUE DE CAXIAS - 1965

Acervo iconográfico do Instituto Histórico / CMDC
Doação: Lais Costa Velho e Antônio Pacot



ACADÊMICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA
1967

Acervo iconográfico de Rogério Torres, sob a guarda do Instituto Histórico / CMDC

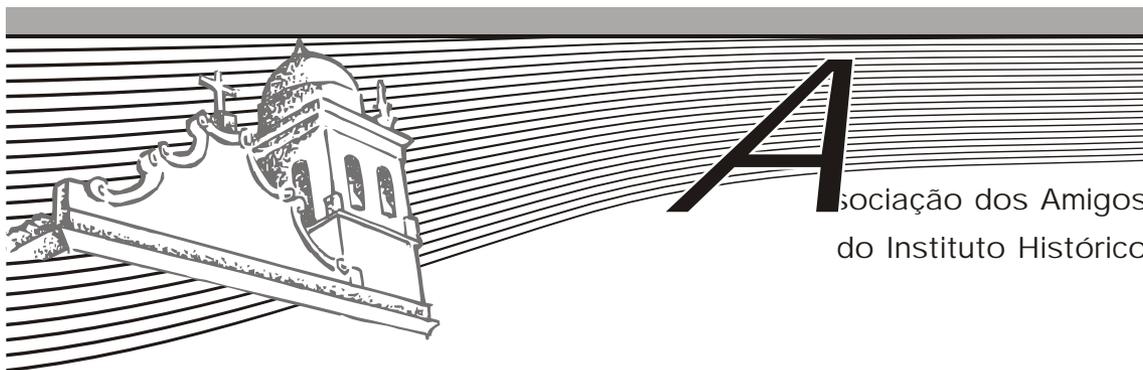




REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - REDUC
Anos 1980
Acervo iconográfico do Instituto Histórico / CMDC



PORTO DA CHACRINHA, VENDO-SE SR. JOEL SOARES DE ANDRADE
E O ORATÓRIO DEDICADO A SÃO PEDRO - 2006
Acervo iconográfico de Leonardo Simião sob a guarda do Instituto Histórico / CMDC



Associação dos Amigos
do Instituto Histórico

A Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades adquirir acervo, sustentar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto atualmente por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades assemelhadas, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e um programa de captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO ESTÁ
ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS.
VENHA PARTICIPAR!

Segue relação com os nomes dos Conselheiros, dos Sócios Fundadores e Sócios Contribuintes da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ Presidente
PAULO MAINHARD Vice-Presidente
ARISTIDES MULIN
GENESIS TORRES
GILBERTO SILVA
GUILHERME PERES
IRIS FERRARI
LAURY DE SOUZA VILLAR
MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL
ROGERIO TORRES
RUYTER POUBEL
JUNIOR REIS (Presidente da CMDC - membro nato)
DALVA LAZARONI (Secretária de Cultura - membro nato)
SELMA SILVA RODRIGUES (Secretária de Educação - membro nato)

Suplentes

JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
ALEXANDRE MARQUES
AGRINALDO FARIAS
MARLUCIA SANTOS SOUZA
BETO GASPARI
SANDRA GODINHO
WASHINGTON LUIZ JUNIOR
ROSA LEITE
STÉLIO LACERDA

CONSELHO FISCAL

Efetivos

ERCÍLIA COELHO
NEWTON MENEZES
CARLOS DE SÁ BEZERRA

Suplentes

FÁBIO PEREIRA
ODLAN VILLAR
JOSUE CARDOSO

DIRETORIA EXECUTIVA

<u>Diretor Executivo</u>	NIELSON ROSA BEZERRA
<u>Secretário</u>	MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO
<u>Tesoureiro</u>	ODEMIR CAPISTRANO SILVA
<u>Diretora de Pesquisa</u>	TANIA MARIA S. AMARO DE ALMEIDA (Diretora do Instituto Histórico – membro nato)



SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
 ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
 ANA MARIA MANSUR DIAS
 ANÍDIA SANTOS DA COSTA
 ANTENOR GOMES FILHO
 CLEINA MUNIZ COSTA
 EDELSON GAMA DE MENEZES
 FARID DAVID SÃO TIAGO
 GILSON JOSÉ DA SILVA
 GILVAN JOSÉ DA SILVA
 HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
 INGRID JUNGER DE ASSIS
 JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
 JOSÉ CARLOS SILVA
 JOSÉ CARLOS CRUZ
 LAURECY DE SOUZA VILLAR
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 LIGIA MARIA DE LUNA
 LUZIA LUZIETE DE OLIVEIRA LUCAS
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 ROBERTO LIMA DAVID
 ROBSON GAMA
 ROSELENA BRAZ VEILLARD
 ROSELI LOPES GOMES SOUZA
 SÉRGIO LOCATEL BARRETO
 SILVANA CARVALHO DE BARROS
 SONIA CRISTINA DE SOUZA PAIS
 WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
 TELMA PATRÍCIA ALMEIDA DE SOUZA
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA
 ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPÇÃO
 ADILSON MOREIRA FONTENELE
 ALEX DOS SANTOS DA SILVEIRA
 ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
 ALEXANDER MARTINS VIANNA
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 ÁLVARO LOPES
 ANA LUCIA DA SILVA AMARO
 ANA LUCIA SILVAENNE
 ANA MARIA DA SILVA AMARO
 ANILTON LOUREIRO DA SILVA
 ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
 ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
 ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
 ANTÔNIO JORGE MATOS
 ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
 ANTÔNIO MENDES FREIRE
 ARISTIDES FERREIRA MULIM
 AUZENIR GONDIM E SOUZA
 CARLOS DE SÁ BEZERRA
 CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
 CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
 DALVA LAZARONI DE MORAES
 DINA SILVA GUERRA
 DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
 EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
 EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
 EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
 ELISETE ROSA HENRIQUES
 EMIDIO DA SILVA AMARO
 ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
 ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
 EVANDRO CYRILLO MARQUES
 EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
 EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
 FÁBIO MARTINS RIBEIRO
 FÁBIO PEREIRA
 FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
 FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
 GILBERTO JOSÉ DA SILVA
 GÊNESIS PEREIRA TORRES
 GILSON RAMOS DA SILVA
 GIULIANA MONTEIRO DA SILVA
 GUILHERME PERES DE CARVALHO
 HERALDO BEZERRA CARVALHO
 HERMES ARAUJO MACHADO
 IRANI FONSECA CORREIA
 ÍRIS POUDEL DE MENEZES FERRARI
 IVON ALVES DE ARAÚJO
 JOÃO HERCULANO DIAS
 JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
 JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
 JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
 JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
 JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
 LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA

LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
 LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
 MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
 MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
 MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
 MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
 MARIA DE JESUS MENDES LIMA
 MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
 MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
 MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
 MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
 MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
 MESSIAS NEIVA
 NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
 NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
 NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
 NIELSON ROSA BEZERRA
 NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
 NIVAN ALMEIDA
 ODEMIR CAPISTRANO SILVA
 ODLAN VILLAR FARIAS
 PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
 PAULO CHRISTIANO MAINHARD
 PAULO PEDRO DA SILVA
 PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
 PAULO ROBERTO CLARINDO
 PAULO ROBERTO REIS FRANCO
 PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
 ROBERTO GASPARI RIBEIRO
 ROGÉRIO TORRES DA CUNHA - SÓCIO BENEMÉRITO
 ROMEU MENEZES DOS SANTOS
 ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
 ROSA NASCIMENTO DE SOUZA
 ROSANE FERREIRA LARA
 ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
 RUYTER POUBEL
 SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
 SELMA CASTRO DE ALMEIDA
 SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
 STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
 SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
 SUELY ALVES SILVA
 TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
 UBIRATAN CRUZ
 VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
 VILMA CORRÊA AMANCIO DA SILVA
 WAGNER GASPARI RIBEIRO
 WASHINGTON LUIZ JUNIOR

SÓCIOS CONTRIBUINTES

ALBANIR JOSÉ DA SILVA
 ALINE FERNANDES PEREIRA
 CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
 ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
 EDGAR DE SOUZA CARVALHO
 ELIAS DA SILVA MAIA
 FERNANDO RAMOS PEREIRA
 GERALDO COSTA FILHO
 HELENITA MARIA BESERRA DA SILVA
 MARIA CELESTE FERREIRA
 NILSON HENRIQUE DE ARAÚJO FILHO
 PAULO DA SILVA
 ROBERTO LIMA DOS SANTOS
 SELMA CHAGAS DE OLIVEIRA
 THIAGO GONÇALVES DA SILVA
 REGINA CELIA SANCHES LOPES - INSTITUTO NOSSA
 SENHORA DA GLÓRIA
 SÉRGIO BRABO DE ABREU
 ELIANE PONCIANO DE LIMA
 GUSTAVO GUIMARÃES MOTTA FILHO
 LEONARDO SIMIÃO DA SILVA
 ENILDO JOSÉ BONIFÁCIO
 MAIZE DE OLIVEIRA GONDIM
 ADENILDO DANIEL DA SILVA
 MARIA HELENA JACINTHO
 INDIOMAR GUARACIABA GOMES DA SILVA
 JOSÉ CARLOS LEAL
 JADIVAL OLIVEIRA



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

15ª LEGISLATURA: 01/01/2005 a 31/12/2008

MESA EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2007/2008

Presidente: DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR - Junior Reis
1º Vice-Presidente: ALMIR MARTINS DA SILVA - Almir Martins
2º Vice-Presidente: JOSÉ RAIMUNDO CAMPOS - Zé do Cloro
1º Secretário: NIVAN ALMEIDA - Nivan
2º Secretário: ALCIDES LEONCIO NOGUEIRA CIDINHO DE FREITAS - Cidinho

VEREADORES

ADRIÃO PEREIRA NOGUEIRA - Adriano
AILTON ABREU NASCIMENTO - Chiquinho Caipira
AIRTON LOPES DA SILVA - Ito
CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - Carlos de Jesus
DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO - Mazinho
EZEQUIEL DOMINGUES LOURENÇO - Quiel do Canarinho
FERNANDO FIGUEIREDO - Fernando Figueiredo
FRANCISCO DOS SANTOS - Chico Borracheiro
GERALDO DE SOUZA - Geraldo Móveis
JOAQUIM JOSÉ SANTOS ALEXANDRE - Quinzé
MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA CARDOSO - Gaete
MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE - Leide
RICARDO JOSÉ DE SOUZA - Ricardinho
SAMUEL CORREA DA ROCHA JUNIOR - Samuquinha
SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA - Chiquinho Grandão
VAGNER DUTRA - Vaguinho

Diretor Geral da CMDC: SÉRGIO LOCATEL BARRETO



Município de Duque de Caxias

